



panótica

**MARCO CEPIK**  
**JOSÉ MIGUEL MARTINS**

**POLÍTICA INTERNACIONAL**

**EDITORIA**  
**NEWTON PAIVA**

**MARCO CEPIK  
JOSÉ MIGUEL MARTINS**

**POLÍTICA  
INTERNACIONAL**

BELO HORIZONTE | EDITORA NEWTON PAIVA | 2004

Copyright © 2004 by Editora Newton Paiva

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização escrita do Editor.

---

Cepik, Marco A. C.

Política Internacional / Marco A. C. Cepik e José Miguel Martins. — Belo Horizonte: Newton Paiva, 2004. {Pandítica}

136 p.

ISBN 85-98299-11-1

1. Política internacional 2. Sociologia I. Martins, José Miguel II. Título

CDU 316:327

---

Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca do Centro Universitário Newton Paiva.

Capa: Paulo Schmidt

Projeto gráfico: Paulo Schmidt

Revisão Técnica de Linguagem: Cibele Imaculada da Silva

Diagramação: Antônio Augusto de Azevedo

Apoio técnico: Assessoria de Marketing

#### Conselho Editorial

Presidente: Márcio Venício Barbosa

Vice-Presidente: Geraldo Majela Martins

Conselheiros: Astréia Soares

Geraldo Magela Carozzi de Miranda

Júnia de Castro Magalhães Alves

Maria José Ferreira Morato

Múcio Tosta Gonçalves

Vera Lúcia de Melo

#### Centro Universitário Newton Paiva

Reitor: Newton de Paiva Ferreira Filho

Vice-Reitor e Presidente da Mantenedora: Paulo Newton de Paiva Ferreira

Pró-Reitora Acadêmica: Ângela Maria Prata Pace Silva de Assis

Pró-Reitor Administrativo: Ildeu Dias e Sarmento

Diretor da FACISA: Luiz Cordeiro

Diretor da FAHL/FACET/FACIBIS: Mário Fernando Valeriano Soares

Editora Newton Paiva

Rua Goitacases, 1777 - Barro Preto

30190-052 - Belo Horizonte MG

(31) 3295-1786

[editora@newtonpaiva.br](mailto:editora@newtonpaiva.br)

## SUMÁRIO

Apresentação	07
Introdução	09
<u>Capítulo 1</u>	
Contraterrorismo como guerra de coalizão: riscos sistêmicos	15
<u>Capítulo 2</u>	
Terror e “justiça infinita”: o novo alcance da coerção extra-econômica	25
<u>Capítulo 3</u>	
O acordo sino-russo e a defesa antimísseis dos EUA	43
<u>Capítulo 4</u>	
A Guerra da Coréia terminou?	55
<u>Capítulo 5</u>	
E agora, Taiwan?	61

Capítulo 6

Rússia: uma transição quase à brasileira 69

Capítulo 7

A segunda guerra  
da Chechênia e o “espírito de 1921” 79

Capítulo 8

Colômbia, Amazônia  
e regimes internacionais assimétricos 91

Capítulo 9

Timor Leste: uma tragédia anunciada 101

Capítulo 10

Crise argentina,  
Mercosul e guerra civil na Colômbia 113

Capítulo 11

África austral: uma difícil transição 121

Capítulo 12

Nem a guerra e nem a paz 129

Capítulo 13

OTAN para quê? 137

Capítulo 14

Estados Unidos: distantes da crise mundial?	143
--	-----

Capítulo 15

Europa, Estados Unidos e a crise nos Balcãs	153
--	-----

Capítulo 16

Para entender a crise no Paraguai	159
-----------------------------------	-----

Capítulo 17

Guerra na Iugoslávia	165
----------------------	-----

Capítulo 18

O Brasil no centro da crise internacional	173
---	-----

Capítulo 19

União Européia: o futuro da centro-esquerda	181
--	-----

Capítulo 20

O contexto internacional do pacote brasileiro	193
--	-----



## **Apresentação**

Neste pequeno volume estão reunidos artigos de análise de conjuntura política internacional publicados originalmente na revista eletrônica mensal do Departamento de Ciência Política da UFMG, conhecida como *Conjuntura política*.

A natureza daquela revista (<http://cevep.ufmg.br/bacp>) exigia artigos sem notas de referências bibliográficas e fontes, tabelas ou os requisitos normais de artigos científicos. Antecipadamente, agradecemos e pedimos desculpas a todos aqueles autores, clássicos e contemporâneos, jornalistas e colegas dos quais utilizamos idéias, informações e dados que aparecem ao longo do livro. Esta é a principal razão também para que não conste uma lista de referências bibliográficas ao final do volume. Para aqueles que desejarem aprofundar os conhecimentos sobre a situação da Política Internacional no Brasil, os autores sugerem como ponto de partida a página de referência Relnet na Internet (<http://www.relnet.com.br>). Naturalmente, os autores colocam-se à disposição desde já para fornecer informações adicionais a qualquer leitor interessado.

Estes são, portanto, textos de opinião. Foram produzidos no calor dos acontecimentos e pretendiam ser a um só tempo informativos, capazes de expressar pontos de vista e de nos ajudar a formular esquemas interpretativos e explicações. Destinados à existência transitória de um mês no espaço virtual da Internet, pois esta era a periodicidade do próprio *Conjuntura política*, decidimos reunir aqui parte dos artigos que publicamos, juntos ou separados, por dois motivos fundamentais.



Em primeiro lugar, porque algumas das tendências mais fortes da política internacional nos dias de hoje começaram a se tornar evidentes ao longo do período em que os capítulos deste livro foram escritos, entre outubro de 1998 e outubro de 2001. Em segundo lugar, porque podem ter valor ilustrativo sobre o labor de analisar a conjuntura. Esses textos foram produzidos em meio à azáfama diária e alcançam seu objetivo de forma muito desigual, uns mais, outros menos. O leitor saberá distinguir o que ainda lhe é útil e valioso do que lhe parece meramente curioso e peculiar de uma determinada conjuntura ou geografia.

Para facilitar a leitura, decidimos inverter a ordem de apresentação dos textos, ou seja, os mais recentes vêm antes dos mais antigos. Por meio desta inversão, pretendemos que o leitor possa identificar os temas centrais que atravessam as diversas conjunturas e a sua evolução ao longo das crises e disputas que vêm conformando o próprio sistema internacional.

Antes de passarmos ao texto de introdução ao volume, gostaríamos de agradecer aos colegas e estagiários que iniciaram e ajudaram a consolidar o *Conjuntura Política*, especialmente José Eisenberg, Carlos Ranulfo Felix Melo, Bruno Pinheiro Wanderley Reis e Juarez Guimarães. De todos os que estiveram envolvidos neste projeto (editores, leitores, colaboradores e estagiários), certamente Carlos Ranulfo Melo foi quem mais trabalhou para que o *Conjuntura* se tornasse uma experiência tão significativa e cheia de êxitos. A ele nosso reconhecimento. Um agradecimento especial também para Carlos Pimenta de Faria, outro colaborador assíduo da seção internacional do *Conjuntura*, por permitir a publicação aqui de um texto seu que contou com a colaboração de Marco Cepik. No Centro Universitário Newton Paiva, gostaríamos de agradecer a Astréia Soares e Márcio Venício Barbosa pelo apoio e confiança. Naturalmente, nossa responsabilidade para com este livro permanece exclusiva e integral.

## Introdução

Este livro reúne textos redigidos entre 1998 e 2001. Embora tenham sido escritos em resposta a temas conjunturais específicos, pelo menos três temas recorrentes em diversos capítulos continuam no centro do processo político internacional em 2004, embora tenham sido fortemente afetados pelas conseqüências dos atentados de 11 de setembro de 2001. Estes temas são a questão da democracia, da crise econômica e do relacionamento entre as principais potências do sistema internacional.

A democracia, por exemplo, foi afetada diretamente pela evolução do sistema internacional após o 11 de setembro. Proclamada como valor humano universal depois da queda do Muro de Berlim, mas mensurada com base em critérios procedimentais submínimos (eleições competitivas e regulares) e adesão ao liberalismo econômico, o auge da nova onda democrática nem sempre trouxe liberdade e igualdade de direitos para os cidadãos dos países que adotaram esta liturgia procedimental. O componente mais problemático desta associação entre estrito liberalismo econômico e uma adesão muito precária aos direitos da cidadania foi o estabelecimento da hipocrisia como *modus vivendi* entre as potências centrais e a vasta periferia.

No centro desta equação estava o chamado “direito de ingerência”, erigido em instrumento discricionário de regulação coercitiva das condutas dos países, democráticos ou não, que aderiam ao liberalismo econômico, ou que a ele se opunham. Assim, para mencionar apenas os exemplos mais notórios, houve intervenções “humanitárias” no Iraque

ditatorial e na Iugoslávia proceduralmente democrática, mas não houve intervenção na Turquia ou em Israel, onde ainda hoje há sérias violações dos direitos civis, políticos e sociais de contingentes expressivos de suas populações. Em que pese ter estabelecido um grave precedente de violação do direito internacional, a aplicação da cláusula democrática nas decisões sobre intervenção internacional ao longo da década de 1990 pelo menos estabelecia algum limite ao exercício do "direito de ingerência". É forçoso reconhecer que os governos do Iraque e da Iugoslávia praticaram atrocidades contra seus cidadãos, embora não tenham sido os únicos governos do mundo a fazê-lo, o que, de alguma forma, justificou sua sorte. Esta realidade foi alterada drasticamente após o 11 de setembro.

Embora os Estados Unidos, obviamente, tivessem o direito de se defenderem, a resposta do governo Bush aos atentados terroristas levou ao paroxismo o "direito de ingerência", instrumentalizando a tragédia para retirar qualquer limite ao intervencionismo. A campanha global contra o terror conduzida pelos Estados Unidos foi baseada numa definição ampla de "terrorismo", feita para abranger desde as organizações terroristas propriamente ditas até grupos insurgentes e organizações criminosas, tornando ainda qualquer país do mundo um alvo potencial do intervencionismo.

Uma segunda maneira pela qual a democracia foi fortemente impactada pela dinâmica internacional pós-11 de setembro decorre tanto dos próprios atentados terroristas espetaculares com milhares de vítimas quanto das respostas típicas que os governos, capitaneados pelos Estados Unidos, vêm dando a esta ameaça.

Por sua vez, as sucessivas crises econômicas internacionais que eclodiram desde 1987 tiveram como centro os desequilíbrios na balança comercial americana (um déficit de quase 450 bilhões de dólares já em 2000). Depois do 11 de setembro, esta crise ficou dissimulada pelo impacto dos atentados, pois nem mesmo a publicação de balanços fraudulentos por algumas das principais companhias americanas

despertou a opinião pública da perplexidade. Naquele contexto, surgiram as condições políticas para uma maciça transferência de recursos do setor público para o setor privado. Isto se deu não apenas por meio de renúncia fiscal, de gastos extraordinários na campanha antiterror e nas guerras do Afeganistão (2001 — 2002) e do Iraque (2003), ou de aporte direto de recursos para setores específicos, como as companhias aéreas e de seguro, mas principalmente pela via de uma forte elevação dos orçamentos de defesa, segurança interna e inteligência.

O crescente grau de artificialidade de que se revestiu a economia mundial nos últimos anos tornou-a mais dependente de decisões políticas do que de decisões estritamente econômicas. A consequência mais direta disto é que os aspectos político-militares passaram a desempenhar um papel cotidiano e decisivo para a determinação de fatores como o preço, o câmbio de moedas, o custo de matérias-primas ou mesmo a oferta de dinheiro, a despeito e além das relações “normais” de mercado, estabelecidas, em tese, pelas leis da oferta e da procura.

Caso persista a realidade de guerra permanente que caracteriza o sistema internacional, muito provavelmente isso acabará acarretando a entronização da coerção extra-econômica na esfera pública interna de cada país. A periferia e a semiperiferia são mais vulneráveis porque a coerção extra-econômica agirá como mecanismo de controle de mão-de-obra ou mesmo como fator de regulação das bases mais gerais em que se dão o planejamento da atividade econômica e as próprias relações sociais.

Esta possibilidade nos remete ao terceiro tema recorrente nos textos aqui selecionados, sobre os rumos da campanha antiterror. Os Estados Unidos têm estado envolvidos em guerras e operações militares de tipo variado de maneira permanente desde 1991. O mesmo ocorre com diversos outros países, desde a Rússia até a África Austral, o que permite afirmar que a Guerra Fria foi sucedida por um estado de guerra permanente. A partir do 11 de setembro, a guerra permanente deixa de ser um componente endêmico e “espontâneo”, decorrente do colapso

do bloco socialista e da crise do Terceiro Mundo, passando a ter um vetor com direção, sentido e intensidade determinados pelos interesses da única superpotência. Neste sentido, a campanha global antiterror dos Estados Unidos é a forma atual da guerra permanente.

Desde o início, esta campanha foi caracterizada por três dimensões: 1) contra as organizações terroristas e os regimes que as apóiam; 2) contra as armas de destruição massiva; 3) contra o narcotráfico. Até agora, cada uma dessas dimensões prescindiu da conclusão da anterior para ser desencadeada. Assim, a guerra do Afeganistão permanece inconclusa mesmo após a derrubada do Taliban, uma vez que os principais dirigentes afegãos ou da Al Qaeda ainda não foram capturados ou mortos. E a guerra do Iraque, travada sob o pretexto da eliminação da ameaça das armas de destruição massiva, também permanece inconclusa, mesmo com a captura de Saddam Hussein, na medida em que o país permanecia, ainda em março de 2004, diante da possibilidade de uma guerra civil. A estabilização relativa da situação no Paquistão, Irã, Coreia do Norte, Líbia e Arábia Saudita, países que poderiam ser enquadrados nas duas primeiras categorias de ameaças, abre a possibilidade de que a terceira dimensão da campanha seja desencadeada na América Latina.

A Venezuela tem sido reiteradamente acusada de colaborar com as FARC, um grupo caracterizado pelos Estados Unidos como terrorista internacional e narcotraficante. Isto a torna o alvo potencial mais visível da campanha do governo Bush na América Latina. A importância da Venezuela como fornecedor de petróleo para os Estados Unidos, o papel do governo americano no golpe contra Chávez em 2002 e o risco representado pela ideologia bolivariana para a adesão dos países andinos à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) são os fatores que tornam a Venezuela um objetivo da campanha antiterror. A possível intervenção teria como propósitos adicionais evitar a já anunciada entrada da Venezuela no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), enfraquecendo a capacidade de negociação do bloco e do Brasil em

particular, além de estabelecer uma pressão militar direta sobre a Amazônia brasileira e abrir uma nova frente de combate contra as guerrilhas colombianas.

O resultado previsível de ações contra a Venezuela é um deslocamento das discussões da ALCA, centradas atualmente no protecionismo americano, para uma agenda centrada nas questões de segurança regional. A enorme superioridade militar dos Estados Unidos lhes assegura vantagem e iniciativa na negociação da ALCA. Trata-se, em suma, da possibilidade de militarização da diplomacia da ALCA, uma vez que todos os demais temas (subsídios, protecionismo, meio ambiente, desenvolvimento sustentado, energia etc.) ficariam subordinados às considerações de segurança.

Juntos, os temas da democracia, da crise econômica e da campanha antiterror conformam um tripé sobre o qual se assentam as análises contidas neste volume.



## **Contraterrorismo como guerra de coalizão: riscos sistêmicos**

Marco Cepik, outubro de 2001

Tomo como ponto de partida o senso comum segundo o qual a natureza, a intensidade e a extensão da resposta dos Estados Unidos aos ataques terroristas de 11 de setembro desempenharão um papel decisivo na conformação da ordem internacional das primeiras décadas do século XXI. Portanto, é necessário refletir sobre tal resposta, mesmo sabendo que os dados disponíveis praticamente limitam o exercício a mera especulação, mais ou menos informada, mais ou menos pessimista, sobre o que poderá ocorrer no futuro indeterminado. Do ponto de vista normativo, o desiderato de uma ordem internacional multipolar e menos assimétrica esbarra nos vários riscos envolvidos na resposta que está sendo gestada em Washington.

A resposta norte-americana que considero mais provável tem três dimensões: 1) Uma guerra de coalizão nucleada pelos Estados Unidos e Grã-Bretanha contra o regime do Taliban no Afeganistão, com apoio local russo e paquistanês. 2) Uma escalada repressiva de alcance global contra o terrorismo, definido amplamente para incluir forças insurgentes e organizações criminosas. 3) Uma reforma institucional e um aumento nos recursos destinados à defesa, segurança e inteligência nos Estados Unidos.



A partir da consideração histórica sobre o conflito no Afeganistão, destaco nesse artigo alguns riscos potenciais da operação norte-americana no teatro afegão para a estabilidade da Ásia Central e, dependendo de desdobramentos de médio prazo, da China e da Europa. Deixarei a análise das outras duas dimensões da resposta dos Estados Unidos para um artigo subsequente, mas é preciso desde já notar o seguinte: a segunda dimensão da resposta até aqui esboçada envolve a dinâmica política de construção da coalizão "global" antiterror propugnada por Washington, o que tem limitações inerentes especialmente na área de inteligência, as quais tendem a reforçar a opção unilateral norte-americana e a produzir resultados sistêmicos instabilizadores para a ordem mundial. Por sua vez, a análise da terceira dimensão da resposta norte-americana envolve desde já reiterar a preocupação de diversos analistas para com as conseqüências de uma prolongada guerra de coalizão antiterror sobre a ordem interna dos países democráticos (a nova legislação antiterror proposta por Bush ao Congresso e a escolha do governador Tom Ridge para chefiar a nova instância responsável pela Homeland Security não deixam margem para dúvidas a esse respeito). Se existem riscos no centro democrático e afluyente do sistema internacional, medidas semelhantes na periferia e na semiperiferia do sistema internacional amplificam os temores de desproporcionalidade entre ameaça e resposta repressiva (vide a associação entre "terroristas" e quaisquer grupos contrários ao governo em passado não muito recuado da América Latina).

De modo geral, as restrições a um juízo informado sobre a resposta do governo dos Estados Unidos dizem respeito não apenas à limitação inerente ao esforço analítico de formulação de teorias *ex ante* em assuntos internacionais, mas resultam ainda de restrições impostas pelo segredo governamental e pelo controle sobre a mídia como parte das medidas de segurança em tomo da operação *Enduring Freedom*. Uma das inúmeras conseqüências dos ataques é que a rápida adaptação mútua das posições dos atores envolvidos ocorre em grande parte sob

um manto de segredo, na medida mesma em que se desenvolve mais velozmente o jogo político internacional em uma situação de crise potencialmente global.

Um exemplo basta para ilustrar essas restrições. A própria autoria dos atentados, caso venha a ser estabelecida de forma cabal pelas agências responsáveis pela investigação (especialmente o *FBI* e a *Federal Aviation Administration*), poderá ou não ser divulgada para o público e os governos estrangeiros, dependendo das necessidades de manutenção da segurança das ações contra o terrorismo do governo dos Estados Unidos. Nesse sentido, a rede internacional dirigida por Osama Bin Laden permanecerá apenas a “principal suspeita” pelos ataques do dia 11 de setembro a Nova York e Washington. A despeito da incerteza sobre a autoria real, é razoável supor — com base em análises do padrão operacional dos grupos ligados a Al-Qaeda e, principalmente, com base no assassinato prévio do general Ahmad Massud da chamada Aliança do Norte — que Osama Bin Laden seja de fato o responsável, em última instância, pelos atentados.

Seja como for, o governo dos Estados Unidos e seus aliados mais importantes já decidiram que a presença de campos de treinamento e estruturas de comando da organização de Osama Bin Laden no Afeganistão, assim como o suporte ostensivo do governo do Talibã a essa organização, tornam o Afeganistão o centro imediato da resposta militar norte-americana conforme a doutrina expressa em diversas ocasiões pelo presidente George W. Bush, segundo a qual os “Estados que dão apoio ao terrorismo serão tratados da mesma forma que os próprios grupos terroristas”. Ainda persistem vozes no gabinete de Bush (especialmente o subsecretário de Defesa Paul Wolfowitz) defendendo um ataque simultâneo e imediato ao Iraque e ao Afeganistão, mas não creio que essa posição predomine, o que nos deixa então, por enquanto, com o teatro afegão.

Em meados de 1991, os governos da União Soviética e dos Estados Unidos concordaram em cessar o suporte direto aos grupos em luta no

Afeganistão. Não disponho de estimativas precisas para os gastos acumulados dos Estados Unidos com suas operações encobertas no Afeganistão ao longo do período 1980 — 1991, mas o valor autorizado pelo Congresso daquele país ultrapassou os dois bilhões de dólares. Além do dinheiro norte-americano, a Arábia Saudita também forneceu imensas somas de recursos, enquanto o Egito, a China e o Paquistão forneceram armas e/ou apoio logístico aos guerrilheiros anti-soviéticos.

Considerando-se as várias fases anteriores da guerra (1979 — 1989, 1989 — 1992, 1992 — 1996 e 1996 — 2000), morreram mais de um milhão de afeganes e cerca de três milhões e meio de refugiados foram deslocados principalmente para o Paquistão, mas também para o Irã, Tadjiquistão e Uzbequistão. A dinâmica da guerra destruiu as reformas centralizadoras e, bem ou mal, modernizantes do regime comunista, desencadeando tendências fragmentadoras e regressivas que fizeram com que, logo após a retirada soviética em 1989, a precária coalizão dos grupos islâmicos patrocinada pelos Estados Unidos fosse rompida em favor de alinhamentos de base étnica (para uma população de 22,7 milhões em 2000, os três grupos principais são os 38% de pashtunes, 25% de tadjiques e 19% de hazaras, além de baloutchis no sul e uzbeques no noroeste) ou religiosa (84% de sunitas e 15% de xiitas, a maioria dos quais são etnicamente hazaras).

A tomada de Cabul e a imposição de uma derrota final ao governo comunista de Najibullah em 1992 foi liderada pela facção do general tadjique Ahmad Shah Massud (assassinado no dia 10 de setembro de 2001), que se tornou ministro da Defesa de um governo presidido pelo também tadjique Burhamuddin Rabbani, ainda hoje reconhecido como o presidente de fato do Afeganistão. Enquanto o Jamiat-i Islami-yi Afghanistan (Estado Islâmico do Afeganistão) de Massud reunia quase todos os grupos não-pashtunes e aliava-se ao partido xiita Hizb-i Wahdat-i Islami-yi Afghanistan (Partido da Unidade Islâmica do Afeganistão), apoiado pelo Irã, o Paquistão perdeu influência na política interna do

Afeganistão depois da Guerra do Golfo, porque seus aliados pashtunes do Hizb-i Islami-yi Afghanistan (Partido Islâmico do Afeganistão), liderados por Gubbuldin Hekmatyar, desgastaram-se ao apoiar Saddam Hussein no confronto contra os aliados norte-americanos do governo de Islamabad.

Assim, os governos do Paquistão e da Arábia Saudita financiaram e apoiaram militarmente o Da Afeghanistano da Talibano Islami Tarik (Movimento Islâmico do Taliban do Afeganistão), liderado pelo Mulá Mohammed Omar, surgido em 1994 do seio do movimento fundamentalista dos estudantes e professores das escolas religiosas deobandi (um ramo do wahhabismo, predominante na Arábia Saudita). Em 1996, o Taliban conquistou Cabul e passou a controlar cerca de 70% do território afegão. O Irã apoiou então a formação de uma aliança entre os xiitas do Wahdat-i e as forças do Jamiat-i de Massud, que se concentraram no norte, formando uma Frente Islâmica Unida de Salvação do Afeganistão (FIUSA), o principal grupo oposicionista aos Talibans. Além da FIUSA, também combate o atual governo de Cabul o grupo do general Dostum, egresso do regime comunista no poder até 1992.

Por sua vez, como se sabe, o regime do Taliban impôs uma interpretação ainda mais rigorosa da sharia muçulmana do que aquela vigente nas Petromonarquias do Golfo, e adotou posturas culturais e morais regressivas ao extremo, obtendo condenação internacional generalizada. O regime do Taliban também vem sendo denunciado pelas Nações Unidas por ter duplicado a produção de ópio nos últimos anos e voltado a tornar o Afeganistão um dos maiores fornecedores mundial de opiáceos para a fabricação de heroína e outras drogas ilegais. Mesmo assim, graças ao suporte saudita e paquistanês (e, pelo menos indiretamente, dos próprios Estados Unidos até 1998), suas forças militares vinham impondo sucessivas derrotas à FIUSA. Também em 1998, quando o governo de Cabul tomou a cidade de Mazar-e-Sharif, principal bastião de Massud, o governo do Irã mobilizou suas forças

armadas e ameaçou intervir depois que nove de seus diplomatas foram assassinados e a minoria xiita passou a ser perseguida mais intensamente pelo Taliban.

Do ponto de vista dos Estados Unidos, o principal problema representado pelo governo do Taliban é que o novo regime de Cabul passou a apoiar e fornecer um espaço seguro para grupos guerrilheiros e terroristas de mais de quarenta países, desde a Argélia, Egito e Bósnia até a Chechênia russa, a Palestina, o Sudão e a Índia, muitos deles veteranos da Guerra do Afeganistão contra os soviéticos. Em particular, o Taliban garante um "santuário" para o Al-Qaeda, o núcleo central da "confederação" liderada pelo milionário saudita Osama Bin Laden. Enquanto o triângulo saudita-paquistanês-afegão dava suporte para operações contra adversários dos Estados Unidos (como na Iugoslávia e no Cáucaso russo), Washington poderia ter mantido uma posição ambígua em relação ao Al-Qaeda. Porém, depois dos atentados às embaixadas estadunidenses em Nairóbi e Dar es Salaam (1998), isso seria cada vez mais difícil, e inclusive acabou se transformando em hostilidade aberta depois dos atentados de 11 de setembro de 2001 contra o Pentágono e o World Trade Center.

Embora o governo Bush venha destacando que seus objetivos no Afeganistão ainda estão sendo definidos, o mais provável em função da gravidade dos ataques de 11 de setembro é que tais objetivos envolvam, no mínimo, a localização e destruição dos campos de treinamento do Al-Qaeda no país e a degradação da capacidade militar das forças leais ao Taliban, criando condições para a expulsão dos membros do regime das principais cidades para as montanhas e a derrubada do governo. A captura e morte de Bin Laden e dos principais dirigentes do Al Qaeda fazem parte de uma outra dimensão da resposta norte-americana aos ataques de 11 de setembro, que será comentada posteriormente e que envolverá uma escalada repressiva global contra o terrorismo, mas que tem relativa autonomia em relação aos objetivos no Afeganistão.

Diante desses objetivos, os custos políticos internos para o Paquistão e, em menor escala, para a Arábia Saudita e os demais regimes monárquicos e/ou integristas aliados aos Estados Unidos na região são claros: ao se alinhar contra o Taliban e Bin Laden numa “cruzada” (o abandono tardio do termo não elimina a percepção que as pessoas na região tendem a ter sobre o conteúdo da operação brandida por Bush), eles enfrentam o risco real de sublevação popular e fortalecimento das facções fundamentalistas militantes. No caso do Paquistão, além do substancial apoio ao Taliban e ao próprio Bin Laden entre a população e as forças políticas, existem setores das forças armadas e dos serviços de segurança que poderão confrontar abertamente o governo no caso de uma operação militar norte-americana partindo do território paquistanês. Da parte dos Estados Unidos, a diplomacia coerciva exercida contra dois de seus principais aliados na região foi apenas parcialmente compensada pelo pacote de incentivos já anunciado no caso do Paquistão, envolvendo a concessão de créditos pelo FMI, reescalonamento da dívida externa e levantamento de sanções impostas depois do golpe militar que levou ao poder o general Pervez Musharraf em 1999, agravadas depois dos testes com mísseis nucleares.

Ou seja, independentemente das promessas feitas por Musharraf, Islamabad não está em condições de garantir a segurança das tropas norte-americanas e das linhas de suprimentos entre o porto de Karachi e as principais cidades afegãs. Diante disso os Estados Unidos não investiriam força suficiente para, no limite, ocupar e tornar seguro parte do território paquistanês como parte de sua campanha contra o Taliban e Bin Laden. Se for assim, o cenário mais provável para a operação dos Estados Unidos no teatro afegão será uma combinação de ataques aéreos lançados dos porta-aviões no Índico, apoiados por bombardeiros de longo alcance vindos de Diego Garcia, Incirlik e das bases aliadas no Golfo Pérsico. Considerando a operação de retaliação de 1998, mísseis de cruzeiro Tomahawk também deverão ser utilizados. Será possível o lançamento de operações especiais a partir de território paquistanês,

mas o grosso das operações terrestres norte-americanas deverá ser lançado a partir das ex-repúblicas soviéticas da Ásia Central, especialmente do Tadjiquistão e Uzbequistão. Além das bases russas na região, o próprio território controlado pela FIUSA no norte (em alguns casos chegando a até 20km de Cabul) fornece uma base mais segura para as unidades leves aero-transportadas (bastante efetivas contra esse tipo de adversário) que os Estados Unidos deverão lançar contra as principais cidades.

A combinação de grande superioridade de inteligência (a aparente derrubada de um *Global Hawk* não tripulado, utilizado para a coleta de *imint*, indica que as operações de infiltração e reconhecimento já iniciaram), capacidade logística para a disposição de forças especiais e unidades convencionais de assalto e comando do ar tende a fazer com que os objetivos americanos sejam alcançados, com baixas, mas sem um custo inicial tão alto como seria o caso na hipótese (cada vez mais distante) de uma invasão convencional e em grande escala do Afeganistão, partindo do Paquistão e voltada para o controle estável da maioria do território afegão.

Uma vez derrubado o regime do Taliban, no prazo de semanas, ou alguns meses, aumentam os custos e diminuem os benefícios da permanência do comando do Al-Qaeda no Afeganistão e cumprem-se os objetivos imediatos dos Estados Unidos, mas novos problemas surgirão dessa vitória. O aparente alijamento do Irã na concertação de um futuro governo afegão construído a partir da FIUSA traz de volta a influência russa para o coração da Ásia Central (suprema e amarga ironia que torna retrospectivamente fútil a derrubada do governo Najibullah em 1992), mas de forma muito mais precária e limitada. Sem uma ampla concertação na região, a guerra afegã pós-intervenção norte-americana se prolongará por muitos anos, instabilizando a região e, no limite, introduzindo uma cunha entre a Rússia e a China. Os dois países vêm se aproximando nos últimos anos e assinaram o "Tratado Sino-Russo de Boa Vizinhança e Cooperação Amistosa" no dia 16 de

julho de 2001. Tanto a prolongada presença de tropas norte-americanas no Paquistão ou no Afeganistão quanto uma aliança entre a Rússia e os Estados Unidos para o controle dos recursos do Cáspio e a influência na Ásia Central atemorizam a China e criam dificuldades para o Irã. Além disso, a instabilidade resultante cria condições para a mobilização de populações islâmicas oprimidas por parte de grupos fundamentalistas desde o Sinkiang chinês e o Paquistão até a África.

Na verdade, uma aliança mais explícita com o Irã nesse momento serviria a diversos propósitos. Além de contribuir para a estabilidade da Ásia Central, ajudaria a equacionar o problema no Oriente Médio e a desarmar a tese de que a resposta aos atentados consistirá em última instância numa cruzada contra o Islã. Infelizmente, isso esbarra na objeção do clero conservador iraniano a qualquer negociação com os Estados Unidos e também na falta de disposição dos Estados Unidos para introduzir sutilezas que dificultem a segunda dimensão de sua resposta: a campanha global antiterror. Negociar com o Irã significaria reconhecer que o Hizbolá libanês é diferente do Hamas na Palestina e do GIA argelino não apenas por ser xiita, mas também por suas metas políticas mais limitadas, o que, por sua vez, poderá levar a uma complicação ainda maior: afinal as FARC colombianas (atualmente incluídas como organização terrorista na lista do Departamento de Estado) talvez daí não possam mais ser descritas como terroristas e assim por diante. Enfim, a segunda dimensão da resposta norte-americana tem indicações positivas (um aperto sobre os paraísos fiscais), mas também inúmeros complicadores, a começar pelo reconhecimento da complexidade do fenômeno "terrorista" no mundo contemporâneo, um tipo de sutileza mais afeito aos europeus do que aos seus aliados do lado de cá do Atlântico.

Em resumo, Osama Bin Laden foi um dos mais importantes colaboradores norte-americanos na luta afegã contra a União Soviética, mas começou a afastar-se depois de recusar-se a aceitar que os locais sagrados de Meca e Medina fossem defendidos pelos "infiéis" durante



a Guerra do Golfo de 1990-1991. A transformação do Afeganistão, de "vitória" norte-americana na Guerra Fria a foco de instabilidade da Ásia Central e um dos principais problemas de segurança dos Estados Unidos, num espaço tão curto de tempo, reforça a percepção de que operações encobertas tendem a se caracterizar por possibilidades muito remotas de sucesso no curto prazo e por uma quase certeza de que "efeitos perversos" seguir-se-ão no médio e longo prazos. Este é um dos principais dramas envolvidos na atual guerra antiterror iniciada pelos Estados Unidos como resposta aos brutais atentados do dia 11 de setembro.

## **O terror e a “justiça infinita”: o novo alcance da coerção extra-econômica**

José Miguel Martins, outubro de 2001

Existem eventos que criam uma “brecha” no tempo, permitindo dividir-se um futuro cuja lógica de ser contrária os cálculos e os desdobramentos daquilo que é considerado “provável”, ou mesmo “possível”, nas considerações dos contemporâneos. Em parte isso se deve ao impacto de certos eventos que quebram a linearidade do tempo, permitindo que o passado perdure no presente. Sem dúvida, os acontecimentos de 11 de setembro pertencem a essa classe de eventos capazes de romper a barreira de seu próprio tempo. Todavia, seria prematuro indicar que os atentados marcam a fronteira entre duas épocas. Ainda assim, parece fora de questão que o evento de 11 de setembro subverteu os parâmetros de percepção do real.

De acordo com Bianchi, as “situações” traduzem alterações que são mais do que uma mera mudança de conjuntura, e menos do que uma mudança sistêmica. O teor das mudanças de situação informa a percepção das bases sobre as quais poderá se dar a mudança sistêmica. A nova situação tem, em seu centro, três características principais: a primeira é facilmente identificada na modificação inusitada dos alinhamentos internacionais. Os EEUU estão indo à guerra junto com a Rússia, e não, como seria mais lógico, com a OTAN. A outra

característica marcante do período é que a crise política suscitada pelos atentados mascara uma grande crise econômica, já em andamento, ainda que sem a devida visibilidade. Por fim, a conjugação desses elementos deverá levar a um aumento de intensidade da coerção extra-econômica. Esta talvez seja a característica mais preocupante dessa nova situação.

Se é verdade que a nova situação está "saturada de passados", é igualmente justo afirmar que está "grávida de futuros". Entretanto, a magnitude dos acontecimentos e das forças potencialmente envolvidas traz a convicção de que o desfecho da situação será mesmo decidido na universalidade do presente.

## Proximidade com a Rússia e distância da OTAN

---

Os norte-americanos têm seu direito de defesa. Como, aliás, todos os povos do planeta deveriam ter. Solicitar que não reajam, além de inútil, seria injusto. Talvez até criminoso, ao considerarmos que a inação pode tornar-se um estímulo a novas agressões. No entanto, se a reação americana se der nos termos da anunciada campanha global antiterror e se for mantida a caracterização do Departamento de Estado para o "terrorismo" — feita para abranger desde grupos insurgentes até organizações criminosas —, então a "liberdade duradoura" (*enduring freedom*) terá ampla autonomia em relação aos seus objetivos declarados. Seria mais bem definida por sua designação anterior, "justiça infinita", termo mais apropriado para uma cruzada. Pois é nisso que se converte a guerra sem limites, em que a mistificação toma o lugar da política.

Existem sintomas práticos indicando que a política (e, portanto, a diplomacia) foi a primeira vítima desta guerra. Antes mesmo da deflagração do primeiro tiro, os norte-americanos já haviam quebrado um padrão consolidado no curso de todo o século XX, o de fazerem a guerra apenas como parte de amplas coalizões. Sua parceria exclusiva com a Inglaterra foi um claro indício de que não pretendem compartilhar decisões, nem mesmo no âmbito da OTAN. Ao mesmo tempo, firmaram com a Rússia uma aliança que traz de volta a influência russa para o coração da Ásia Central. Considerando-se que a política norte-americana nos últimos vinte anos foi a de conjugar forças regionais e locais para afastar da região a URSS — e depois a Rússia —, deixando um saldo de milhões de mortos, refugiados e inválidos e desdobrando-se nas guerras civis que eclodiram em toda a Ásia Central, a nova política dos EEUU poderia parecer um deboche vicioso diante da futilidade de tantas perdas. Caso se confirmem as tratativas dos EEUU com os russos para que tenham bases permanentes na região — perdendo a aliança seu caráter circunstancial e emergencial —, restará aos povos da região a impressão de que a presença militar americana é antes avalista da manutenção de tropas russas na região do que, propriamente, um contrapeso à sua presença.

Naturalmente, os russos também pensam deste modo. Pretendem recuperar espaço na Ásia Central, ampliar a zona do rublo, pôr fim ao interminável ciclo de guerras civis no espaço da ex-URSS, conter os movimentos autonomistas e neutralizar tensões separatistas. Além disto, podem ter em vista manipular os receios de Pequim quanto à presença militar americana na região. No entanto, além de se reabilitar retrospectivamente pela intervenção no Afeganistão e obter ganhos diplomáticos notáveis, há muito mais em jogo: petróleo, gás natural e urânio *in natura*. A região do entorno do Cáspio tem as maiores reservas mundiais inexploradas, ou em fase de ativação, desses três elementos, decisivos para a equação energética da Eurásia. Fala-se no Cáspio como o "Oriente Médio" do século XXI.

Os contratos em torno da extração de petróleo e gás, produção, refino e o trajeto que irão seguir os oleodutos e gasodutos, a nacionalidade de quem os irá construir, a origem dos capitais que irão financiá-los são questões que definem diretamente a quem irão beneficiar essas novas e gigantescas reservas. Isto significa, por decorrência, definir as bases da equação energética da China, Índia, Japão e da comunidade europeia. Além, é evidente, dos próprios interesses americanos que, com sua presença na região, podem obter preços abaixo dos praticados pela OPEP. A British Petroleum, que recentemente fundiu-se com a americana Amoco, é tida como uma das prováveis companhias para explorar a região. Considerando-se que após a guerra do Kuwait foram os países com força militar na região que ganharam os contratos de reconstrução, então, talvez, a coalizão ocidental não seja restrita tão-somente por razões "militares".

Avaliando as cifras gastas por todos os países com a importação do óleo, a oscilação de preços no mercado mundial e sua repercussão sobre a balança comercial — o que acaba por afetar o câmbio de moedas —, temos uma exorbitante vantagem competitiva para os EEUU em relação a seus competidores. Em termos práticos, significa regular tanto o crescimento dos europeus quanto da própria Ásia e, caso seja necessário, impedir que os países asiáticos, em conjugação com os capitais europeus, possam dar origem a um novo ciclo sistêmico de acumulação. E uma nova direção sobre o capitalismo equivaleria, em termos políticos, à consolidação de um equilíbrio multipolar.

Recentemente, Rússia e China firmaram uma parceria estratégica, baseada, sobretudo, na oposição à retomada do projeto "Guerra nas Estrelas" por parte dos EEUU. Esse acordo foi um passo significativo para o estabelecimento de um mundo multipolar. A aliança entre a Rússia e China no presente teria um significado análogo à união dos três Impérios (Alemanha, Áustria e Rússia) no século XIX para contrabalançar o poderio inglês. A partir desses eventos, a expectativa de ganhos por parte da Rússia esfria sua disposição de cerrar fileiras

com a China na oposição ao "Guerra nas Estrelas". Mas isso não é tudo.

Aqui é que o presente encontra-se saturado de "passados". No congresso de Berlim, em 1878, para manter a aliança entre as três monarquias (Rússia, Alemanha e Áustria), Bismarck argumentou contra uma pretensão russa de expandir-se para os Bálcãs, posto que esta feria os interesses da Áustria. O intuito do chanceler era manter a unidade dos três Impérios. Entretanto, o que Bismarck não sabia era que, secretamente, a Inglaterra já havia aceitado a pretensão russa. Ficou aos russos a impressão de que Bismarck solapara um ganho "já obtido". Foi graças a este tipo de percepção que a Rússia passou a descrever Bismarck como pérfido etc., até em documentos oficiais, razão pela qual o Congresso de Berlim marca, principalmente, o início da derrocada do equilíbrio baseado no concerto europeu. Sobretudo por ter lançado as sementes que, quase 40 anos depois, colocariam em guerra, em lados opostos, Alemanha e Rússia, então sólidas aliadas.

A similitude entre as duas situações repousa, sobretudo, no fato de que a Inglaterra da época não poupou esforços e meios para manter os russos afastados dos estreitos, considerando que esta era chave do mediterrâneo leste. Ainda assim, os russos acreditaram, de boa-fé, que os mesmos ingleses pretendiam franquear-lhes acesso a um mar quente (Adriático), no coração da Europa. Hoje, os russos acreditam que obterão, pelas mãos dos americanos, acesso à Ásia Central e uma parceria com eles no desenvolvimento da região. Isto depois de, por mais de 20 anos, os EEUU terem como centro de sua política na Ásia Central a expulsão dos russos. Como a Inglaterra, os EEUU esperam que a China contenha as pretensões russas na região, o que, de um modo ou outro, devêrá acontecer. Naquela ocasião, a Inglaterra "cedeu" à Rússia os Bálcãs, para indispô-la com a Alemanha. Agora, os EEUU "cedem" aos russos o Afeganistão, para indispô-los com a China.

Como ocorre hoje com a China, a Alemanha de então era a potência emergente. Há uma segunda recorrência: a inversão na direção do vetor de disputa no sistema internacional. Desde o século XVI, os confrontos na Europa davam-se da periferia para o centro (Itália, Ibéria, Países Baixos, Rússia). Com a unificação alemã, passaram a se dar do centro para periferia — e tivemos as duas grandes guerras. Na Ásia do século XX, as guerras também se deram da periferia para o centro: Coreia, Vietnã e, por fim, Iraque. Agora, quase concluída a reunificação da China, passa a dar-se do centro (Afeganistão) para periferia, já que os efeitos da ação americana deverão, cedo ou tarde, em maior ou menor grau, envolver também Paquistão e Índia, Rússia e China, Irã e Iraque.

Assim, tem-se um novo e nada desprezível subproduto da interferência americana na região: indispor Rússia e China. Apenas colocar esta cunha entre ambas já justificaria toda a operação Afeganistão.

O mero afrouxamento de laços entre Rússia e China já tenciona contra a multipolaridade. O que dizer então do pior? Caso, por exemplo, entrem em choque, como resultado da desintegração de uma ex-república soviética como o Quirguistão? Então, os efeitos se sentirão tanto sobre a Europa e o Japão quanto sobre as partes diretamente envolvidas. É a dimensão do risco que torna imperativo que os homens do presente exorcizem o peso do passado que insiste em realizar-se no presente.

Mas a extensão da operação (concebida para ser executada em diversas etapas) e as já anunciadas medidas de combate ao terror sugerem que, mesmo sendo importantes os objetivos a serem atingidos no Afeganistão, a operação não se esgotará neles.

## A intensificação da coerção extra-econômica

---

O que caracteriza o capitalismo em relação aos modos de produção anteriores é o trabalho livre. Isto é, livre de qualquer constrangimento ou coerção sobre a figura do operário, que dispõe de si mesmo, ainda que seja a liberdade para passar fome. No princípio do capitalismo, a liberdade se restringia exatamente a isso e ao mero direito de ir e vir. Hoje, graças ao processo de publicização do direito civil, abarca, além das liberdades civis, as conquistas do mundo do trabalho. O neoliberalismo militou contra essas liberdades, mas sempre buscando o consentimento, ou seja, exercendo sua política através da persuasão e do jogo parlamentar.

No centro do que pode ser um confronto sistêmico atípico  $\frac{3}{4}$  porque sem um desafio à supremacia americana  $\frac{3}{4}$ , está a intensificação da coerção extra-econômica. Sempre presente no sistema internacional, a chamada coerção extra-econômica pode chegar a um patamar em que seu exercício compromete a credibilidade e a ação do que se convencionou denominar de "agentes econômicos". A consequência mais direta disto é que os aspectos político-militares podem passar a desempenhar um papel cotidiano e decisivo para a determinação de fatores como o preço, o câmbio de moedas, o custo de matérias-primas ou mesmo a oferta de dinheiro, a despeito e além das relações "normais" de mercado, estabelecidas, em tese, pela "oferta e procura".

Caso se confirme essa tendência, estaremos diante de um novo cenário, que impõe uma reflexão sobre o conteúdo desse sistema, cujos contornos ora apenas se insinuam. Poderemos chamá-lo, ainda, de "capitalismo"? A caracterização do capitalismo como reino do "trabalho livre" reuniu antípodas, como Max Weber e Karl Marx. A coerção extra-econômica, no capitalismo clássico, ficou relegada à competição internacional e às relações próprias do sistema interestatal. As armas



sempre estiveram presentes para dar um impulso decisivo em momentos críticos. Mas, passadas essas ocasiões, "podia-se voltar a fingir que a economia movia-se exclusivamente, por considerações de oferta e procura". Todavia, mesmo quando se lançava mão da força para "abrir" mercados, isso era feito no sentido de reforçar as relações capitalistas a partir do que estas têm de mais característico: o fortalecimento do trabalho livre, assalariado, até mesmo para gerar a ampliação dos próprios mercados. Deste modo, a competição interestatal foi um elemento fortalecedor do capitalismo histórico em todo o seu curso e, portanto, do trabalho livre.

Pela primeira vez no capitalismo histórico, a potência dirigente do sistema internacional está para empreender um movimento cuja lógica mais sutil consiste em contrariar o princípio do trabalho livre. Caso essa tendência se confirme, poderemos estar diante de um marco histórico da maior importância: a lenta conversão do ultracapitalismo em um capitalismo politicamente orientado, e a substituição do trabalho livre por formas associativas de trabalho e da gestão burguesa e "nacional" pela direção de um estamento supranacional.

As presentes condições não autorizam a opinião de que esta nova elite será ampla o suficiente, ou representativa o necessário, para impor-se legitimamente. Restará a guerra, não mais como último recurso, ou a continuação de uma determinada política por outros meios, mas talvez como a única política viável.

Caso esta perspectiva se configure, o exercício da coerção extra-econômica estará no limiar de deixar de ser parte da matriz subjacente às relações internacionais e passar a ser um componente orgânico da acumulação de capital, emprestando a esta um sentido e direção bem determinados. Em seu limite extremo, a situação pode levar a um novo modo de produção, um capitalismo "politicamente orientado" do qual já falaram Max Weber e Raymundo Faoro, no qual o Estado, ao invés de "organizar" o capitalismo, cria um tipo de estamento que, de certa forma, torna-se seu sucedâneo.

## A crise econômica submetida à "justiça infinita"

---

A perspectiva acima delineada é algo muito distante do capitalismo tal como definido por Weber, cujo *ethos* é a empresa, o *habitat* é a liberdade e em que a racionalidade depende apenas do balanço contábil. A crise econômica, no entanto, que é real e autônoma em relação aos acontecimentos do 11 de setembro, está agora sujeita à manipulação ideológica para exigir-se a disciplina, o sacrifício e, sobretudo, a subordinação, visando a assegurar um novo patamar de acumulação de capital no centro. De todo modo, o trágico evento já tem serventia para justificar a maciça transferência de recursos públicos para as empresas norte-americanas em dificuldade. Paulatinamente, afigura-se um sistema cujo *ethos* desloca-se da empresa para o Estado e cuja racionalidade pouco ou nada tem a ver com a contabilidade empresarial.

Na última década, a contabilidade empresarial nos EEUU teve sua alavancagem baseada, sobretudo, em investimentos em ações, contrariando a tendência anterior de centrar-se em obrigações do tesouro americano ou em ativos imobiliários. Entre o fim do ano passado e o início deste, a "bolha" contida no mercado acionário norte-americano começou a vazar lentamente e, ao invés de um craque espetacular, seu esvaziamento manifestou-se através de uma leve tendência de baixa, que, no entanto, foi se prolongando. Todavia, o efeito da queda foi minimizado pelo fato de que o resto do mundo investe mais dinheiro nos EEUU do que eles no exterior. Os mercados de ações foram o principal captador dessa massa de investimentos externos. Os atentados ocorreram exatamente no momento em que começava a ficar evidente, pelo desempenho da economia americana no segundo semestre, que os EEUU não estavam imunes às vicissitudes do ciclo econômico, como se chegou a afirmar.

Em paralelo com a crise econômica, existe uma crise política cuja gênese é autônoma, mas que possui desdobramentos “funcionais” para elidir o problema da economia. A crise política advém do próprio atentado, pois a mera possibilidade de que ações terroristas espetaculares venham a ocorrer põe em risco a democracia no mundo. Caso essa perspectiva se confirme, temos um elemento inusitado: a entronização da coerção extra-econômica na esfera interna de cada país, sobretudo na periferia, agindo como mecanismo de controle de mão-de-obra ou mesmo como fator de regulação das bases mais gerais em que se dá o planejamento da atividade econômica.

A crise econômica está também no centro do problema político. Além do vazamento da “bolha” alentada nos últimos anos pelo mercado acionário norte-americano, existem questões no âmbito da economia real que precisam ser resolvidas e que dizem respeito à própria acumulação de capital. Podemos dizer, de modo mais preciso, que é necessário transpor a terceira etapa da revolução tecno-científica. Tivemos a etapa dos novos materiais e a etapa das novas tecnologias, que trouxeram a produção flexível. Agora estamos no limiar de uma nova fronteira: a interação entre organismos geneticamente manipulados e os sistemas cibernéticos. Só os EEUU têm condições de, em um futuro previsível, dispor dessas tecnologias em nível de mercado. Este processo, no entanto, requer um novo período de acumulação de capital. E nesses períodos, como sabemos, há enxugamento da “liquidez” — ou seja, retração do consumo —, pois o capital abandona sua forma de dinheiro e é convertido em instrumentos e meios de produção. Também há redução dos salários e, paradoxalmente, do próprio nível de emprego. Isso é possível em virtude de que os produtores de meios de produção são privilegiados às custas dos produtores de meios de consumo. Como o grande “consumidor” passa a ser o Estado, no âmbito da economia simbólica há o deslocamento de dinheiro das ações para os títulos do tesouro americano.

Para a periferia, isto significa que os EEUU vão reduzir suas importações. O índice nominal de crescimento de sua economia irá retrair, o que também sugere que os capitais irão escassear, porque a liquidez geral do sistema deverá cair, e porque, na periferia, não existem mais ativos estatais para privatizar. Disso podemos deduzir uma tendência de queda dos níveis gerais de renda, salários e consumo em geral. Esse talvez seja o pior dos cenários: não dispor de dinheiro do exterior nem deter condições para efetuar exportações e, ainda, sofrer pressões em uma intensidade acima do habitual para manter abertos os mercados locais.

## A situação sem a "justiça infinita"

Ocorre que cada vez que o centro entra no Kondratiev B, isto é, no período negativo do ciclo (longo) de cinquenta anos, na periferia há o advento de processos de ampliação do mercado interno e, eventualmente, em função das limitações protecionistas que todos adotam, pode surgir até mesmo uma indústria de substituição de importações, sobretudo se houver o auxílio de guerra ou circunstâncias de guerra.

No caso da situação no Brasil — que se constitui num exemplo importante da periferia —, o desdobramento deste cenário sugere que o próximo governo, a assumir a presidência a partir de 2002 — quem quer que seja —, possivelmente vai: 1) estabelecer limites para a circulação de capital estrangeiro (exatamente em um momento em que ele escasseia e quase desaparece); 2) arcar com uma desvalorização da moeda que subsidie as exportações e talvez adote subsídios indiretos em alguns setores, por meios fiscais e tributários (nesse período em que os mercados do centro retraem-se e, graças à monomania brasileira pelo "primeiro mundo", não somos capazes de vender fora da Europa e EEUU); 3) intensificar o

confisco salarial em níveis superiores ao que deverá ocorrer no centro, promovendo, além da redução de empregos e salários, a volta do imposto inflacionário, condição imprescindível para a superexploração do trabalho sem operar mudanças na legislação e no direito em vigor (em um momento em que há recrudescimento da miséria e fome numa população que, às custas das sobras do consumo desenfreado da elite, acostumou-se a comer ao menos frango); 4) desenvolver mecanismos para diminuir o custo de consumo da indústria, buscando compensar as dificuldades de importação geradas pela fragilidade da moeda. Em decorrência, nossos empresários — e os executivos das multinacionais — irão reivindicar maiores investimentos em pesquisa e desenvolvimento, o que deverá ser atendido pelo governo, mobilizando as universidades e centros de pesquisa (no momento em que o sucateamento dessas instituições e a fuga de cérebros chegou ao seu auge); 5) constatar que, antes mesmo dos atentados ou de a crise arrochar os EEUU, as modestas metas de crescimento do Brasil em 2001 já estavam comprometidas; que este fato se deveu à falta de energia, e que só não há o colapso energético pleno porque destruímos forças produtivas na década de 80 e crescemos muito pouco na década de 90.

Nesse quadro, fará pouca diferença se o país aumentar um pouco mais a emissão de dinheiro (e a inflação) para investir em infra-estrutura. É o que deverá ser feito, e o investimento mais barato é a energia nuclear. Três reatores nucleares, do tipo produzido pela marinha brasileira — são os mais baratos —, bastam para sustentar a grande São Paulo (quase 20% da produção industrial e 17% das exportações industriais do país). Na esteira do desenvolvimento energético, advirá a inevitável capacidade nuclear.

Concluindo, toda a estupidez própria das “patriotadas” dos brasileiros nos momentos de grave crise não conseguirá elidir o efeito da retomada dos investimentos em infra-estrutura e P&D na décima economia do mundo. O financiador será o povo pobre e seu trabalho superexplorado, que costumamos depreciar, mas cuja capacidade de alavancagem excede (ainda que com um custo humano altíssimo) a de qualquer financiamento internacional. Em suma: pode dar certo.

Esse quadro pode repetir-se em diversos países em vias de desenvolvimento. Assim, quando acabar a fase de acumulação no centro e voltarmos à fase de expansão do consumo (para muitos, sinônimo de *crescimento*), os EEUU irão encontrar uma U.E. protecionista e já federada; o Brasil com a Área de Livre Comércio da América do Sul (ALCSA); a Rússia recuperada e a Ásia em expansão, graças a capitais japoneses e europeus, como carro-chefe da economia mundial. Assim, a inserção dos EEUU teria de limitar-se a um nicho especializado de produtos de alta tecnologia, uma versão em escala ampliada do Japão dos anos 60 e 70. Os americanos continuariam o maior PIB do mundo, a maior economia isolada, mas já não seriam únicos e o mundo seria irreversivelmente multipolar. Desta vez, não contariam com as circunstâncias com que contaram após a segunda guerra para fazer o desmonte das economias nacionais: o "perigo comunista" e um excesso de liquidez no mercado mundial para operar o desmonte do Estado após a guerra fria. Isso porque, desta vez, o armamentismo prescindirá de juros altíssimos em função da crise das bolsas.

## A situação com a "justiça infinita"

Para elidir o cenário descrito acima, os EEUU pretendem valer-se da coerção extra-econômica não só no plano exterior, mas na própria esfera interna de cada país. No caso do Brasil, utilizando o pretexto de combater o "terror", vão fazer exigências no que diz respeito aos gastos de governo — energia nuclear, nem pensar —, em troca de migalhas destinadas ao enfrentamento do crime organizado e do tráfico de drogas, impondo restrições à opinião pública, ao debate político e mesmo à expressão e manifestação de idéias. E o mais importante: os EEUU irão desenvolver mecanismos particulares, de controle restrito, dos fluxos de capitais. Obtido este intento, aquele país pode pretender regular o

valor da moeda pela oferta de dinheiro e, em nome da pretensa segurança nacional, estabelecer critérios acerca de salários e níveis de inflação. Em suma, poderão ter até os ecologistas e os sindicatos ao seu lado, mas impedirão a possibilidade de que aqui se dê um novo ciclo de acumulação.

Neste cenário, o povo pobre brasileiro sofrerá da mesma forma. Miséria, desemprego e exploração do trabalho ocorrerão de igual maneira. A diferença é que, nesta hipótese, o sacrifício feito por milhões não terá a menor compensação.

A U.E. sofrerá um enfraquecimento e, em decorrência, os governos mais fortes terão de tomar a iniciativa de romper com a união e perseguir uma política própria e desesperada para enfrentar a hegemonia dos EEUU. Na Ásia, teremos Rússia e China às turras ou em guerra, na América Latina um Brasil mais pobre e com seu exército reduzido a uma guarda nacional (ou, pior, envolvido em uma versão rediviva da guerra do Paraguai, desta vez com a Colômbia) — em suma, implorando pela ALCA. Então, para assegurar o desfecho, uma rápida, mágica e maravilhosa manobra monetarista para equiparar a unidade monetária nacional (então bastante desvalorizada e com inflação alta igual) ao dólar. Para garantir um lastro em dólar, para essa versão da conversibilidade, o governo concorda em um mandato internacional sobre a Amazônia que, a esta altura, será tratada como um patrimônio da humanidade.

Se atuarem dessa forma, ainda que sem querer, nem sequer perceber, os EEUU estarão criando um novo tipo de modo de produção, um "capitalismo estamental", porque politicamente orientado e já não mais dependente do mercado, mas de políticas de Estado. Então não terão mais como recuar da intervenção na economia, os instrumentos administrativos tradicionais se revelarão frágeis ou morosos, e então poderá soar a hora do estado mundial. Sobretudo se houver uma conflagração de proporções na Ásia. Caso Wallerstein esteja certo — sem sistema interestatal não teremos mais capitalismo —, então é

uma questão de tempo e também será encerrada a era do trabalho livre. E o fim do capitalismo terá dado lugar a uma utopia reacionária, orwelliana, em que os termos totalitarismo e fascismo parecerão inadequados e fracos para descrever o horror. O horror infinito. O terror sem fim.

## Considerações finais: a história não acaba

A gravidade dos acontecimentos do 11 de setembro, porém, não pode ser superestimada. Esses eventos precisam ser matizados. Analiticamente, é preciso discernir entre o significado dos atentados em si, seu efeito sobre a imaginação das pessoas e seu sentido de ameaça real; o contexto em que se deram; e, por fim, a situação que gerarão em virtude da múltipla e intrincada cadeia de reações e retaliações e o efeito autônomo de cada uma delas. O problema é que, no mundo real, essas dimensões se interpõem e fazem com que a intenção dos atores isolados tenha um papel bastante limitado no desfecho da situação. Esse componente é que torna a situação atual complexa e potencialmente explosiva, já que possui autonomia relativa face à vontade dos sujeitos. No entanto, isto não diminui a responsabilidade de cada ator — pelo contrário, a ausência de liberdade torna cada ação um gesto da maior importância. Por isso é que, neste momento, o medo e o exagero podem significar ameaças maiores à segurança que a situação real.

Quanto ao primeiro sentido da situação, relativo ao atentado, seu desdobramento direto, seu significado simbólico e real deve ser relativizado. A organização de Bin Laden até o presente foi a maior organização terrorista que o mundo já viu, a única transcontinental, que só obteve essa capacidade porque foi construída com recurso de diversos Estados para realizar suas operações encobertas, o que nos anos 80 era combater a URSS e, nos 90, a Rússia e a China.



Esta organização voltou-se contra um de seus principais artífices, os EEUU. Nada seria mais equivocado que colocar a vítima como culpado, mas é preciso matizar para que não se percam o sentido de realidade e o filtro do interesse nacional que deve perpassar qualquer avaliação sobre o sistema internacional. Além disto, a percepção de ameaça se dá pela esfera do particular, isto é, da existência de riscos concretos sobre o interesse nacional. Ainda assim, deve-se identificar o seu vetor e o sentido da presumida ameaça. Posto isso, é preciso perceber que, antes de estar-se tratando com um "terror global", aleatório e cego, temos uma situação bastante particular. Caso se confirme o papel de Bin Laden nos eventos, é preciso reconhecer, ainda que sem nunca justificar, que existem, de seu ponto de vista, razões que avalizam sua guerra contra os EEUU. O fato de os americanos terem bases na Arábia Saudita, país que Bin Laden quer subverter e cuja monarquia busca derrubar, informa seu intento. As tropas lá estacionadas são um notável obstáculo a seus propósitos. Além disso, segundo informam os próprios americanos, os EEUU estavam articulando, a partir do Paquistão, uma operação subterrânea para eliminá-lo. Observado desta ótica, Bin Laden só tinha a ganhar tornando a guerra "aberta" e de conhecimento público. Deste ponto de vista, as ações ficam mais tópicas e menos "globais" do que se pretende, mudando o sentido da percepção de ameaça. Fica a indignação, a revolta, o repúdio moral a um tipo de ação cujos efeitos degradam a própria condição humana em todo planeta.

Mas a delimitação do sentido real de ameaça cumpre a função de neutralizar o pânico e afastar pretextos que possam servir de motivo para estabelecer mudanças na esfera pública democrática no Brasil, ainda que sirva como alerta sobre a necessidade de incrementar o investimento estatal em inteligência, mas então contam também outras razões.

Quanto ao segundo aspecto, a crise econômica que já existia antes dos eventos, ainda que não com toda visibilidade, terá, é forçoso dizer, seu equacionamento facilitado pela situação atual. Nesse particular, cabe salientar que a disposição em ampliar os gastos militares era anterior à crise e que isto traduz uma estratégia para enfrentar a fase "B" do Kondratiev amplo, isto é, o momento de depressão do ciclo longo (50 anos). Assim, é impertinente tanto falar em "keynesianismo militar" como fator de expansão do consumo nos EEUU (a retração do consumo continua sendo condição para acumulação de capital) como negar o papel cumprido pelos gastos militares para centralização da produção e concentração de capital. Em suma, o mercado americano sofrerá uma retração, inclusive para os produtos brasileiros, mas sua economia se fortalecerá no processo.

Por fim, na vasta teia de reações e retaliações que devem se seguir aos eventos, é muito otimista supor que terão um papel sistêmico e agregador. A agenda americana que inclui combate ao fundamentalismo, ao terror, à proliferação nuclear e ao narcotráfico, e supõe poder lidar com esses temas complexos com meios basicamente policiais ou militares e, de todo modo, meramente coercitivos, é receita certa de novas conflagrações. Este tipo de plano é antes um forte componente de desagregação sistêmica do que mero ajuste da globalização econômica à política. Quem pensa que qualquer um desses fenômenos pode ser liquidado por meios militares ou policiais dever ter aprendido sociologia com Stalin. Esses fenômenos dizem respeito a realidades nacionais e culturais muito arraigadas e as tentativas de sua supressão abrupta só deverão aumentar a possibilidade de guerras civis, que serão rapidamente "escaladas" pela participação internacional. O que há de novo — além da crueldade inaudita do terror — é o comportamento da potência hegemônica que, com tal agenda, parece buscar a afirmação de sua supremacia com o aumento do caos sistêmico, e não através

da estabilidade. Caso se confirme, este comportamento será inédito na história das relações internacionais desde a Westfália.

Mesmo que estejamos diante de um verdadeiro colapso da modernização, é preciso lembrar que, na tradição luso-brasileira, o Estado é o precursor da modernidade, tanto no sentido político e jurídico como no econômico, como sujeito da acumulação de capital. Assim, ainda que estejamos no limiar de uma nova era, cujo contorno e desdobramentos nos são imprecisos e incertos, fica a convicção de que cada questão deve passar pelo crivo do interesse nacional. Para além da crise, os EEUU, Europa, Rússia, China, Japão e Brasil continuarão existindo. E, enquanto existirem, preservarão suas possibilidades, tanto de serem artífices de seu futuro, construindo seu destino, como de reconstruírem seu próprio passado.

## **O acordo sino-russo e a defesa antimísseis dos EUA**

Marco Cepik, agosto de 2001

Até agora, os dois eventos mais importantes da conjuntura política internacional de 2001 foram o teste bem-sucedido do protótipo de um sistema norte-americano de defesa antimísseis balísticos (BMD), realizado no dia 14 de julho (acalme-se, foi coincidência) e, numa outra dimensão, o *Tratado Sino-Russo de Boa Vizinhança e Cooperação Amistosa*, assinado pelos presidentes Jiang Zemin e Vladimir Putin no dia 16 de julho. Neste artigo, examino brevemente a relação entre os dois eventos e discuto os problemas da atual orientação do governo Bush na questão do sistema antimísseis.

### **Acordo sino-russo: o primeiro passo de uma longa marcha?**

---

O tratado sino-russo é o principal acordo entre os dois países desde o Pacto Militar Sino-Soviético de 1950, assinado por Mao Zedong e Stálin. Como se sabe, a aliança entre a URSS e a China de Mao terminou em ruptura diplomática e aberta hostilidade no começo da década de 1960, agravada na década seguinte pela aliança “informal” entre os

Estados Unidos e a China contra os soviéticos. As relações entre China e Rússia vêm melhorando desde meados da década de 1990, mas os desdobramentos políticos internos dos dois países contribuíram para retardar o processo. Agora, terminada a nefasta era Yeltsin para os russos e concluída de forma bem-sucedida a transição chinesa após a morte de Deng Xiaoping, as novas lideranças em Moscou e Pequim decidiram tentar aprofundar os laços econômicos e militares entre os dois países.

Durante a cerimônia de assinatura do novo Tratado em Moscou, o presidente Putin celebrou-o como o nascimento de uma verdadeira "parceria estratégica" para o novo século, enquanto o comunicado conjunto dos dois presidentes procurava destacar que não se tratava de uma aliança militar contra outros países (exemplos hipotéticos seriam os Estados Unidos e o Japão...), mas sim de uma contribuição bilateral para o estabelecimento de "uma nova ordem internacional justa e racional". A despeito da generalidade dos discursos, as implicações do novo tratado serão bastante concretas. Os Estados Unidos sabem disso, mas reagiram ao novo tratado procurando minimizar seu significado. O Departamento de Estado norte-americano caracterizou a iniciativa como uma ação muito mais motivada pelos problemas entre os dois ex-rivais do que pelas potencialidades da cooperação, já que os dois países têm cerca de 4.000 quilômetros de fronteiras e, para os 300 milhões de "chineses" que vivem ao longo delas, existem apenas 20 milhões de "russos" a leste dos Urais, na Sibéria, Ásia Central e Extremo Oriente.

Certamente não é o caso aqui de detalhar os problemas comuns e as oportunidades que justificam o tratado sino-russo, mas eles vão muito além de problemas fronteiriços. O comércio entre os dois países, que já tinham acordado em 1998 que chegaria a 20 bilhões de dólares em 2000, não havia passado de oito bilhões de dólares no ano passado. Mesmo parecendo irrisório quando comparado aos 155 bilhões de dólares de comércio anual da China com os Estados Unidos, um incremento em *joint-ventures* e trocas de serviços e mercadorias terá

impacto nas regiões produtoras dos dois países, muito além da Ásia Central, onde ambos vinham tentando jogar sozinhos, diplomaticamente, a cartada do acesso ao petróleo.

Embora o tratado deliberadamente não fale sobre cooperação militar, apenas sobre o enfrentamento comum de ameaças terroristas vindas de fundamentalistas islâmicos (muitos dos quais apoiados pelos governos aliados aos Estados Unidos da Turquia, Arábia Saudita e Paquistão), a principal consequência da visita de Jiang Zemin a Moscou deverá ser uma aceleração na transferência de tecnologia russa para o esforço chinês de modernização de suas forças armadas. A Rússia não apenas vendeu anteriormente aos chineses várias aeronaves de combate das mais sofisticadas em seu arsenal (como o caça-bombardeiro Su-27 e os Su-30 MKK), mas também investiu na sua produção em fábricas chinesas sob licenciamento da *Sukoi* russa. Além de aviões de combate, os russos venderam aos chineses mais recentemente quatro submarinos movidos a diesel e dois *destroyers* da classe *Sovremenny* armados com mísseis antinavios. O total estimado de receitas russas para este ano de 2001 no comércio de armamentos, munições, peças de reposição, plataformas e sistemas militares diversos com a China é de 1,5 bilhão de dólares, dinheiro desesperadamente necessário para a combalida balança de pagamentos russa. As principais áreas de expansão da cooperação militar entre os dois países nos próximos anos, no entanto, deverão ser justamente tecnologia de foguetes e o setor aeroespacial, muito mais lucrativos e de maiores consequências para a ordem internacional. Contrariando as estimativas que previam em 2000 um ritmo de aproximação mais lento entre a Rússia e a China, a aceleração recente deve-se fundamentalmente à percepção de ameaça representada pela política nuclear do atual governo Bush.

Esse foi o oitavo encontro de cúpula entre Jiang Zemin e Vladimir Putin, que deverão encontrar-se novamente durante a reunião da APEC em Xangai, em outubro próximo. Durante toda a visita do líder chinês à Rússia, as duas delegações fizeram o máximo para não aumentar o

tom das críticas aos Estados Unidos, inclusive porque, em muitos aspectos, os laços de cada potência com o Ocidente continuam sendo tão importantes quanto os laços que se pretendem construir entre ambas. Mas, por isso mesmo, a ênfase das declarações de Jiang Zemin a favor da construção de uma ordem verdadeiramente multipolar como resultado da parceria sino-russa dá uma noção sobre o quanto os dois países levam a sério a ameaça representada pela inflexão da política norte-americana depois de 1999.

## Defesa antimísseis de Rumsfeld: um beco sem saída?

No quarto teste de uma série de dezessete, prevista para o próximo ano e meio, um míssil balístico carregando uma ogiva desarmada foi lançado da base aérea Vandenberg, na Califórnia, em direção ao oceano Pacífico. O veículo de reentrada (RV) carregando a ogiva foi atingido 29 minutos depois, a uma altitude de 144 milhas, pelo projétil (*killing vehicle*) de um míssil de interceptação lançado do atol Kwajalein, nas ilhas Marshall.

O impacto direto entre dois projéteis movendo-se a uma velocidade dez vezes mais rápida do que o tiro do canhão de um tanque é certamente um feito tecnológico. Por isso as comemorações entre os cientistas da Boeing e da *Ballistic Missile Defense Organization (BMDO)*, a agência do Pentágono responsável pelos testes. Mas as comemorações aconteceram também porque os dois testes anteriores tinham fracassado e um teste bem-sucedido era exatamente do que a equipe de segurança nacional do presidente Bush precisava nesse momento, quando crescem as críticas nacionais e internacionais à iniciativa de construção de um protótipo de sistema de defesa antimísseis até o final do atual mandato

presidencial (2004). E também quando o Congresso está discutindo o orçamento de defesa do próximo ano, que inclui um aumento de 57% nos gastos com a defesa antimísseis, chegando a algo como oito bilhões de dólares somente em 2002.

Mesmo bem-sucedido, o teste realizado no dia 16 de julho foi bastante limitado, como reconheceram o próprio diretor da *BMDO* e o secretário de Defesa, Donald Rumsfeld. Antes de mais nada, porque tratou-se de uma única ogiva e de um único chamariz (*decoy*) e os computadores do veículo interceptador haviam sido previamente programados com as “assinaturas” termais dos dois alvos, o falso e a ogiva. Mesmo que a discriminação entre os dois tenha demonstrado a viabilidade dos complexos algoritmos computacionais utilizados para processar em tempo real os dados coletados pelos sensores óticos e termais do interceptador, a estimativa de tempo para a realização de testes mais complexos e realistas extrapola os ritmos pretendidos pela administração Bush para o deslocamento operacional (*deployment*) de um protótipo no Alaska envolvendo radares, mísseis antibalísticos baseados em terra, mísseis deslocados em *destroyers* equipados com radares *Aegis* avançados e também armas *laser* embarcadas em aviões Boeing 747 modificados.

Para uma estimativa de 85% de probabilidade de sucesso na interceptação de um único veículo de reentrada (RV) atacante, uma série de 20 testes de um sistema completo de defesa antimísseis capaz de simular as contramedidas de um adversário real precisaria ser bem-sucedida em 20 dos 20 testes para prover 95% de confiança quanto à taxa de 85% de “interceptabilidade”. Caso três testes falhassem numa série de 20, então seriam necessários 47 testes para garantir o mesmo intervalo de confiança acerca da probabilidade de 85% de acerto de um único “tiro” contra um único alvo. Nessas condições, o ritmo que a administração Bush está advogando para a implementação tem levado muitos parlamentares do Partido Democrata e especialistas em armas nucleares de fora do governo a



se oporem contra o que consideram uma postura irresponsável (*deployment now, test later*).

Além disso, a própria arquitetura do sistema de defesa antimísseis balísticos (BMD), na sua versão atual, tem sido criticada por ser largamente ineficaz para os fins propostos. Como se sabe, o governo norte-americano tem justificado a necessidade do escudo antimísseis em função da ameaça representada por um ataque limitado de mísseis balísticos armados com ogivas nucleares ou biológicas por parte de três Estados inimigos (Coreia do Norte, Iraque e Irã) contra o território dos Estados Unidos, ou então como uma precaução contra o lançamento accidental ou não autorizado de ICBMS e/ou SLBMS russos.

O sistema BMD proposto pelo governo Bush prevê, já para a sua primeira fase de deslocamento em 2004, a integração dos dados dos satélites de vigilância que utilizam sensores de radiação infravermelha (DSP) com as informações de cinco estações de radar de alerta avançado em terra para orientar os sítios de lançamento dos mísseis antimísseis, além do deslocamento de um radar X-Band para complementar os sistemas *phased array* da ilha Shemya, no Alaska. Como já foi dito, seriam instalados mísseis em navios e desenvolvidas armas de pulso *laser* para serem operadas em plataformas aerotransportadas. Em tese, esse sistema defensivo em camadas seria capaz de adquirir alvos balísticos de curto, médio e longo alcance e derrubá-los em qualquer dos três estágios de voo, ou seja, o estágio inicial após o lançamento (*boost phase*), que dura cerca de cinco minutos, o segundo estágio, que dura cerca de 20 minutos, e a fase terminal, de cerca de 30 segundos, quando o veículo carregando a(s) ogiva(s) reentra na atmosfera e as cápsulas aproximam-se de seus alvos.

Porém, as contramedidas necessárias para fazer alguns mísseis atacantes armados com ogivas singulares penetrarem eficazmente por entre defesas antimísseis com até cem interceptadores poderiam ser desenvolvidas por uma fração dos recursos necessários para desenvolver o protótipo do sistema defensivo. Utilizando um número maior de

chamarizes (*decoys*), revestimentos especiais, anti-simuladores e outros tipos de camuflagens capazes de enganar os sensores óticos e termiais, seria — também em tese — possível sobreviver aos interceptadores no terceiro estágio e atingir o território norte-americano.

Convicção semelhante já levava as duas superpotências da Guerra Fria, os EUA e a URSS, a assinarem o *Tratado Antimísseis Ballísticos (ABM)* em 1972. O tratado permitia a construção de apenas um sítio terrestre de mísseis antimísseis para a defesa de cada país, atualmente situados nos arredores de Moscou e, no caso norte-americano, em North Dakota, para proteger os silos de ICBMs ali localizados. Paradoxalmente, a *Doutrina da Destruição Mútua Assegurada (MAD)*, consagrada pelo *ABM*, limitou o crescimento das capacidades ofensivas e criou a possibilidade de uma *détente* entre as duas superpotências. Todos os acordos posteriores de limitação e redução de armamentos nucleares (SALT I-II e START I-II) estiveram baseados no princípio de que a forma mais barata de incrementar a segurança e, na verdade, a única forma viável, dada a impossibilidade de destruir todos os mísseis nucleares inimigos num primeiro ataque preventivo, seria através de reduções negociadas de mísseis ofensivos e da construção de medidas bilaterais de "confiança mútua", tais como o não-deslocamento de radares em "modo ABM", a renúncia ao desenvolvimento de sistemas de guiagem muito precisos ou de sistemas de disparo "automático", ou seja, com intervalo de minutos após um alerta avançado.

Ainda que os Estados Unidos venham gastando cerca de dois bilhões de dólares por ano para ajudar a Rússia a estabilizar seus arsenais remanescentes, os recursos gastos com a redução paulatina das 6.000 ogivas nucleares estratégicas de cada país ainda são apenas uma fração dos recursos previstos para o deslocamento de um sistema antimísseis cuja eficácia é altamente questionada por especialistas norte-americanos que estão longe de parecer ativistas do *Greenpeace* ou agentes de influência norte-coreanos.

Embora os custos totais do escudo antimísseis não sejam revelados, em março de 2000 a *BMD* estimou a construção do protótipo em 38 bilhões de dólares. A imprensa tem veiculado um custo total para o projeto entre 100 e 200 bilhões de dólares nos próximos dez anos. Considerando que o Projeto Manhattan de construção da bomba atômica custou 20 bilhões de dólares (valores de hoje), trata-se de um investimento e tanto mesmo para um país com o superávit que ostenta os Estados Unidos nas suas contas públicas. A racionalidade econômica por trás da decisão de acelerar o *BMD* é grosseiramente simples, já que esse projeto — e também os investimentos de 25 bilhões de dólares que já estão sendo feitos para substituir as atuais frotas de satélites espíões de imagens e sinais eletrônicos — ajudaria a manter aquecido o setor econômico de alta-tecnologia e a diminuir o impacto da atual fase recessiva. Mesmo assim, é difícil crer que se possa sustentar um mínimo de apoio público para tal empreendimento em particular, e também para uma elevação do orçamento de defesa para 324 bilhões de dólares anuais, conforme anunciou Rumsfeld, com base na justificativa de que o escudo seria necessário contra a Coreia do Norte e o Iraque. O que nos leva a um último ponto: os custos políticos e os riscos para a estabilidade mundial.

## O fim do tratado ABM: apenas um passo atrás ou uma nova Guerra Fria?

Nos próximos cinco anos, a Coreia do Norte poderá, no máximo, desenvolver uma versão do seu atual ICBM testado em 1999 (*Taep'dong 1*) para torná-lo capaz de levar uma ogiva nuclear de 10 kilotons até o território continental norte-americano. Realisticamente, menos de dez ICBMs norte-coreanos de baixa acurácia estariam operacionais nos

próximos dez anos. Quanto ao Iraque e ao Irã, os dois países poderiam — em tese — adquirir tecnologia para desenvolver um ICBM nos próximos dez anos, mas tal ameaça não existe ainda e é considerada muito baixa por uma estimativa da CIA publicada em 1999, com avaliações sobre ameaças balísticas contra os Estados Unidos até 2015. Isto reforça a percepção de que o sistema BMD esteja sendo desenvolvido, na verdade, contra a Rússia e a China.

A China possui hoje cerca de 20 ICBMs armados com ogivas singulares de três megatons. Embora o país não seja signatário do tratado ABM, seus mísseis são guardados separados das ogivas e dos combustíveis e não podem ser disparados “automaticamente”, pois a China não conta com sistemas de alerta avançado e necessitaria de várias horas para armar e preparar o disparo de um de seus mísseis. Na hipótese de um confronto militar em torno da questão de Taiwan, a liderança de Pequim talvez possa estar disposta a “trocar” Taipé ou Xangai por Los Angeles, mas o cenário mais provável não é o de uma confrontação nuclear entre os Estados Unidos e a China, inclusive porque os 23 milhões de norte-americanos que em tese morreriam nessa confrontação seriam acompanhados — sempre em tese — por algumas centenas de milhões de chineses.

Por sua vez, depois da ratificação do tratado de redução de forças estratégicas START II pela Duma em 2000, a Rússia tem manifestado sua disposição em reduzir as 3.500 ogivas previstas pelo START II para 1.500 ogivas para cada lado (atualmente, a Rússia controla mais de 20.000 armas nucleares em diferentes graus de prontidão operacional e capacidade destrutiva). Segundo os críticos, o paradoxo da BMD de Bush é que ela aumenta a insegurança dos Estados Unidos tanto se ela for mal-sucedida quanto se ela for bem-sucedida. Como resultado do duplo temor de que os Estados Unidos possam lançar um ataque preventivo em caso de uma grave crise e de que, caso funcione, a BMD norte-americana poderá interceptar os mísseis remanescentes de uma força de dissuasão russa (ou chinesa), Moscou tem advertido que uma

ruptura unilateral do tratado ABM por parte dos Estados Unidos implicará a decisão russa de reequipar com ogivas múltiplas seus ICBMs e SLBMs, desconsiderar os tratados START I e II e, como resultado da expansão da OTAN para o leste europeu, deslocar novos mísseis de alcance intermediário eliminados pelo tratado INF de 1987.

A resposta norte-americana aos protestos russos e chineses tem sido a de reafirmar, por um lado, que o artigo 5º do tratado ABM permite testes limitados de interceptadores e radares baseados em terra ou no mar, desde que para a defesa do teatro e não para uso estratégico. Por outro lado, o secretário de Estado Collin Powell declarou que pretende renegociar novos tratados com os russos e negou que a administração Bush esteja tentando transformar a China numa nova URSS para criar um clima favorável ao aumento de gastos militares e à construção do sistema antimísseis.

Em outros momentos, porém, Powell, Rumsfeld e a conselheira de segurança nacional de Bush, Condoleeza Rice, dizem simplesmente que continuarão com os testes e com o ritmo de implementação do sistema *BMD* porque nem os chineses e tampouco os russos teriam condições reais de cumprir suas ameaças de aumento da prontidão operacional de seus arsenais nucleares. A arrogância da diplomacia nuclear de Bush contrasta fortemente com as ofertas feitas pelo ministro russo Ivanov para a construção de um sistema russo-americano de defesa antimísseis capaz de interceptar lançamentos acidentais e, eventualmente, norte-coreanos, no primeiro estágio de vôo (*boost phase*), algo muito mais viável tecnologicamente, mais barato e menos arriscado para a segurança internacional. Até aqui, o governo americano tem desconsiderado a proposta russa. Mais recentemente, Putin ofereceu inclusive o ingresso da própria Rússia na OTAN, já que, segundo Bush, a organização já não se definiria como anti-russa.

Embora Bush e Putin tenham anunciado durante a reunião do G-8 em Gênova que retomarão as negociações sobre o tratado *ABM*, a defesa antimísseis e a redução dos arsenais estratégicos, na prática o

anúncio representa uma vitória diplomática muito relativa do presidente russo, que reconheceu posteriormente que a abertura real do governo Bush para negociar é limitada em função de seu compromisso com o deslocamento do protótipo da *BMD* no Alaska até 2004. Resta saber como os chineses reagirão, mas esse já é um tema para outro artigo.



## **A Guerra da Coréia terminou?**

Marco Cepik, julho de 2000

A inédita reunião de cúpula entre os líderes Kim Jong Il da Coréia do Norte e Kim Dae Jung da Coréia do Sul, ocorrida em meados de junho, em Pyongyang, foi o evento mais importante da conjuntura internacional no último mês. Talvez só rivalizado pela passagem dos cinquenta anos do começo da Guerra da Coréia no último dia 25 de junho. A relação entre os dois eventos é o tema deste artigo. Começo por lembrar a Guerra da Coréia, um dos mais importantes conflitos da Guerra Fria ainda hoje bastante desconhecido.

Nos Estados Unidos, o ano de 1950 começara sob o signo da resolução número 68 do Conselho de Segurança Nacional prescrevendo um aumento brutal do orçamento e das ações para “conter o avanço de Moscou”, mas terminaria com Truman declarando estado de emergência nacional após a intervenção chinesa na guerra da Coréia em novembro. Aliás, o tom cruzadista da NSC-68 impedia que os tomadores de decisões em Washington vissem naquele momento qualquer autonomia nas decisões estratégicas da China popular ou mesmo da Coréia do Norte comunista, considerados meros “satélites” soviéticos. Assim, os analistas de inteligência norte-americanos concluíram que a Coréia do Norte não iria à guerra em 1950, nem a China interviria, porque aquela guerra não interessava para a União Soviética. Para piorar, o então secretário de Estado norte-americano



Dean Acheson procurou afastar Pequim de Moscou declarando que o perímetro defensivo dos Estados Unidos estendia-se do Alasca às Filipinas, passando pelo Japão, o que excluía Taiwan e a Coréia do Sul. Baseado na experiência dos comitês revolucionários criados pela guerrilha antijaponesa em toda a península e estimulado por sucessivos conflitos desde 1947 (revolta das províncias sulistas de Yosú e Cheju Do, derrota eleitoral do governo de Seul, escaramuças na fronteira etc.), Kim Il Sung e a liderança das forças armadas começaram a preparar a invasão para reunificar a península pela força.

Nenhum alerta avançado foi emitido para Washington até que as tropas norte-coreanas começassem a cruzar o paralelo 38°, nas primeiras horas de 25 de junho de 1950. Mesmo então os analistas demoraram a concluir se era uma invasão em larga escala que estava em curso. As tropas da Coréia do Sul, mal preparadas e pouco dispostas a lutar pela ditadura de Syngman Rhee e seu governo formado por ex-colaboradores dos japoneses, foram empurradas até o começo de agosto pelos cerca de 90.000 soldados norte-coreanos até o perímetro da cidade de Pusan, no litoral sudeste da península. O Conselho de Segurança da ONU, com a ausência da URSS, aprovou o envio de tropas sob mandato da organização, formadas majoritariamente por norte-americanos e alguns contingentes franceses, britânicos, sul-africanos, belgas, canadenses, colombianos, etíopes, gregos, neozelandeses, australianos, holandeses, filipinos, tailandeses e turcos.

Após o desembarque anfíbio em Inch'on, na costa oeste próxima a Seul, em setembro de 1950, o general norte-americano Douglas MacArthur (comandante das forças da ONU) assegurou ao presidente Truman que os "comunistas chineses não iriam atacar, que os americanos haviam vencido a guerra e que ele poderia enviar uma Divisão para a Europa em janeiro de 1951". Mesmo com suas tropas encontrando unidades chinesas isoladas desde o final de outubro, MacArthur exorbitou suas ordens e desencadeou nova ofensiva em 24 de novembro de 1950. A 77ª força-tarefa foi desembarcada no litoral norte-coreano do mar do

Japão e deveria avançar até o rio Yalu para invadir a China. No dia seguinte, 300 mil efetivos chineses contra-atacaram junto com as tropas de Kim Il Sung e avançaram até janeiro de 1951, tomando novamente Seul e alcançando as montanhas de Wanjun, no sudeste da Coréia do Sul. Foram detectados caças MiG-15 pilotados por soviéticos combatendo os jatos F-80 norte-americanos, mas o envolvimento da URSS permaneceu limitado. Em abril de 1951, o general MacArthur foi demitido do posto de comandante-em-chefe após ter declarado que pretendia usar a guerra da Coréia para resolver a questão com a China e, se necessário, com a URSS. A partir de julho de 1951, a frente de batalha estabilizou-se na região de Panmunjon, cruzando em diagonal o paralelo 38° naquilo que seria a linha do armistício assinado somente em julho de 1953.

O candidato democrata apoiado pelo presidente Truman foi derrotado nas eleições de dezembro de 1952 pelo republicano Dwight Eisenhower e Stálin morreu em março de 1953. Nenhum dos dois líderes parece ter pretendido envolver-se prioritariamente no leste asiático, mas os norte-americanos o fizeram e, em retrospecto, a Guerra da Coréia pode ser considerada o ponto de virada da Guerra Fria, travada *a quente* primeiro na Coréia e depois na Indochina/Vietnã. Dos quase quatro milhões de mortos nos três anos de guerra coreana, apenas 36.916 foram soldados norte-americanos, o que dá a dimensão da ferida que se abriu entre o norte e o sul da península. A criação da zona desmilitarizada na fronteira entre as duas Coréias tomou-se um dos símbolos menos conhecidos e mais duradouros da Guerra Fria, sobrevivendo ao próprio Muro de Berlim. Apesar do armistício de 1953, tecnicamente as duas Coréias estão em guerra até hoje.

Isto nos traz de volta à reunião de cúpula entre Kim Jong Il, o filho do histórico líder comunista Kim Il Sung que morreu em 1994, e Kim Dae Jung, primeiro presidente opositor eleito em Seul em dezembro de 1997. Por que os dois governos fizeram a cúpula agora?

Coube a Jung dirigir um doloroso processo de superação da crise econômica sul-coreana, atingida pesadamente pela crise financeira do

sudeste asiático no segundo semestre de 1997. Mesmo tendo perdido o apoio inicial das fortes centrais sindicais KCTU e FKTU em função da elevação do desemprego para 7% e dos custos sociais do ajuste, o novo governo conseguiu sanear o sistema financeiro e elevar suas reservas cambiais ao longo de 1998, com crescimento econômico positivo ao longo do último ano e meio. Do ponto de vista social e político, porém, os crescentes protestos de estudantes, trabalhadores e agricultores indicam que a herança da longa ditadura militar e de governos corruptos ainda demandará tempo para ser eliminada. O descontentamento popular e as pretensões exteriores parecem ter movido a coalizão (Congresso Nacional pela Nova Política e Democratas Liberais Unidos) no governo de Seul para um passo mais decisivo nas negociações com Pyongyang.

Por sua vez, o gesto do regime ditatorial de Kim Jung Il foi descrito como surpreendente, incompreensível e até traiçoeiro pela mídia global. Não obstante, as pressões no caso da Coreia do Norte são tanto de ordem econômica como sociais e políticas. Com um PIB estimado em 21,8 bilhões de dólares em 1997 e uma renda *per capita* de 896 dólares, a economia norte-coreana vem se retraindo a uma taxa de mais de 3% ao ano desde o final da ajuda soviética há mais de dez anos. Estimativas sul-coreanas indicam um encolhimento de 30% apenas entre 1991 e 1996. Isso torna cada vez mais pesado o atual patamar de gastos com a defesa (28,9% do PIB). Como destacam vários analistas, entretanto, a queda na renda e no produto interno não são indicadores precisos da real penúria econômica (habitação e educação não declinam na mesma proporção que a produção industrial...) ou do grau de descontentamento político. Dado o grau de urbanização do país (62% da população) e o controle que o Estado tem sobre as comunicações e o trânsito das pessoas, mesmo se a fome no campo tiver vitimado muito mais gente do que as 220 mil mortes admitidas oficialmente por Pyongyang (estimativas da FAO e de outros organismos internacionais variam entre um e três milhões de mortos desde 1995), isso não obrigaria imediata e necessariamente o norte a ter que acelerar as negociações de reunificação.

Por outro lado, desde que trocou uma moratória de testes nucleares por ajuda econômica em 1994, Pyongyang tem barganhado seu peso militar (um milhão de soldados, três mil tanques e capacidade balística) e, mais assustadoramente ainda, sua posição à beira do colapso econômico por concessões norte-americanas, chinesas e sul-coreanas. Nos últimos anos, a China (pelo lado da oferta subsidiada) e a Coreia do Sul (pelo lado da demanda superfaturada) vêm financiando os crescentes déficits na balança de pagamentos norte-coreana. Sem condições de produzir alimentos ou energia suficientes para retomar os níveis de consumo de 1991, a Coreia do Norte hoje apresenta uma situação de dependência estrutural que contrasta fortemente com a ideologia oficial do *juche* (autoconfiança).

Portanto, dividido entre a opção de reforma gradualista, nos moldes da China, Cuba e Vietnã, e o colapso, nos moldes da Romênia e da Alemanha Oriental, o governo de Pyongyang parece ter optado por acelerar as negociações para uma reunificação a médio prazo como forma de facilitar seu acesso aos fluxos de crédito e investimento internacionais. Aliás, o colapso profundamente instabilizador e mesmo a reunificação acelerada não interessam ao norte e a quase ninguém mais. O contraste óbvio é com o caso alemão.

Considerando que, a população da Coreia do Norte é cerca de metade da população sul-coreana, ao passo que os alemães orientais eram um quarto dos ocidentais, e que a renda *per capita* da Coreia do Norte é cerca de um sétimo da renda dos habitantes da Coreia do Sul, enquanto a renda *per capita* da Alemanha Oriental era cerca de metade da renda da Alemanha Ocidental, pode-se ver o quanto um eventual processo de reunificação da península é mais complexo. Além disto, a economia norte-coreana provavelmente apresenta distorções mais graves que a economia da Alemanha Oriental, e a Coreia do Sul não é tão rica quanto a Alemanha Ocidental. Ainda assim, se a Coreia do Sul absorvesse o Norte, o custo da unificação, entendido como o investimento de capital necessário para contrabalançar os incentivos

para a emigração em massa dos norte-coreanos, seria da ordem de US\$ 1 trilhão — quantia tão alta que está fora de questão.

O acordo de cinco pontos assinado na reunião de cúpula é genérico, uma carta de intenções cujo único ponto concreto é uma reunificação de famílias separadas pela guerra, prevista para agosto de 2000. A retórica midiática em torno de uma “nova ordem asiática” e da resolução da questão coreana “pelos próprios coreanos” é claramente exagerada e precipitada. Nos dois lados da zona desmilitarizada, as armas continuam apontadas e, mesmo sem comemorações oficiais reforçadoras da inimizade, o cinquentenário da guerra funcionou como uma lembrança realista do longo caminho que falta seguir. Por outro lado, o anúncio da retirada de sanções econômicas norte-americanas poucos dias depois da cúpula, mais a anunciada retomada das negociações sobre mísseis entre Estados Unidos e Coréia do Norte (marcadas para Kuala Lumpur no dia 10 de julho), as negociações com o Japão para o restabelecimento de laços diplomáticos, bem como a visita agendada do presidente russo Vladimir Putin a Pyongyang também para julho, são todos indicadores de que a roda da história está de fato dando uma volta no nordeste da Ásia.

Tão interessante quanto observar os desdobramentos da questão coreana sobre um possível eixo de cooperação sino-russo será ver como os Estados Unidos se comportarão objetivamente nos próximos meses. Com 37 mil soldados estacionados na Coréia do Sul e um programa altamente criticado de investimentos de US\$ 60 bilhões para a construção de um sistema de defesa antimísseis (até agora justificado publicamente pela ameaça de um potencial ataque balístico da Coréia do Norte, Irã, Líbia ou Iraque), os Estados Unidos parecem estar diante de um dilema entre seus interesses de segurança a curto e a longo prazo. Ainda é muito cedo para saber se haverá reunificação pacífica da península, mas por ora parece que pelo menos a guerra da Coréia acabou.

## **E agora, Taiwan?**

Marco Cepik e José Miguel Martins, março de 2000

Análises de conjuntura evocam o tipo de comentário feito por Chu En-Lai quando perguntado sobre o significado da Revolução Francesa: em assuntos internacionais é muito cedo para se saber o significado de um evento. Tanto mais no caso da atual crise entre Taipé e Pequim, que sumiu do noticiário brasileiro depois que o presidente eleito no dia 18 de março em Taiwan, Chen Shui-Bian, disse que só declararia a independência se a China atacasse a ilha, seguido da resposta da China dizendo que só atacará a ilha se Taiwan declarar a independência.

A diplomacia coercitiva e a ameaça de uso da força utilizadas pela República Popular foram levadas a sério em Taiwan, apesar de algumas análises que subestimam a capacidade militar chinesa e a disposição de bancar uma posição a respeito do status internacional de Taiwan. Nos Estados Unidos, o Congresso discute a normalização das relações comerciais com a China, enquanto a União Européia retomou agora em março suas próprias negociações com Pequim para viabilizar a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (WTO). Os Estados Unidos exercitaram uma política dual de contenção e engajamento com a China, expressa nas crises recentes entre os dois países (bombardeio da embaixada em Belgrado, acusações de espionagem etc.) e no fornecimento de armas para Taiwan que poderiam induzir Taipé a um erro de cálculo catastrófico. Porém, nesse momento,

o governo Clinton reafirmou a política, oficial desde Nixon, de cooperação e reconhecimento da China como uma única entidade soberana sob a liderança de Pequim. O governo Democrata tem atuado publicamente para manter vivas as negociações em torno do princípio "um país, dois sistemas", atacado no Congresso pela maioria Republicana.

O futuro das relações entre China e Taiwan dependerá do futuro (ainda incerto) das relações entre Estados Unidos e China. No momento, basta dizer que a China dispõe de um leque de alternativas capazes de impedir qualquer movimento radical de Taiwan sem provocar uma intervenção militar norte-americana. Essas alternativas vão da realização de exercícios militares no estreito até a imposição de uma presença naval no Mar da China Meridional que causaria prejuízos proibitivos para Taiwan, passando por operações não-convencionais e pela tomada das ilhas de Quemoy e Matsu. Como as variáveis internacionais em aberto são muitas e deverão ser abordadas em um outro artigo, no texto abaixo preferimos comentar brevemente os constrangimentos internos da posição atual do governo de Taiwan.

É realmente estranha a situação dessa ilha de 36 mil km<sup>2</sup> que os portugueses um dia batizaram de Formosa. Desde 1949, Chiang Kai-Shek e as forças do Kuomintang reivindicavam ser os representantes legítimos de todos os chineses, um governo nacional temporariamente exilado na ilha de Taiwan por causa de um "contratempo": sua derrota irretorquível na guerra popular prolongada que marcou a Revolução Chinesa. Também desde 1949, o governo comunista em Pequim considera a ilha de Taiwan como uma província rebelada a ser "reintegrada" assim que for possível e pelos meios que forem necessários. Na impossibilidade de resolver a pretensa situação de dupla soberania, ambos os governos usaram a chamada política de "uma China" para fins diametralmente opostos.

A ditadura do Kuomintang governou a ilha através de lei marcial ou medidas de exceção entre 1946 e 1991, quando se acelerou a transição lenta e gradual para a democracia. A transição culminou na

eleição direta para presidente em 1996 e, agora em março de 2000, na eleição de um candidato da oposição. Por razões econômicas, sociais e políticas, ruíram as bases do consentimento ao governo do Kuomintang (KMT) em Taiwan e a política oficial de Taipé sobre a unidade chinesa. Porém, abandonada a posição oficial de "uma China", o governo anterior do presidente Lee Teng-Hui e o recém eleito Chen Shui-Bian têm sido incapazes de sustentar diplomaticamente a tese da "independência" de Taiwan. Tampouco têm feito qualquer movimento consistente para adotar o modelo proposto por Pequim como base para o início das negociações: "um país, dois sistemas", testado com aparente sucesso em Hong Kong (1997) e Macau (1999). Vejamos as causas.

No período entre 1953 e 1985, a economia de Taiwan cresceu a um ritmo de 8,6% ao ano, formando com a Coreia do Sul e Cingapura o trio de "tigres asiáticos" que romperam certa barreira no desenvolvimento e possuem hoje níveis de renda, desenvolvimento humano e complexidade econômica compatíveis com o limite inferior dos países capitalistas centrais.

No caso de Taiwan, que tem pouco mais de 21 milhões de habitantes, o PIB *per capita* chega a quase 15 mil dólares. Beneficiada por décadas de investimentos japoneses e norte-americanos, ajuda internacional, suporte político-militar externo e por uma política trabalhista repressiva, Taiwan tornou-se uma das dez maiores economias exportadoras do planeta, não apenas em setores tecnológicos de ponta, mas também na área de serviços e finanças. O comércio exterior responde ainda hoje por 74% de um PIB situado na faixa de 261,6 bilhões de dólares. Porém, é errado falar daquelas economias como meras plataformas exportadoras. Os regimes autoritários do leste asiático associaram-se às elites capitalistas e tecnocráticas daqueles países no empreendimento de reformas desenvolvimentistas ao longo das últimas três décadas, reformas que tornaram possível reinvestir as receitas das exportações na industrialização e modificar o perfil econômico dos seus países. Reforma agrária radical, educação gratuita universal, proteção



do mercado interno, planejamento estatal, financiamentos direcionados de P&D, formação de oligopólios setoriais (como os chaebol sul-coreanos), além de investimentos na montagem de um complexo industrial bélico de capacidade expressiva foram algumas das coisas que permitiram aos primeiros países recentemente industrializados (NIC) do leste asiático concorrerem com o próprio Japão em setores importantes.

Nesse contexto, desde 1995 as relações econômicas entre Taiwan e a China continental intensificam-se ano a ano. Taiwan é o hoje o segundo maior investidor "estrangeiro" na China (depois de Hong Kong) e o quinto maior parceiro comercial da República Popular. Os interesses econômicos representados por mais de 30 bilhões de dólares investidos no sul da China pela elite empresarial de Taiwan seriam contrariados caso as relações políticas bilaterais viessem a se deteriorar ainda mais. Não foi à toa que o empresariado taiwanês sempre apoiou a ditadura do Kuomintang e a política oficial de "uma China". Por outro lado, a crise asiática de 1997 abalou temporariamente as exportações da ilha e expôs a essas mesmas elites o quanto a liberalização financeira e seus reflexos nos mercados consumidores regionais fragilizara as economias exportadoras dos "tigres". O governo reduziu drasticamente as taxas de juros em 1998 e encaminhou medidas saneadoras que permitiram uma rápida recuperação, marcadas por taxas de crescimento de 6% ao ano em 1998 e 1999. O susto de 1997 gerou uma percepção aguda no empresariado sobre a necessidade de ampliar a presença de Taiwan nos organismos internacionais, cada vez mais influentes na regulação e prevenção de crises financeiras. Para isso, a política "uma China" e o próprio Kuomintang são crescentemente disfuncionais. A instituição internacional mais importante da qual Taiwan participa formalmente é a APEC (*Asia-Pacific Economic Cooperation Group*) e o "país" só possui reconhecimento diplomático de trinta governos ao redor do globo, quase todos ex-aliados dos tempos da ditadura anticomunista. A necessidade de maior participação internacional em função da

fragilidade externa e, por outro lado, o peso econômico de Taiwan e os laços cada vez mais profundos entre as economias dos dois lados do estreito são pressões contraditórias que ajudam a tornar ambígua a posição oficial sobre a reunificação.

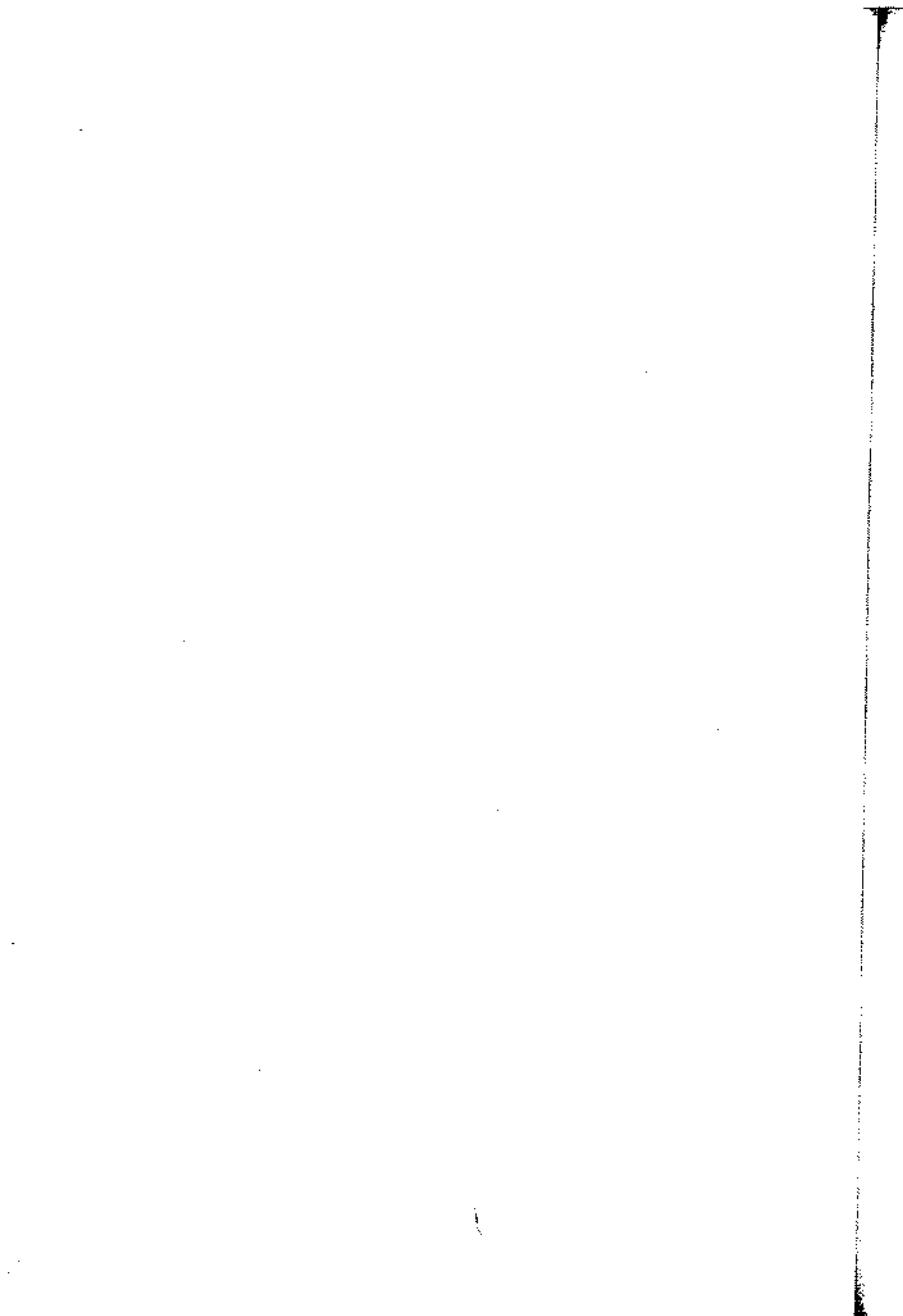
Também do ponto de vista social, o desenvolvimento da ilha nos últimos cinquenta anos contribui para erodir o significado anterior da política "uma China". À primeira vista, a composição demográfica da população é bastante homogênea: apenas 1,7% são indígenas de origem malaio-polinésia, concentrados na costa leste da ilha, enquanto a maioria dos demais são chineses Han que falam mandarim e adotam uma ou outra forma de budismo, taoísmo e confucianismo como crenças pessoais. No entanto, entre a maioria Han, 84% são descendentes de chineses que começaram a chegar à ilha no século XVI, enquanto apenas 14% são descendentes dos centenas de milhares de chineses continentais que atravessaram o estreito na esteira da retirada das tropas de Chiang Kai-Shek em 1949. A maioria dos chineses "nativos" sente-se preterida e discriminada pela minoria dos "recém-chegados". Mesmo para muitos desses descendentes de emigrados, meio século arrefeceu os ódios e mesmo os laços familiares com o continente. Por outro lado, o desenvolvimento econômico, o aumento da renda e do consumo improdutivo, a disseminação de valores liberais e a dinamização social trazida pela urbanização (95,2% da população) tendem a gerar um separatismo semelhante ao de outras partes do planeta: a tentativa de ficar longe dos "pobres". A solidariedade e os laços familiares e de aldeia continuam a existir, não só dos taiwaneses para com os da mainland, mas desses para com os mais de 30 milhões da diáspora chinesa mundial. Porém, parece-me que, no caso da afluyente classe média taiwanesa, tais laços são mais tênues hoje do que nunca antes. Essa nova classe média e mesmo os trabalhadores urbanos com renda mais alta deixaram de apoiar as pretensões do Kuomintang de governar toda a China, mas isso não implicou necessariamente simpatia pela tese "um país, dois sistemas", ou um apoio cerrado à luta pela

"independência". Esta é uma diferença importante entre o caso atípico de Taiwan e as ex-colônias continentais de Hong Kong e Macau. Além disso, desde o fim da lei marcial, em 1987, os sindicatos passaram a desafiar a obrigatoriedade de filiação na Federação Chinesa do Trabalho, controlada pelo Kuomintang. Sindicatos independentes, grupos ambientalistas, partidos de trabalhadores e um aumento crescente do papel do associativismo civil foram parte importante da luta pela democratização do sistema político taiwanês. Os militantes e seus apoiadores que estiveram envolvidos nessas lutas dificilmente serão entusiastas da reunificação com o regime de Pequim. Certo, pode-se dar um desconto, pois alguns desses grupos não passam de operações de influência mais ou menos encobertas dos norte-americanos. Mas não se pode de maneira alguma ignorar o papel dessas lutas sociais na erosão do suporte eleitoral ao regime do Kuomintang, especialmente depois que eleições multipartidárias foram introduzidas no nível municipal em 1994.

Finalmente, deve-se considerar o próprio quadro eleitoral como um fator limitador para a posição pró-independência. Desde a criação do Partido Democrático Progressista (PDP), em 1986, e desde a criação de sua facção independentista, em 1989 (a chamada Nova Corrente), a questão do *status* internacional de Taiwan tornou-se um tema central em todas as campanhas eleitorais. Com margens cada vez menores de votos, o KMT derrotou o PDP em todas as eleições para a Assembléia Nacional desde 1989. Nas primeiras eleições presidenciais com sufrágio universal da história da ilha, em março de 1996, o então presidente Lee Teng-Hui (do KMT e no cargo desde 1989) venceu as eleições com 54% dos votos, enquanto o candidato do PDP recebia 21%, a mesma margem obtida nas eleições parlamentares de 1991. Isso foi um recuo expressivo, pois o PDP já chegara a obter 33% dos votos para o parlamento em 1995. Nas recentes eleições presidenciais de março de 2000, foi o candidato oficial do KMT (Lien Chan) que recebeu apenas 23,1%, ficando bem atrás do vitorioso Chen Shui-Bian (39,3%) e de

um dissidente do próprio KMT, James Soong, 36,8% dos votos. Como não há segundo turno no sistema eleitoral de Taiwan, Chen governará sem maioria até conseguir compor alianças. Por outro lado, como todos os três candidatos defenderam em tese a independência de Taiwan durante a campanha, o novo presidente não pode creditar a isso sua eleição e nem precisa agarrar-se demais a essa bandeira. Pelo contrário, os gestos bruscos de Lee em 1995-1996 sobre o *status* soberano de facto de Taiwan são vistos largamente pelo eleitorado como uma das causas principais da tensão militar no estreito. Na última semana de março, Lee foi forçado por seus correligionários a deixar a presidência do KMT, onde ele é responsabilizado pela derrota ao ter forçado o quadro mais popular do partido, James Soong, a concorrer sozinho.

Por seu turno, Chen nomeou como primeiro-ministro o atual ministro da defesa de Lee, Tang Fei, um general de 68 anos da força aérea que deverá ajudar a costurar a aliança no Congresso e a sinalizar com prudência para Pequim e para o eleitorado mais conservador que não quer atropelos na rediscussão sobre o *status* internacional da ilha. O presidente Jiang Zemin repetiu recentemente que Taiwan e China continental estarão reunificadas em alguma data da primeira metade do século XXI. Como e quando formam uma das questões mais importantes de segurança internacional dos próximos anos.



## **Rússia: uma transição quase à brasileira**

Marco Cepik, janeiro de 2000

A política russa já foi considerada impenetrável para os ocidentais não iniciados na "kremlinologia". Pelo menos para nós, brasileiros, ela vem se tornando cada vez mais compreensível. A renúncia do presidente Boris Nicolayevich Yeltsin no último dia do Ano Velho, seguida da benção do patriarca Alexei II, da Igreja Cristã Ortodoxa, ao novo presidente interino, Vladimir Vladimirovich Putin, foram gestos cheios de significado cultural específico e estilo político que surpreenderam a todos ao redor do mundo. Porém, se olharmos mais de perto e, ao mesmo tempo, com alguma perspectiva, não faltarão elementos familiares aos processos de transição de governo "pelo alto" aqui do Brasil. Inclusive o hábito de "derrubar para cima" os políticos indesejáveis, no caso a chamada família política de Yeltsin.

A cobertura da imprensa internacional nas primeiras semanas de 2000 deu um destaque excessivo para a questão de se saber se Yeltsin renunciou voluntariamente ou foi forçado a tanto por elementos de seu grupo, principalmente Putin e o magnata da mídia Boris Berezovsky. O próprio Gorbachev destacou em entrevistas que acreditava tratar-se de um golpe de Estado, ainda que mantidas as aparências constitucionais. É impossível saber com certeza, inclusive porque o grau de continuidade entre os governos Yeltsin e Putin não está dado de antemão. É certo,

porém, que a troca de guarda foi calculadamente realizada no começo do maior e mais importante feriado russo, quando os jornais deixam de circular por mais de dez dias e as televisões quase não noticiam acontecimentos políticos. O rápido acolhimento de Putin (que acumula a interinidade na presidência com o cargo de primeiro-ministro, segundo a nova constituição russa) por parte dos governos estrangeiros, começando pelos Estados Unidos, ajudou a esvaziar eventuais controvérsias internas.

Além disso, o primeiro decreto assinado por Putin, ainda na tarde de 31 de dezembro de 1999, deu a Yeltsin imunidade contra processos criminais, proibindo o acesso da justiça aos seus papéis, pertences, carros e casas. O decreto de sete páginas também fixou um salário inicial de 30 mil dólares para o ex-presidente e lhe garante o uso de aviões, trens e funcionários governamentais. Yeltsin inaugurou as benesses concedidas com uma viagem em janeiro para passar o Natal ortodoxo em Israel. O "czar" Boris viajou no avião presidencial russo acompanhado por 180 pessoas, duas toneladas de alimentos, três toneladas de equipamentos de comunicação, equipe de médicos e enfermeiros e, segundo o jornal *El País*, várias caixas de vodka Stolichnaya e Absolut. Alguns analistas igualaram o decreto de Putin ao perdão concedido ao ex-presidente Richard Nixon por Gerald Ford em 1974. A comparação é desproporcional. Também vale lembrar que os historiadores creditam a esse gesto a derrota de Ford nas eleições presidenciais norte-americanas de 1976.

De qualquer modo, não parece ser esse o quadro para as eleições presidenciais russas antecipadas para o próximo dia 26 de março, nas quais, por enquanto, Putin concorrerá praticamente sem oposição. Para distanciar a si mesmo do cada vez mais impopular grupo palaciano de Yeltsin, Putin demitiu a filha do ex-presidente, Tatiana Dyachenko, implicada nos escândalos de corrupção envolvendo o fornecimento de presentes e dinheiro por parte de firmas suíças favorecidas por contratos com o Kremlin. Por outro lado, Putin nomeou Aleksander Voloshin, um

dos principais assessores de Yeltsin, para ser seu chefe de *staff*. Outras “demissões” envolveram a transferência de Pavel Borodin, ex-administrador das milhares de propriedades e bens da presidência russa, para a secretaria da nova união entre as repúblicas da Rússia e de Belarus, bem como a nomeação de Nicolai Aksyonenko, ex-vice primeiro-ministro ligado a Berezovsky, para o cargo de ministro das ferrovias.

Ainda é muito cedo para se saber o quanto o novo governo é a continuação do governo Yeltsin sem o próprio. Dado o processo que levou à renúncia de Yeltsin e, principalmente, devido às incertezas econômicas e estratégicas no sistema internacional, a ascensão de Putin pode significar uma recomposição em profundidade das relações de poder na Rússia.

## A renúncia de Yeltsin e o legado de sua presidência

Yeltsin não renunciou principalmente por causa de sua saúde, que já esteve bem pior em seus repetidos afastamentos logo após os três ataques cardíacos de alguns anos atrás. Na verdade, desde a difícil reeleição em 1996 e, principalmente, após o colapso financeiro de 1998, a instabilidade do governo Yeltsin foi crescente, com sua popularidade caindo a reles 2% de aprovação nas pesquisas de opinião em novembro passado. Basta lembrar que Vladimir Putin foi o sexto primeiro-ministro da presidência Yeltsin e o quinto dos últimos 19 meses. Antecipando o encerramento de seu segundo mandato em seis meses, Yeltsin saiu de cena no momento em que a popularidade do seu candidato às eleições presidenciais, inicialmente previstas para junho, encontrava-se acima de 50% nas pesquisas de opinião, maximizando as chances



de sobrevivência de seu círculo político mais restrito durante o que parece ser uma recomposição mais profunda da liderança política em Moscou.

Tanto pelo lado negativo, com o desgaste crescente provocado pelos escândalos recorrentes envolvendo o círculo de Yeltsin num vasto esquema de corrupção, a guerra na Iugoslávia (que já havia derrubado Primakov) ou o processo de *impeachment* enfrentado no ano passado, como pelo lado positivo, com a crescente popularidade de Putin, a coesão nacional em torno da guerra da Chechênia e a vitória relativa dos partidos de sustentação do governo nas eleições parlamentares de dezembro, a renúncia de Yeltsin nesse contexto foi também uma manobra para se evitar uma crise institucional de desdobramentos imprevisíveis.

Mesmo que a renúncia tenha tido seu preço, as garantias pessoais de segurança econômica e de imputabilidade legal obtidas por Yeltsin foram escandalosas comparadas à situação da população governada por ele. Primeiro presidente eleito diretamente em toda a história da Rússia, Yeltsin foi o principal responsável pela privatização de 70% do PIB do país em 1991-1993, num processo que corroe a poupança das pessoas físicas, então entre as mais altas do mundo, que compraram títulos rapidamente desvalorizados e que foram sendo comprados novamente por poucos rublos pelos membros da antiga *nomeklatura*. Os burocratas convertidos em burgueses tornaram-se proprietários das empresas que antes já administravam, mas que pelo menos legalmente pertenciam ao público. Isso criou o que a revista *The Economist* chamou de a maior cleptocracia do mundo contemporâneo. Com a hiperinflação e a privatização acelerada e indiscriminada de ativos, veio o colapso econômico e o colapso da máquina pública no país. É verdade que a inflação foi derrubada de um patamar de 2.509% ao ano em 1992 para 35% em 1999, mas isso ainda é muito alto, principalmente porque nesse mesmo período o PIB russo diminuiu 40% e a produção industrial do país recuou mais de 50%. O PIB russo atual, de 338 bilhões de dólares, é menos da metade do PIB brasileiro. Como se sabe, hoje, na

Rússia, mais de um terço da população vive abaixo da linha oficial de miséria, fixada em meros 36 dólares de renda mensal. Desde a crise financeira de 1998, os salários perderam mais de 33% do seu valor real. Além disso, o desemprego atinge 14,5% da população economicamente ativa do país e a renda *per capita* caiu de 3.220 dólares em 1991 para 2.680 em 1999. A expectativa de vida caiu de 69 para 65 anos durante a era Yeltsin, enquanto a mortalidade infantil aumentou 25% no mesmo período. A Rússia ostenta hoje o mesmo índice de desenvolvimento humano do Equador, um IDH de 0,747.

Yeltsin pretende ser lembrado como o líder democrata que derrotou o golpe conservador de 1991 contra Gorbachev na extinta URSS, mas hoje a imagem que dele se projeta é muito mais a do autocrata que não hesitou em bombardear o prédio do parlamento em 1993, numa disputa pela concessão de poderes quase ditatoriais que afinal foram obtidos. Ou a do político bêbado, corrupto e mais preocupado com sua própria sorte do que com as consequências de seus atos. Como ocorre na história de modo geral, a memória do legado de Yeltsin dependerá do sucesso ou fracasso de seus sucessores nos próximos anos, especialmente Vladimir Putin.

## Os trunfos e desafios de Putin

Além de acumular os cargos de primeiro ministro e presidente interino, que praticamente já o colocam à frente da disputa sem precisar fazer propriamente uma campanha eleitoral, Putin tem quatro trunfos principais para a eleição presidencial de 26 de março: seu próprio perfil político e pessoal, a coesão nacional em torno da guerra da Chechênia, uma recuperação relativa da situação econômica nos últimos meses e, mais importante nesse momento, a virtual neutralização da oposição após a

derrota de Primakov nas eleições parlamentares de dezembro de 1999. A conjugação desses fatores tem permitido a Putin atender à principal demanda da opinião pública russa nos últimos meses: a existência de um governo que governe.

Num país cansado de seu presidente doente e fanfarrão, Vladimir Putin procura emprestar seriedade, decisão e vigor ao cargo que ocupa. Essa é a imagem que os planejadores de campanha estão tentando fixar. O *marketing* de sua campanha refere-se explicitamente aos exemplos norte-americanos do "grande porrete" de Theodore Roosevelt e ao "keynesianismo militar" de Franklin Roosevelt como síntese programática de seu futuro governo. Atualmente com 47 anos, Putin assumiu o cargo de primeiro-ministro em agosto de 1999, com quase nenhuma experiência anterior de governo. Quadro de carreira do diretório de inteligência externa do antigo KGB, o coronel Putin operou principalmente na Alemanha Oriental, colefando inteligência econômica sobre o ocidente. Além de falar alemão e inglês, ser formado em direito econômico pela Universidade de Leningrado e faixa preta de judô (o que lhe tem valido algumas comparações com o nosso ex-presidente Collor na imprensa internacional), Putin revelou-se até aqui um político discreto e com rápida ascensão desde que deixou o KGB para assessorar o reformador Anatoly Sobchak na prefeitura de São Petersburgo em 1991. Transferindo-se para o Kremlin pela influência de Anatoly Chubais em 1996, Putin primeiro assessorou Borodin na gestão das propriedades presidenciais, depois tornou-se encarregado de supervisionar os decretos presidenciais de Yeltsin, assumindo em 1998 a chefia de uma das agências sucessoras do KGB, o Serviço de Segurança Federal (FSB), responsável pela contra-inteligência e pela segurança interna. Em março de 1999, Putin já era o secretário do Conselho de Segurança Nacional da Rússia. Após a queda do governo Primakov e do interregno do gabinete dirigido por Sergei Stepashin, Putin tornou-se primeiro-ministro em agosto do ano passado.

Naquele mesmo mês, houve a invasão da República Autônoma do Daguestão no norte do Cáucaso, quando rebeldes separatistas chechenos

e alguns líderes locais proclamaram a independência e a criação de uma república islâmica fundamentalista na costa do mar Cáspio. Putin desencadeou então uma ofensiva militar para expulsar os guerrilheiros do Daguestão e criar uma zona de segurança isolando a Chechênia das demais repúblicas autônomas da federação russa no norte do Cáucaso. Depois que uma série de atentados terroristas matou mais de trezentas pessoas, inclusive 162 civis em Moscou, a opinião pública passou a apoiar fortemente a campanha russa desencadeada para suprimir a rebelião dos chamados "bandidos chechenos".

Embora a segunda guerra da Chechênia esteja sendo conduzida com um olho nos interesses estratégicos russos no Cáucaso e com o outro nas pesquisas de opinião que medem a popularidade de Putin e as intenções de voto para as próximas eleições presidenciais, é errado dizer que a sorte de Putin depende exclusivamente de uma vitória acachapante na Chechênia. Nos últimos meses, em função de iniciativas que começaram a ser tomadas no governo Primakov, a situação econômica russa melhorou ligeiramente. Aquelas iniciativas foram favorecidas pela desvalorização do rublo e pela alta acentuada nos preços internacionais do petróleo. Houve aumento da produção industrial interna e melhoria do equilíbrio da balança comercial em função do encarecimento das importações, com um saldo positivo em nove meses de 21,2 bilhões de dólares. Comparando-se com 1997, o crescimento do PIB em 1999 foi de 2,9%, o primeiro resultado positivo na Rússia desde 1990. Medidas para aumentar a eficácia da cobrança de impostos e para garantir a exportação de itens importantes da pauta russa, como platina e petróleo, vêm surtindo efeito sobre a capacidade de pagamentos da dívida pública interna e da dívida externa.

Além de pagar as parcelas atrasadas do empréstimo do FMI, o governo Putin conseguiu começar a pagar os salários atrasados dos funcionários públicos e indexou as pensões, que também voltaram a ser pagas. Os salários atrasados na iniciativa privada também começaram a ser pagos e a dívida social pública e privada que ameaçava explodir o

país reduziu-se de 85 milhões de rublos para 50,9 milhões ao longo do último ano. O nível das reservas do Banco Central russo ainda é muito baixo, em torno de 12 bilhões de dólares, mas tem se mantido estável mesmo diante de uma evasão de capitais da ordem de um bilhão de dólares mensais. O crescimento modesto da economia não tem implicado alta na inflação, que se manteve nos últimos meses entre 1,2 e 1,5% ao mês. Até aqui, o principal fiador da recuperação russa tem sido a alta internacional dos preços do petróleo, que estava oficialmente abaixo dos 10 dólares o barril em fevereiro de 1999 e que fechou o mês de janeiro de 2000 em 25,62 dólares o barril. Como a Rússia é o terceiro maior produtor de petróleo do mundo, a receita adicional de 4,6 bilhões de dólares, obtida com as vendas de 1999, compensaram a parcela não liberada do empréstimo do FMI. Para retomar alguma capacidade de investimento e obter um pouco mais de folga, o novo governo russo precisará renegociar as dívidas e obter a liberação do dinheiro retido pelo FMI. Para isso, Putin conta com o ministro das Finanças Mikhail Kasyanov, um ex-empregado da comissão central de planejamento da URSS que adquiriu respeitabilidade como o negociador russo das dívidas com o Clube de Paris e com o chamado Clube de Londres dos credores privados. Kasyanov foi o principal administrador da tênue recuperação das finanças públicas e credenciou-se até aqui como o número dois do governo Putin.

Finalmente, do ponto de vista político, o principal trunfo de Putin é a derrota sofrida por Primakov nas últimas eleições para a câmara baixa do parlamento, a Duma. No sistema eleitoral russo, das 450 cadeiras em disputa, 225 são ocupadas proporcionalmente conforme a votação obtida pelas listas de candidatos dos partidos, enquanto os outros 225 assentos são disputados em eleições distritais majoritárias. A cláusula de barreira é de 5% dos votos nacionais para os partidos poderem ocupar as cadeiras proporcionais. A câmara alta consiste num Conselho da Federação formado por 178 chefes de legislativos e executivos das províncias, repúblicas autônomas e prefeituras de Moscou e São Petersburgo.

Dois "partidos" de sustentação do governo foram articulados em meados do ano passado para disputar a maioria na Duma: um agrupamento frouxo, apoiado mais diretamente por Putin, chamado formalmente de *Unidade*, mas conhecido entre os eleitores como Medved (Urso), liderado por Vladimir Ryzhkov e pelo ministro de emergências Sergei Shoigu; e uma força menor e mais orgânica, chamada de *União das Forças de Direita*, liderada pelos líderes da transição ao capitalismo, como Sergei Kiryenko, Boris Nemtsov, Yegor Gaidar e Anatoly Chubais, este o último o principal organizador da vitória eleitoral do bloco governista nas eleições. O principal partido do bloco governista nas últimas eleições, o *Nossa Casa é a Rússia*, liderado por Viktor Chernomirdin, dessa vez quase não conseguiu superar a barreira de 5% dos votos nacionais.

Por sua vez, a oposição ao bloco Yeltsin-Putin só pode ser apresentada ao longo da tradicional dicotomia esquerda-direita com alguma boa vontade do leitor. À direita, disputaram tanto um partido consistentemente liberal, o *Yabloko*, liderado por Grigory Yavlinsky e que inclui o grupo do ex-primeiro-ministro Sergei Stepashin, como um bloco neofascista organizado em torno de Vladimir Zhirinovskiy, cujo *Partido Liberal Democrático* foi impedido de concorrer pela justiça eleitoral. À esquerda, o mais bem organizado dos partidos russos, o *Partido Comunista*, liderado por Gennady Zyuganov, procurou centrar sua campanha em temas econômicos e defendeu posições moderadas. Mais ao centro do que os comunistas estava o movimento *Pátria-Toda Rússia*, uma aliança entre o prefeito de Moscou, Yuri Luzhkov, e o ex-primeiro-ministro Yevgeny Primakov, que era considerado até agora o político mais respeitável e mais bem posicionado para vencer as eleições presidenciais e montar uma coalizão capaz de reconstruir a Rússia após o colapso de 1998.

Após uma campanha bastante violenta, na qual os ataques pessoais e a manipulação da mídia fizeram as intervenções da Rede Globo nas eleições brasileiras parecerem civilizadas, os mais de 80% de votantes (num universo de 106,5 milhões de eleitores) confirmaram a alta popularidade de Putin e a coesão obtida em

torno da Guerra da Chechênia, criticada apenas por setores do Yabloko. Os comunistas recuaram para 113 cadeiras e, embora ainda sejam individualmente a maior bancada, perderam o controle da Duma pela primeira vez em quase dez anos. O bloco governista, somando-se as cadeiras do *Unidade* (72), *União das Forças de Direita* (29), *Bloco Zhirinovsky* (17) e *Nossa Casa é a Rússia* (7), mais os deputados distritais cooptados em bases clientelistas, garantem uma maioria precária para Putin. Embora derrotado pessoalmente em suas pretensões de disputar a presidência, Primakov jogará um peso decisivo, pois a bancada do *Pátria-Toda a Rússia* (66) será o fiel da balança no Parlamento.

Primakov anunciou em janeiro que poderia trocar a candidatura presidencial pela presidência da Duma, o que favorecerá Putin. Tanto o presidente interino quanto os comunistas vêm negociando uma aliança com Primakov, mas o crescimento de Putin é tão inexorável nesse momento que os comunistas parecem já ter perdido a disputa pelo centro. Um outro indicador de que o presidente interino conseguirá manter os comunistas dentro da fatia histórica do eleitorado de Zyuganov (entre 25% e 33%) foi a decisão do general Lebed, atual governador da província de Krasnoyarsk, de também não concorrer. Lebed recebeu 11 milhões de votos nas eleições de 1996 e seu apoio foi decisivo para Yeltsin vencer os comunistas no segundo turno daquela eleição.

Putin até agora tem dito o que todos querem ouvir, dos militares ao FMI, dos operários às máfias, dos liberais aos comunistas, da China aos Estados Unidos. Embora no turbilhão russo possa acontecer muita coisa em dois meses, mantidas as atuais condições de temperatura e pressão, Putin deverá ser eleito com folga em 26 de março. Só então saberemos o perfil real de seu governo, quando ele começar a dizer *niyet* para alguns dos interesses contraditórios que ele procura representar.

## **A segunda guerra da Chechênia e o “espírito de 1921”**

*José Miguel Martins, janeiro de 2000*

A crise da Chechênia serve como um caleidoscópio através do qual se pode ver toda a crise russa desde o fim do comunismo. Assim como seus principais desdobramentos desde 1991 foram condicionados pela necessidade de Yeltsin manter seu poder pessoal, o desfecho da crise chechena levou de roldão o governo Yeltsin e, ao que tudo indica, ressuscitou na Rússia um espírito de unidade e coesão só conseguido em momentos de grande comoção nacional. Foi o que ocorreu em 1921, quando a Rússia, também aos frangalhos e em guerra civil, foi invadida pela Polônia. A história se repetiu em 1941 como tragédia, quando o país já dilacerado pela coletivização forçada de Stálin foi vítima da agressão nazi-fascista. E repetiu-se novamente em 1999, na segunda guerra da Chechênia, agora como farsa.

A agressão polaca havia sido particularmente odiosa aos olhos russos porque, a despeito de sua importância para a Rússia, o novo governo soviético havia lhe concedido prontamente a independência em 1918. Em 1921, um exército de 70 mil homens dirigidos pelo marechal Pilsudsky invadiu a Rússia e ocupou Kiev. A invasão causou uma tal comoção nacional que os comunistas, que haviam instalado a sede do seu governo no Kremlin (um equivalente do Vaticano para os russos), tiveram seus canhões e exércitos benzidos pelos padres ortodoxos para irem à guerra contra os polacos. Generais czaristas, como o célebre Brusilov, colocaram-se à disposição de Lênin para



lutar contra as forças do marechal Pilsudsky. Embora a guerra civil russa ainda tenha se arrastado por mais três anos e a campanha contra a Polônia tenha fracassado na tentativa de ocupar Varsóvia, a agressão polonesa foi rechaçada e a sorte da guerra civil, paradoxalmente, fora selada. Foi graças à agressão externa que o governo bolchevique conseguiu coesão de todo o país em torno de si; conseguiu também encarnar naquele momento a síntese da nacionalidade.

Após a recente onda de atentados que marcou o início da segunda guerra da Chechênia, a comoção nacional e a coesão em torno do governo fazem ecoar o espírito de 1921. A agressão dos chechenos contra o Daguestão, uma república autônoma que integra a Rússia, depois de já terem obtido sua própria independência e, sobretudo, a série de atentados em Moscou e outras cidades, parecem ter galvanizado uma nova direção para Rússia.

Trata-se de uma farsa em relação ao fenômeno original ocorrido em 1921, não tanto por causa da desproporção da ameaça. Afinal, Pilsudsky atacara a Rússia com um exército de 70 mil homens e Basayev comandou 500 "combatentes da liberdade" na recente invasão do Daguestão. O êxito da campanha terrorista e a "independência" do Daguestão representam realmente uma ameaça equivalente à dos polacos em 1921, a ameaça da dissolução da Rússia. A farsa está contida na forma como os dirigentes (russos e chechenos) instrumentalizam o significado da luta para as respectivas populações.

Do lado checheno, dissemina-se a idéia de que a cruzada do Islã contra o colosso russo terá, cedo ou tarde, apoio ocidental e que a OTAN será a fiadora de uma espécie de federação islâmica transcaucásica. A farsa está em fazer crer que o sangue derramado é apenas uma etapa do martírio indispensável para a obtenção da liberdade final. Ora, depois do fracassado levante insuflado pela CIA no norte do Iraque em 1995, parece bastante claro que a OTAN e mesmo os anglo-americanos não parecem dispostos a correr o risco de um confronto militar direto com a Rússia. Neste sentido, toda a política na região do Cáucaso é perpassada por um engodo. O dinheiro saudita e o sangue checheno acabam servindo apenas como fiadores para

uma reconstrução acelerada do complexo militar industrial russo. Nem mesmo é possível identificar algum ganho secundário tangível para os chechenos.

No lado russo, apesar de ser uma ameaça real, a guerra foi instrumentalizada para efeito das eleições internas. Essa instrumentalização pretende selar um novo pacto onde a governabilidade dependerá mais da reconstrução do prestígio nacional do que da reestruturação da economia e do enfrentamento contra a "burguesia ganguesteril" interna. Pelo contrário, os gastos do governo com defesa e os arranjos feitos em torno da gangue de Yeltsin sugerem uma espécie de aliança em que o Estado mais "institucionaliza" as atividades mafiosas que, propriamente, as combate. Neste sentido, não deve ser desprezado o efeito da desapareição da máfia chechena em termos de benefícios para a própria máfia russa. O núcleo da farsa, insista-se, não está na percepção da ameaça ou de seu grau, mas na escolha do mito da "força" como algo que, em si, pode ser a solução de curto prazo para problemas políticos, econômicos e sociais tão profundos e complexos como os da Rússia.

Os problemas russos persistirão por vários anos. Mas, por razões diferentes das expressa pela propaganda de ambos os lados, a guerra na distante e diminuta Chechênia pode mesmo tomar-se o marco do início da recuperação do combalido gigante russo.

## Da indiferença à guerra

A independência da Chechênia foi proclamada em 1991, na esteira do fracassado golpe de agosto e do posterior desmantelamento da URSS. Na realidade, a dissolução da URSS, operada em 31 de dezembro de 1991, foi a consumação de um golpe dentro do golpe. Afinal, no plebiscito realizado naquele mesmo ano, a maioria da população soviética havia se manifestado pela manutenção da União. Apesar disso, o então recentemente

eleito presidente da Rússia, Boris Yeltsin, ao emergir do golpe como herói, proclamou a independência da Rússia. No final do ano, restou apenas a tarefa de comunicar a Gorbachev que ele presidia um Estado que não mais existia.

Naquele contexto, a indiferença em relação à independência da Chechênia foi motivada mais pelo interesse grão-russo em liberar-se do ônus de sustentar as regiões mais pobres da ex-URSS do que, propriamente, pelo caos daqueles tempos. Um exemplo eloqüente da atitude russa é que o presidente do parlamento russo na época era Ruslan Jasbalatov, um checheno. A reação russa à declaração de independência chechena restringiu-se a um bloqueio econômico nominal.

A Rússia estava então sob a direção do primeiro-ministro Yegor Gaidar, que deu início ao programa de privatizações que o economista norte-americano Jeffrey Sachs, à época assessor do governo russo, classificou como "o mais corrupto de toda a história". Na esteira das privatizações que abarcaram 70% do patrimônio do Estado no primeiro ano da vigência do programa, veio uma hiperinflação que corroeu as poupanças individuais de pessoa físicas, então uma das mais altas do mundo. Estava instalado o pior dos mundos, uma economia em recessão e com hiperinflação. Ao mesmo tempo, a agricultura continuou estatal ou cooperativa e sem dinheiro para comprar insumos, causando desabastecimento. As poupanças individuais e o poder de compra dos salários rapidamente esfumaçaram-se na busca de comida. Em consequência da conjugação destes fatores, os títulos das empresas privatizadas em mãos dos trabalhadores perderam seu valor, sendo comprados com facilidade pelos membros da *ex-nomenklatura*, que havia protegido seus recursos através da aquisição (não raro ilegal) de moeda estrangeira. Por intermédio deste processo de liquidação do rublo, enquanto robusteciam seus próprios recursos em moeda estrangeira é que surgiu uma nova classe, a "burguesia ganguesteril": a *ex-nomenklatura* tornou-se a proprietária das empresas que antes administrava. O colapso econômico assim causado mais a inflação e o

ritmo das privatizações levaram ao colapso da máquina pública. Para isso contribuiu decisivamente a falência do sistema tributário. Instalou-se uma situação em que o Estado não dispunha de dinheiro nem mesmo para o pagamento de seus funcionários. Naturalmente, foram as regiões mais afastadas e pobres da federação as que mais sofreram, entre elas a Chechênia, a mais pobre da ex-URSS.

De todo modo, no princípio o empobrecimento de regiões inteiras da Rússia cabia nos planos da *nomenklatura*, agora convertida em burguesia, para converter o antigo espaço soviético em um espaço imperial grão-russo. Parece ilustrativo e emblemático o rumo que seguiram as relações entre Ucrânia e Rússia. A Ucrânia teve que ceder metade de sua frota do Mar Negro para manter o fornecimento de energia oriundo da Rússia. A idéia era de que a alta tecnologia, os recursos naturais e energéticos russos fariam dos países membros da ex-URSS seus clientes compulsórios. Assim, procuravam repetir, no âmbito de toda a ex-URSS, o que haviam feito na Rússia, ou seja, forçar os países da Comunidade dos Estados Independentes (CEI) a adotar uma moeda fraca (o rublo), enquanto a burguesia ganguesteril grão-russa impunha-se em todas as áreas estratégicas.

A apropriação da riqueza nacional obtida de modo fraudulento pareceu obedecer, no fundamental, à manipulação de quatro mecanismos: 1) as privatizações desenfreadas; 2) os efeitos da hiperinflação; 3) o resultado das desvalorizações cambiais; 4) a banalização de métodos criminosos nas operações de rotina do mercado. Além disso, essa burguesia ganguesteril utiliza certos expedientes "clássicos" para a acumulação de capital, como o aviltamento das condições de vida e a degradação das condições de trabalho. Com este processo de "acumulação primitiva", os russos esperavam construir uma economia mundialmente competitiva. O modelo seguido era o dos "tigres asiáticos", em que o controle *estrito* do território seria, de certo modo, acessório diante do vasto espaço representado pela Europa leste

e ex-URSS. No fim, a Rússia acabou ficando mais próxima do modelo paraguaio.

Depois de concluída esta etapa de "acumulação primitiva" de capital, restava esperar a prosperidade da "zona do rublo" e, mais tarde, sua aproximação, fosse com o Nafta ou com a Comunidade Européia. Em suma, operar um tipo de barganha diplomática entre os dois principais pólos do capitalismo mundial, não muito diferente daquele já feito pela China e almejado pelo Mercosul. Por isso que, durante mais de três anos, a proclamada independência da Chechênia não causou maiores reações. Foi o fracasso daquele modelo de "desenvolvimento", associado às ameaças ao petróleo do Cáucaso, que impuseram a necessidade de um controle de tipo territorial mais estrito. Só então a Chechênia tornou-se importante para Moscou.

A situação agravou-se após a primeira grande crise do governo Yeltsin, quando já começava a fazer água o sonho dourado da *nomenklatura* em função da escassa participação de capital estrangeiro nas privatizações e do incipiente ingresso de outras formas de recursos oriundos do exterior. A primeira guerra da Chechênia iniciou em fins de 1993, após o bombardeio do parlamento e das novas eleições de dezembro daquele ano marcarem a primeira derrota dos setores favoráveis a Yeltsin. Daí em diante, para deter o avanço dos comunistas e seus aliados, Yeltsin lançou-se numa campanha para tentar normalizar as relações no interior da federação russa. Assim, em fevereiro de 1994, Yeltsin firmou um acordo com a República Russa do Tarquestão que lhe concedia ampla autonomia, na realidade uma independência de fato. O acordo era pensado por Yeltsin como modelo para ser seguido no resto da Rússia, sobretudo para a Chechênia. Diante da recusa dos chechenos ao entendimento, Yeltsin ordenou às pressas — apesar de a situação vir desde 1991 — a ação militar contra a República Chechena.

Apesar da quase completa destruição de Grozny, dos protestos internacionais, do uso criminoso de bombardeios indiscriminados contra cidades (prática que a URSS recusou-se a utilizar mesmo contra a

Alemanha nazista), que levou a mais de oitenta mil mortos do lado checheno, e a despeito da capital de a república ter sido ocupada, a campanha revelou-se um fracasso e foi objeto de repúdio tanto dentro como fora da Rússia. Para se ter uma idéia do grau de repúdio interno à campanha criminosa de Yeltsin no Cáucaso, vale lembrar que, no processo de impedimento movido contra ele em 1999, das cinco acusações contra Yeltsin a que obteve mais votos, inclusive de egressos da bancada governista, foi a que o condenava por crimes contra a humanidade na guerra da Chechênia. Em dezembro de 1995, mais uma vez, os comunistas ganharam as eleições legislativas, desta feita com uma forte bancada, o que era preocupante para Yeltsin, sobretudo tendo em vista as eleições presidenciais de 1996. Assim, Yeltsin diminuiu o ritmo das privatizações, nomeou Primakov como ministro das relações exteriores e, logo depois de conseguir sua reeleição, nomeou o general Lebed como seu representante especial para negociar a paz na república do Cáucaso.

Vale lembrar que Alexander Lebed foi o fiador da vitória de Yeltsin no segundo turno das eleições presidenciais de 1996. Como comandante do XI exército na Moldávia, Lebed já havia mediado com êxito o confronto entre moldavos e russos naquela ex-república soviética, o que lhe permitiu também obter um rápido processo de entendimento com os chechenos depois de assumir a direção do Conselho de Segurança da Rússia. Ainda em fins de 1996, foi firmado um acordo pelo qual o *status* final da república seria decidido num plebiscito em 2001, mas pelo qual a república obtinha independência de fato. Mais do que isto, o Banco Central russo outorgava à república caucasiana o direito de operar provisoriamente com o rublo, mas lhe concedia ampla autonomia. Isto significava, na prática, que a Chechênia poderia colocar-se, mesmo antes de 2001, fora da zona do rublo, transacionando com a moeda que bem quisesse. Esta condição era superior ao estatuto de independência já concedido às próprias ex-repúblicas soviéticas, as quais ficaram cingidas ao rublo.

## Da primeira à segunda guerra na Chechênia

---

Em 1998 — 1999, ocorreram dois fatos no contexto internacional que parecem ter obscurecido a percepção da liderança islâmica sobre a capacidade militar russa. Em primeiro lugar, deu-se a agressão unilateral dos anglo-americanos contra o Iraque. Apesar de os ataques terem sido objeto de extensa condenação internacional, não desencadearam maiores reações por parte da Rússia. O segundo fato marcante entre as duas guerras na Chechênia foi a guerra na Iugoslávia, onde os russos viram passivamente seus aliados sérvios serem derrotados de forma avassaladora pelas forças da OTAN.

Ao que parece, aos olhos da direção chechena, os ataques contra o Iraque, a decisão de lançar um levante contra Saddam no norte e a guerra na Iugoslávia eram aspectos de uma mesma estratégia, cujo objetivo final era afastar a Rússia dos centros de decisão, fossem na Europa ou no Oriente Médio.

Assim, o ano de 1999 seria o da derrota "definitiva" da Rússia face à grande ofensiva americana iniciada ainda em 1979. O ano veria o isolamento completo da Rússia da Europa e, depois, do Cáucaso e do Oriente Médio, seu desfecho final. Doravante, os russos não teriam como apoiar suas posições na política externa em sua capacidade militar convencional e, assim, sua diplomacia perderia o pouco do prestígio que lhe restava e que estava sendo escrupulosamente reconstruído por Primakov.

Ao que parece, Basayev e seus pares consideraram que depois da guerra iugoslava teria lugar uma terceira e decisiva ofensiva contra o Iraque, que levaria um contingente permanente da OTAN para o norte daquele país. Com isso, o deslocamento daquela força seria facilitado por mais um "objetivo humanitário", algo como

“pacificar” uma guerra na Chechênia. Os ocidentais, assim, atingiriam simultaneamente três objetivos: livrar-se-iam de Saddam, criariam condições para o surgimento de uma espécie de república islâmica transcaucásica e, por fim, afastariam a Rússia de qualquer influência sobre os assuntos do Oriente Médio, Golfo Pérsico e boa parte da Ásia Central. Podem ter contribuído para esta percepção os artigos de Brzezinski, o artífice intelectual da terceira guerra fria, defendendo a divisão da Rússia em três países distintos.

Esses elementos dão sentido à percepção dos islâmicos. Entretanto, parece que a guerra na Iugoslávia produziu fissuras além do esperado na aliança atlântica e, agora, a OTAN e o G-7 não apenas não cogitam uma nova guerra contra o Iraque como discutem o levantamento das sanções contra aquele país. Sem apoio externo direto, a guerra iniciada pela Chechênia contra a Rússia tornou-se mais uma guerra perdida, em que o sangue dos inocentes dá a dimensão de sua inutilidade. De resto, o projeto checheno parece em tudo condenado ao fracasso.

Pior ainda, a manutenção de bases dos “combatentes da liberdade” no extremo sul da própria Chechênia, bem como em outros locais do Cáucaso ou da Ásia Central (Geórgia, Azerbaijão, Afeganistão etc.), servem de estímulo para novas contendas na região. Isso dá a oportunidade inclusive para os russos tomarem a iniciativa, usando os mesmos meios hoje contra eles empregados. Afinal, os três países que supostamente apóiam os rebeldes chechenos na região, a Turquia, o Azerbaijão e a Geórgia, têm problemas maiores que os dos russos. Os turcos contam com o problema curdo, o Azerbaijão tem conflitos com a Armênia (apoiada pelos russos) por causa do Nagorno-Karabakh e a Geórgia tem os ossetianos e abkhásios. Deste modo, a instabilidade dos governos pró-OTAN na região e a presença dos “combatentes da liberdade” podem facilitar mais do que restringir o acesso russo à Ásia central ou ao Oriente Médio.



## A história se repete: da tragédia à farsa

Em fevereiro de 1997, um dia depois da retirada das tropas federais russas da Chechênia em cumprimento aos acordos estabelecidos por Lebed, começou uma onda de seqüestros na república caucasiana. Cerca de 1.300 pessoas foram atingidas deste período até o início de segunda guerra na república. Em sua maioria, eram conscritos russos que serviam no Cáucaso. Entretanto, foram seqüestrados também 60 estrangeiros (entre os quais um brasileiro) e acredita-se que ainda hoje 500 pessoas são mantidas em cativeiro. Foi o seqüestro do enviado especial de Yeltsin para negociar o *status* final da república, em 1998, e depois, em março de 1999, do próprio Ministro do Interior russo, que azedaram definitivamente as relações da Chechênia com a Rússia. Desde então, a Rússia fez pesadas advertências sobre as decorrências destes fatos, mas a direção chechena não as levou a sério ou não teve condições para coibir as ações contra os russos.

Em fins de março de 1999, os chechenos atingiram com um foguete a capital da Ossétia do Norte, tradicional aliada dos russos na região. Em 7 de agosto de 1999, um contingente estimado entre 200 e 500 homens invadiu o Daguestão, capturando algumas vilas. Aos olhos estupefatos do mundo, parecia que o Davi checheno acabava de invadir a segunda potência militar do planeta. Entretanto, Maskhadov, o presidente checheno, afirmava não ter qualquer relação com os eventos no vizinho Daguestão. No entanto, três dias depois, o líder rebelde checheno Basayev anunciava a "independência" do Daguestão, onde apenas 4% da população eram de seita Waahabita, dominante na Arábia Saudita. Os wahabitas também são minoritários na Chechênia, mas têm forte influência sobre sua direção. O milionário saudita Bin Laden, que foi treinado pela CIA, esteve no Cáucaso e entregou pelo menos trinta milhões de dólares para os rebeldes. Especula-se também se o atentado contra Maskhadov foi feito pelos wahabitas ou pelos serviços de segurança russos. Afinal, a campanha russa na Chechênia parece interessar aos wahabitas, que contam com a conflagração de toda

a região para obter melhores condições, em função de seu apoio exterior, para disputar a direção dos movimentos islâmicos com os demais líderes muçulmanos da região, em sua maioria ex-comunistas e nacionalistas.

Em 11 de agosto, Putin assumiu a condição de primeiro-ministro e, em seguida, em 25 de agosto, iniciou-se a contra-ofensiva russa. Em meados de setembro, os chechenos e os "voluntários" turcos, iugoslavos e azerbaijanos foram expulsos do Daguestão. Enfurecidos com a reação russa, os rebeldes lançaram em 31 de agosto uma série espetacular de atentados terroristas, sem precedentes na história, que levaram à morte 342 pessoas, em cinco ataques realizados até 16 setembro.

A opinião pública russa, refletida sobre o parlamento, poucos meses antes quase havia levado ao impedimento de Yeltsin por "crimes contra a humanidade" na Chechênia. Após os atentados, ela mudou diametralmente de posição e tomou-se favorável a uma guerra decisiva no Cáucaso. Era o retomo do "espírito de 1921". Em 23 de setembro, iniciam-se as operações aéreas contra a república, num total de mais 17 mil *raids* aéreos contra as posições rebeldes. A campanha terrestre começou no dia 1 de outubro, quando Putin declarou Maskhadov e o parlamento checheno instaurado em 1991 como "ilegítimos".

A campanha terrestre teve fases diferenciadas. A primeira parte da campanha, de criação de uma "zona de segurança" ao norte do rio Terek e de isolamento da Chechênia, encerrou-se no dia 15 de outubro. Ao contrário da campanha anterior, esta revelou as forças armadas russas mais bem preparadas em planos e operações, tendo-se, inclusive, estabelecido uma fusão de ações entre o Ministério do Interior e o da Defesa, enquanto a guerra anterior havia sido exclusivamente travada pelo Ministério do Interior. A partir da zona de segurança, os russos arrefeceram as operações, tendo concentrado 100 mil homens ao norte de Grozny e instalado um bloqueio sobre a capital chechena, submetida a um intenso bombardeio aéreo e de artilharia. Nesta fase, a disputa eleitoral de 1999 estava em seu momento decisivo e as baixas causadas pela ocupação da segunda cidade chechena (Gudermes) fizeram com que as operações terrestres fossem adiadas para

depois do pleito. As eleições eram vitais para Putin, que usou a vitória obtida para passar à terceira fase da campanha. Estava iniciada a batalha de Grozny, cujos desdobramentos finais prosseguem até o presente momento.

Mesmo antes de encerrarem-se as operações de combate na república chechena, seu desfecho parece estar selado. Ao contrário do que ocorreu com a Polônia, desta vez os russos parecem estar em condições de impor uma clara vitória militar. O prestígio de uma vitória militar, mesmo contra um adversário tão frágil, terá um grande papel interno na Rússia. É preciso perceber que, do ponto de vista russo, trata-se de uma vitória não apenas contra um punhado de guerrilheiros integristas, mas contra uma grande conspiração que visava a afastar a Rússia dos suprimentos de petróleo do sul e levá-la à perda da influência na construção do oleoduto que ligará os campos do Mar Cáspio à Europa. Além disto, a vitória pode marcar o fim de uma fase de separatismo e dispersão que só pode ser realmente aferida se confrontada com a situação que se seguiria a uma vitória dos rebeldes, que com toda probabilidade estenderia o separatismo a toda a Rússia. Pela primeira vez, desde a dissolução da URSS, os russos contemplarão o mapa de seu próprio país e não o verão reduzido. O significado simbólico disto dificilmente pode ser descrito, mas pode-se facilmente imaginar o efeito que isso terá sobre os cidadãos de um país que, há poucos anos atrás, eram parte da segunda superpotência do planeta.

Que isto represente a passagem da tragédia à farsa, parece, no momento, ser de menor importância. Ressurge, com todo vigor, o mito de que a "força" pode, por si mesma, ser a solução eficaz para problemas políticos, econômicos e sociais tão profundos e complexos como os da Rússia.

## **Colômbia, Amazônia e regimes internacionais assimétricos**

Marco Cepik, outubro de 1999

No final de outubro de 1999, milhões de pessoas foram às ruas pela paz na Colômbia. Foram as maiores passeatas da história do país, no mesmo dia em que recomeçaram as negociações de paz entre o governo Pastrana e as *FARC (Fuerzas Armadas Revolucionárias de Colombia)*. Entretanto, houve no último período uma intensificação da presença militar norte-americana naquele país e uma insistência da diplomacia dos Estados Unidos em torno da “regionalização” do conflito que estaria atingindo também Peru, Venezuela e Brasil. Caso haja um agravamento da crise colombiana às vésperas das discussões sobre a ALCA, a questão da Amazônia entrará na “agenda de segurança internacional” como um tema de grande potencial conflitivo ainda pouco analisado.

Os exemplos da guerra da Iugoslávia em 1999 e dos bombardeios contra o Iraque em dezembro de 1998, ambos marcados por claras violações do direito internacional público, em nome de um suposto “direito de ingerência humanitária”, autorizam uma preocupação com a crescente retórica sobre a pretensa incapacidade de os países periféricos lidarem com o grave problema da degradação ambiental.

O discurso ambientalista internacional na década de 90 não conduziu a uma diminuição da soberania brasileira sobre a Amazônia. Entretanto, a crise colombiana e as pressões norte-americanas sobre o

governo Chávez na Venezuela sinalizam o tipo de tensão que parece estar emergindo. Nesse artigo, descrevo a situação atual do desmatamento na Amazônia brasileira, questiono as assimetrias na conduta internacional em torno da agenda ambiental e especulo sobre os possíveis desdobramentos da crise atual na região setentrional da América do Sul.

## Desmatamento e contramedidas ainda insuficientes

Segundo o Banco Mundial (BIRD, 1991), florestas cobrem mais de 25% da superfície emersa do planeta, uma porcentagem maior do que qualquer outro ecossistema terrestre. Florestas tropicais úmidas respondem por cerca de um terço desse total (15 milhões de km<sup>2</sup>). Os dois terços restantes são divididos entre florestas de zonas temperadas (75% nos países mais industrializados) e outros tipos de florestas tropicais (75% localizados na África). Dois terços das florestas tropicais úmidas são florestas "primárias", relativamente intactas, enquanto o terço restante é classificado como floresta "degradada", ou seja, alterada em graus variados pela ação humana. O Brasil tem um quarto de todas as florestas tropicais úmidas do globo em seu território. Além disso, Brasil, Indonésia e Zaire, somados, possuem mais da metade das áreas com esse tipo de vegetação no mundo. A floresta amazônica estende-se por nove países da América do Sul, mas 60% dela encontra-se em território brasileiro. A chamada "Amazônia Legal" brasileira consiste em um território de 4.900.000 km<sup>2</sup>, o que corresponde a 60% do total do território nacional, abarcando os Estados do Maranhão, Pará, Tocantins, Amazonas, Acre, Roraima, Amapá, Rondônia e Mato Grosso. Da área total, 3.483.600 km<sup>2</sup> (80%) eram cobertos por florestas em 1996.

Na Amazônia Legal vivem cerca de 16,7 milhões de pessoas, dos quais 170 mil indígenas.

Dado o peso crescente da agenda ambiental nas disputas políticas contemporâneas, os números do desmatamento no Brasil são altamente controversos. Segundo o relatório do INPE/IBAMA sobre desflorestamento na região amazônica, de uma cobertura florestal original de 3.996.000 km<sup>2</sup>, restavam 95,7% em 1978, 90,7% em 1988 e 87,2% em 1996. A taxa média anual de desmatamento (km<sup>2</sup>/ano) foi de 21.130 em 1978 — 1988, caindo para 17.660 em 1988 — 1989 e subindo novamente para 18.161 em 1995 — 1996. Segundo o WWF (*World Wildlife Fund*), o Brasil tem a maior taxa de desmatamento do mundo, o que pode ser contestado, mas corresponde também às estimativas das Nações Unidas (*UN Environment Program*) e do governo do Brasil (Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal). Por exemplo, da cobertura original da mata atlântica, que abarcava nove estados, hoje restam apenas 7%. Na Amazônia Legal, a área desmatada chega a 512.400 km<sup>2</sup>, ou cerca de 12,8% da área total em 1996. Para uma noção de grandeza, isso corresponde ao dobro da área do Estado de São Paulo. As regiões mais atingidas pelo desflorestamento formam um arco que vai do nordeste do Pará, segue em direção ao sul, passando por Maranhão e Tocantins, atingindo o nordeste do Mato Grosso e chegando até o norte de Rondônia e Acre. Os Estados do Pará e Mato Grosso possuem as taxas de desmatamento mais elevadas.

As causas do desmatamento são principalmente duas: expansão de fronteira agropecuária e / ou extração de madeiras. Segundo a Comissão Especial da Câmara dos Deputados, das 13 maiores empresas transnacionais — principalmente asiáticas — atuando na exportação de madeira nos Estados do Amazonas e Pará em 1998, 11 apresentaram irregularidades. Segundo relatório da ex-SAE (Secretaria de Assuntos Estratégicos) apresentado em 1997, cerca de 80% de toda a madeira retirada da Amazônia é extraída de maneira ilegal e

predatória. Além das duas causas principais, contribuíram para o ritmo histórico de desflorestamento projetos como os de Grande Carajás e Jari, além dos alagamentos para a implementação de usinas hidroelétricas como as de Tucuruí, Balbina e Samuel. A forma mais predatória de desflorestamento são os incêndios, usados não apenas para limpar os terrenos para a agropecuária, mas também pelas madeireiras, que extraem apenas 10% da mata derrubada e queimam o restante. Talvez o quadro seja ainda mais grave do que supõem as organizações ecológicas e o Ministério do Meio Ambiente. Um estudo recente da Universidade Federal do Pará (UFPA) e do IPAM (Instituto de Pesquisa Ambiental) concluiu que cerca de 10.000 km<sup>2</sup> de florestas amazônicas queimam anualmente sem que os satélites consigam "ver" os incêndios.

Em termos de contramedidas, no início de 1998 entrou em vigor a Lei de Crimes Ambientais que prevê multas de até 50 milhões de reais e penas de prisão de até 6 anos para quem agredir o meio ambiente. Pessoas jurídicas podem ser responsabilizadas criminalmente. Entretanto, medidas provisórias editadas posteriormente estenderam para seis anos o prazo para as empresas infratoras adaptarem-se à nova lei ambiental. O governo federal também suspendeu, entre 1996 e 1998, todas as concessões para a extração de mogno e virola na região amazônica. E aumentou a área mínima de proteção em cada propriedade rural de 50% para 80%, permitindo assim que apenas 20% de cada propriedade sejam destinados à agricultura e pecuária. Em 3 de março de 1998, o presidente do Brasil sancionou a lei de criação de sete florestas nacionais, ampliando para 20% a área amazônica sob controle da União. Nessas áreas, as atividades extrativas seriam fiscalizadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). As novas áreas protegidas foram acrescentadas às 39 já existentes, totalizando 2,6 milhões de hectares localizados principalmente nos Estados do Amazonas e do Pará. Dentre essas

áreas protegidas, vale destacar o Parque Nacional do Jaú, localizado a 200 km de Manaus, por ser a maior unidade de conservação do Brasil. Sua área, de 22.720 km<sup>2</sup>, equivale ao tamanho do Estado de Sergipe. O parque fica localizado no planalto rebaixado da Amazônia, é coberto por densas florestas tropicais e cortado pelo rio Jaú, principal afluente do rio Negro. Destaca-se também a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, na confluência dos rios Solimões, Japurá e Auati-paraná, depois de Tefé, Estado do Amazonas. A reserva é um dos projetos mais bem-sucedidos na Amazônia em termos de se aliar conservação e desenvolvimento econômico e social, em uma área de 1.124.000 de hectares de floresta inundada.

Apesar dessas medidas, em março de 1998 a ONU destacou uma equipe técnica para avaliar o combate ao incêndio de Roraima que ocorria desde novembro de 1997. Avançando 4 quilômetros por dia sobre a floresta amazônica, o incêndio ameaçou áreas de preservação ambiental e reservas yanomâmi. O exército brasileiro teria relutado em aceitar ajuda internacional. Segundo o INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia), depois de seis meses alastrando-se, o fogo consumiu 14,7% da área de Roraima, sendo 4,1% de florestas, 9,2% de cerrado e 1,3% de áreas cultivadas. Em agosto de 1998, o serviço de monitoramento da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) acusava cerca de 25 mil focos de incêndio no país.

As conseqüências do desmatamento na Amazônia vão da diminuição da biodiversidade e aumento da erosão ao comprometimento dos cursos d'água, muitos dos quais ainda são contaminados pelo mercúrio dos garimpos. Alterações nos regimes de chuva e no próprio clima também são relatadas, mas a extensão do dano é objeto de debate acalorado. O governo brasileiro sustenta que as medidas em curso no país estão produzindo resultados efetivos, e destaca que países em desenvolvimento como o Brasil, Índia e China já haviam



tomado medidas para reduzir os ritmos de desflorestamento e a emissão de gases tóxicos, ao contrário dos países mais industrializados do hemisfério norte.

## Amazônia como problema de "governança" global?

O problema do desflorestamento amazônico é real, embora suas proporções tendam a ser exageradas (ou minimizadas, dependendo dos interesses de cada ator) nos fóruns internacionais e nos debates políticos internos. Há, contudo, uma grande diferença entre o paradigma do "limite do crescimento" vigente à época da Conferência de Estocolmo (1972) e o novo conceito de "equilíbrio ecológico" da Conferência do Rio de Janeiro (1992) sobre meio ambiente. A idéia original de limitar o consumo de bens naturais não renováveis levantava prontamente a objeção legítima dos países do Terceiro Mundo de que os países do Norte utilizavam-se da retórica ambientalista para limitar a industrialização e o desenvolvimento dos demais. Por mais polêmicas que gerem e por mais que envolvam conflitos distributivos à escala global, os temas do novo paradigma (mananciais aquíferos, emissões de CO<sub>2</sub> camada de ozônio, preservação florestal etc.) são muito mais específicos e negociáveis do que o alarmismo do Clube de Roma nos anos 1970 acerca da incompatibilidade entre ecologia e desenvolvimento no hemisfério sul.

Independente das motivações verdadeiras e do grau de (ir)realismo do discurso ambientalista internacional, o quadro específico na área ambiental resultante das pressões desde a década de 1980 indica um padrão muito mais complexo de conseqüências sobre a soberania nacional do que a percepção de ameaça recorrente sobre a "cobiça

internacional" faz crer. Afinal, como as florestas tropicais estão localizadas em territórios de países específicos, ao contrário da camada de ozônio, da Antártica e do fundo dos oceanos, esse tema da agenda presta-se menos a um discurso ambiental "globalista". Assim, até agora, o Brasil e os demais países do Terceiro Mundo têm conseguido garantir que os regimes internacionais de regulação ambiental sejam baseados não em intervenções supranacionais e sim em ações soberanas dos Estados signatários, consagrando reiteradamente os princípios da responsabilidade individual dos Estados na gestão dos recursos ambientais, da ação coletiva para resolução de problemas comuns e da construção de medidas de confiança multilaterais. Nesse aspecto, pode-se considerar o texto do Tratado de Cooperação Amazônica (1978) como modelar.

Além disso, o fortalecimento da audiência internacional de grupos sociais e políticos antes marginalizados (seringueiros, ribeirinhos, sem-terra, índios, ecologistas e mesmo garimpeiros) contribuiu de alguma forma para melhorar sua posição relativa diante dos latifundiários, dos grandes capitalistas brasileiros e multinacionais e do Estado na região amazônica, o que não é ruim se considerarmos a situação anterior durante o regime militar. Vide a distância entre o assassinato de Chico Mendes e a eleição de um governo estadual petista no Acre. Ou o papel atual das 320 organizações da sociedade civil que são membros do Grupo de Trabalho Amazônico e que influenciam muito mais o CONAMAZ (Conselho Nacional da Amazônia Legal), mesmo sem ter voto no Conselho, do que seria imaginável há dez anos.

Como as pressões internacionais dos grupos ambientalistas, do governo dos Estados Unidos e do Banco Mundial para a preservação ambiental foram canalizadas pelo governo federal brasileiro para justificar certas políticas na Amazônia, aquelas pressões podem inclusive estar *"reinforcing the state's infrastructural power by strengthening its regulatory capacity, expanding its role as environmental manager, and making it*

*the agent of internationally financed policy responses*" (CONCA, 1995, p. 168). A liberação recente de recursos para os Projetos Calha Norte e SIVAM na área de segurança, além dos programas internacionalmente financiados, como o Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7) e o Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Amazônia (FDCTAM), parecem dar certa consistência a essa conclusão.

Porém, afirmar que o resultado do discurso internacional sobre a preservação ambiental não implicou, até agora, perdas de soberania para o Brasil não implicam dizer que os resultados são unívocos e que a situação atual vai ser mantida. Questões ambientais na agenda internacional refletem as assimetrias crescentes nas relações entre norte e sul. São indicadores muito fortes da capacidade que os países capitalistas centrais têm para fixar a agenda ambiental (*agenda setting powers*), por exemplo, a recusa dos países mais industrializados, especialmente os Estados Unidos, em se comprometerem com o financiamento do "desenvolvimento sustentável" nos países em desenvolvimento, ou em assumirem sua cota de esforços para a redução da chuva ácida ou do desflorestamento nas zonas temperadas, para a eliminação das emissões de gases tóxicos ou a preservação da biodiversidade. Esse último aspecto é crítico, pois as transferências de plantas industriais poluentes para o Terceiro Mundo e a biopirataria são feitas principalmente por empresas transnacionais que têm sede nos países centrais do sistema internacional. Embora os fundos administrados conjuntamente pela ONU e Banco Mundial através da *Global Environmental Facility (GEF)* tenham chegado, em 1996, a 1,2 bilhões de dólares para o apoio a 186 projetos ambientais em 90 países, é enorme a distância para os 60 bilhões de dólares anuais calculados pela ONU à época da Rio 92.

## Uma crise regional à vista?

Essa assimetria não se resume às questões ambientais, ao contrário, informa diretamente a chamada agenda de “segurança internacional”. O acirramento da competição internacional por mercados e capitais (vide a disputa entre o dólar e o euro) e a crescente retórica em torno do direito de ingerência da “comunidade internacional” para garantir os direitos humanos, a preservação ambiental e a não-proliferação de armas de destruição massiva (WMD) podem evoluir no sentido de diminuir no futuro próximo os graus de autonomia dos governos sul-americanos na questão amazônica.

A propaganda contra o Brasil será feita forçando-se a tríade devastação ambiental / brutalização de direitos humanos / convivência com as “narcoguerrilhas”. A tríade seria agravada pela incapacidade brasileira de manter-se na linha diante de uma eventual virada “esquerdista / populista” da América do Sul, o que já está sinalizado para o governo americano pela “ambigüidade brasileira em lidar com Chávez na Venezuela e com as FARC na crise colombiana”. Um outro traço da propaganda tem sido o de associar Fidel Castro, Hugo Chávez e as FARC, quem sabe no futuro próximo somando Ricardo Lagos no Chile e Fernando de La Rúa na Argentina. Recusar os termos do debate e colocar-se na ofensiva diplomática é o primeiro passo que o governo brasileiro deveria adotar. A recusa nos termos do debate passa pela minimização de sua plausibilidade em relação ao que ocorre realmente dentro do país. E isso só se consegue com medidas concretas de combate à ação predatória nos ecossistemas amazônicos, combate às violações dos direitos civis e sociais dos brasileiros, além de ações efetivas para o controle das fronteiras e a manutenção da integridade territorial do país.

A defesa retórica da soberania nacional e declarações autoritário-românticas sobre a “rebelião contra o império” não ajudarão muito.

Porém, a tese de que as *FARC* são o braço armado dos cartéis colombianos tampouco é aceitável, simplesmente porque falar de "narcoguerrilha" nesse caso equivaleria a dizer que a exportação de soja no Brasil é controlada pelo MST. É certo que a guerrilha taxa os produtores e outras etapas da cadeia produtiva da droga, mas esses são os elos com menor valor agregado e menores taxas de retorno sobre investimento (ROI). Segundo Proença Jr. (1994), os cartéis trabalhavam naquele ano com taxas de ROI de 35.900% sobre cada dólar investido. Ora, se as *FARC* pudessem realmente "hibridizar-se" com os cartéis que controlam as etapas finais de refino, processamento e distribuição das 330 mil toneladas métricas de folhas de coca produzidas na região, sua participação no mercado de 50 bilhões de dólares anuais de vendas de drogas nos Estados Unidos lhes permitiria bem mais do que as incursões ao Brasil que vêm sendo alegadas como indício da regionalização do conflito.

Na verdade, quem sustenta a operação dos cartéis colombianos são as forças paramilitares daquele país, partes das forças armadas e da diplomacia, sem falar nos 15 milhões de usuários de drogas nos Estados Unidos. A dúvida que resta é se qualquer dessas coisas realmente importa diante da necessidade dos Estados Unidos de acelerar a consolidação da ALCA, ainda que ao custo da instabilização da região.

## **Timor Leste: uma tragédia anunciada**

*Marco Cepik, setembro de 1999*

No seu estilo *fast food* de cobertura de crises internacionais, a mídia elogiou bastante a rapidez com que o Conselho de Segurança da ONU autorizou no último dia 15 de setembro o envio de uma força armada internacional (INTERFET) para apoiar a missão da organização em Dili, menos de dez dias depois que a cidade começou a ser queimada e destruída. Mas por que não quinze dias antes do plebiscito? — algum chato poderia perguntar. E a pergunta verdadeiramente chata a ser feita é: por que só agora, depois de 25 anos, os governos ocidentais decidiram mudar sua posição histórica de cúmplices da ditadura indonésia e de algozes dos timorenses? Fim da Guerra Fria e preocupações crescentes com os direitos humanos? Em parte, talvez, mas, como sempre, mesclado com coisas menos nobres, como poder e dinheiro.

### O Nobel da Paz para um povo

Quando Dom Carlos Ximenes Belo e José Ramos-Horta receberam o prêmio Nobel da Paz em 1996, a resistência de um pequeno povo esquecido numa esquina distante do planeta fez-se ouvir com mais força. Mais do que isso, a causa dos direitos humanos, da paz e do

bem-estar social ganhou fôlego, sensibilizando governos, opinião pública e até um Papa empedernido como João Paulo II. Um grande passo, mas apenas um passo em uma longa caminhada.

Afinal, as esperanças de autonomia e uma vida melhor eram ainda maiores em 1974, quando a notícia da Revolução dos Cravos em Portugal chegou até Dili, a capital daquela colônia lusitana localizada na metade oriental de uma ilha distante do arquipélago javanês. Nas eleições locais de março de 1975, a FRETILIN (Frente Revolucionária para a Independência do Timor Leste) recebeu 55% dos votos e a UDT (União Democrática do Timor), que na época também defendia a independência, obteve 35%. O grupo pró-indonésio APODETI fez menos de 1%. Com 90% da população apoiando a independência, o governo da Indonésia iniciou uma campanha para desestabilizar a transição, cooptando parte da liderança da UDT para uma tentativa de golpe seguida de confrontos que resultaram numa vitória clara da FRETILIN. Em agosto de 1975, o governador geral e todo o pessoal civil e militar da administração portuguesa abandonou a colônia na calada da noite, indo para a ilha de Atauro, ao norte de Dili, no estreito de Wetar, onde permaneceram até voltar em dezembro para Lisboa.

Após a saída dos portugueses, a FRETILIN estabeleceu um governo provisório e proclamou a independência do país em novembro. Oito dias depois, as tropas da Indonésia invadiram o país e ocuparam as cidades mais importantes. Em abril de 1977, como as forças da FRETILIN ainda controlavam 80% do território, o governo Carter forneceu caças-bombardeiros, bombas de Napalm e helicópteros para apoiar os 35 mil soldados indonésios em sua campanha de cerco e aniquilamento. Em dezembro de 1978, foi capturado e morto o presidente da natimorta República Democrática do Timor Leste, Nicolau Lobato. Esse fato marcou a consolidação da ocupação militar indonésia após três anos e 200 mil cadáveres, contra uma população de 680 mil que havia em 1975. Dali em diante, alguma resistência armada manteve-se na região montanhosa no centro da ilha, mas a ênfase deslocou-se,

crescentemente, para o trabalho social do clero católico local e para a campanha dos exilados através do Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT), presidido por Xanana Gusmão desde 1979.

Massacres de civis, campos de concentração, torturas, reassentamentos forçados, esterilização em massa e expropriação de gado e terras foram apenas a face mais violenta da ocupação. Incorporada como a 27ª província da Indonésia em 1976, a população do Timor Leste foi sistematicamente dividida, empobrecida e privada de sua identidade. Com apenas 14.874 km<sup>2</sup>, a região abrigava historicamente 12 grupos étnicos e lingüísticos austronésios e papuas. Uma dessas línguas, o Tetum, era utilizada pelos portugueses como língua franca na região de Dili e é hoje falada por cerca de 60% da população maubere, como se autodenominam os leste-timorenses. Depois de 1989, a província foi aberta à imigração e, hoje, mais de 20% da população local já é composta por indonésios vindos das ilhas de Java, Flores e do lado ocidental da ilha de Timor. Junto com os 2% de chineses, esses novos colonos controlam a maioria dos postos de trabalho qualificados e a maior parte da riqueza. Assim, para uma população de 800 mil habitantes, os mauberes (etnias tradicionais e mestiços com descendentes de portugueses) somam 78%, mas são os que menos se beneficiam dos pesados investimentos em infra-estrutura e serviços feitos pelos indonésios. Ao contrário, são jogados uns contra os outros através da montagem de milícias e recrutamento militar forçado, proibidos de falar suas línguas tradicionais ou o português e obrigados a aprender o idioma (*Bahasa*) e a ideologia (*Pancasila*) oficiais da Indonésia.

Não é exagero dizer que, além da resistência contra a opressão e a miséria, o único traço identitário comum dos leste-timorenses de hoje é o catolicismo engajado pregado pelo clero local e ignorado por anos pelo Vaticano. Enquanto 72% dos leste-timorenses adotavam crenças animistas e apenas 28% eram católicos, em 1975, hoje, mais de 85% declaram-se católicos e praticam formas mais ou menos sincréticas de



culto. Como na Indonésia o cristianismo é minoritário (9% de uma população de 210 milhões) e o exército é majoritariamente islâmico, a religião é um fator a mais de tensão.

## Vítimas da Guerra Fria e das promessas da globalização

A despeito de condenações periódicas mais ou menos enfáticas do Conselho de Segurança da ONU, nesses 25 anos as potências ocidentais apoiaram a ocupação indonésia no Timor Leste e no Irian Jaya, ocorrida no mesmo ano. Um, como Estados Unidos e Japão, mais abertamente, e outras, como Portugal e Alemanha, mais tacitamente. Nenhuma chegou ao ponto da Austrália, que reconheceu formalmente a soberania de Jacarta sobre a região em mais de uma ocasião.

O apoio explica-se por razões econômicas e pela lógica da Guerra Fria. Um apoio que já vinha desde os anos 1965 — 1968, quando o general Suharto liderou o golpe militar que levou à repressão e morte de um número estimado entre 300 mil e 1 milhão de pessoas, em sua maioria simpatizantes do partido comunista, que era o segundo maior da Ásia. Em troca, a ditadura dos militares e a casta organizada em torno da família Suharto esvaziaram a presença Indonésia na OPEP e no Movimento dos Países Não-Alinhados e exerceram o papel de *gendarme* no sudeste asiático e na estratégica região dos estreitos de Málaca, Sunda e Lombok, os "ferrolhos" por onde escoo o petróleo do Golfo Pérsico para o Japão e o tráfego marítimo entre o Índico e o Pacífico. Em 1975, no mesmo ano da queda de Saigon e das independências na África portuguesa, a perspectiva do surgimento de um regime pró-soviético

tão próximo da costa norte da Austrália foi tão intolerável quanto a Nicarágua e Granada seriam para Reagan poucos anos mais tarde na América Central. Dada a rigidez de alianças e o jogo de soma zero do sistema internacional bipolar, não importava sequer que o "país" em questão fosse pobre, fraco e pequeno.

Além disso, a Indonésia possui forças armadas e policiais acima de 450 mil efetivos e gasta cerca de 1,4% de seu PIB de 226 bilhões de dólares com defesa (note-se que os gastos totais com a segurança do Estado são muito mais elevados), tornando-se um dos grandes mercados para os fornecedores ocidentais venderem armas e assessoramento. Os principais parceiros são Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, Finlândia, Suécia, França, Holanda e Austrália. Embora alguns programas tenham sido cancelados após o massacre de Dili em 1991, somente os Estados Unidos entregaram equipamento bélico e ajuda militar no valor de 918,6 milhões de dólares para o governo de Jacarta no período entre 1980 e 1997.

Ora, com uma economia que cresceu em média 7,7% ao ano entre 1987 e 1997, a Indonésia representa para os países capitalistas centrais não apenas um mercado emergente para comércio, investimentos e exportações, mas também uma grande reserva de mão-de-obra barata e, principalmente, de recursos naturais e biodiversidade. Além de grandes reservas de petróleo, a Indonésia é hoje o maior exportador mundial de gás liquefeito. No caso da Austrália, o interesse na exploração do petróleo encontrado no mar do Timor levou às negociações que culminaram em 1989 com um tratado (*Timor Gap Treaty*) entre os dois países. Uma autoridade conjunta com sede em Darwin e Jacarta divide os lucros do 23º campo de petróleo mais rico do mundo. Como o futuro da Indonésia é incerto e os contratos deverão ser renegociados em 2013, as mesmas razões que levaram a Austrália a reconhecer a

soberania de Jacarta em 1979 levam-na a liderar a força de paz que vai garantir a independência do Timor Leste em 1999.

Ou seja, o argumento de que a província do Timor recebeu, a partir de 1989, percentuais de investimento governamental maiores do que qualquer outra região da Indonésia tornaria "realista" para a "comunidade internacional" manter o processo de colonização interna e o controle indonésio. Algo mudou. Na década de 90, a ditadura Suharto tornou-se um aliado cada vez mais incômodo para os ocidentais, com a questão do Timor Leste funcionando como calcanhar de Aquiles para a diplomacia indonésia. Mais do que as violações de direitos humanos, o que afastou os aliados foi a política demagógica de Suharto em tentar posar na ASEAN como defensor de uma alternativa regionalista de unificação de mercados e no Movimento dos Não-Alinhados, cuja presidência a Indonésia dos generais ocupou ironicamente em 1992, apresentando-se como porta-voz dos anseios do hemisfério sul. A irritação do governo norte-americano ficou evidente na cúpula do G-7 em Tóquio. A isso se somaram fatos como a não usual repercussão internacional do massacre de Dili em 1991, a ocupação da embaixada norte-americana em Jacarta durante a cúpula da APEC em 1994 (quando 29 leste-timorenses pediram asilo), o Nobel da Paz em 1996 e, de grande impacto simbólico, o encontro de Nelson Mandela com Xanana Gusmão, ainda encarcerado, durante uma visita oficial do presidente sul-africano, em 1997, intensificando a campanha das ONG's e as até então fracas manifestações pró-autodeterminação restritas aos governos da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa).

Na Indonésia, Suharto passou a enfrentar crescente oposição interna, inclusive dos militares que ele tentou alijar da direção do partido oficial, o *Golkar*. A crise financeira asiática em 1997 e o colapso da *rúpia*, seguidos da resistência do governo indonésio em aplicar o programa de ajuste do FMI que implicava o desmantelamento dos monopólios estatais e familiares apenas pioraram a posição do país. A gota d'água veio em março de 1998, quando Suharto manipulou as

eleições indiretas para obter um sétimo mandato presidencial de cinco anos. O agravamento da crise econômica e choques violentos com centenas de mortos em todo o país levaram à renúncia de Suharto em maio, quando o vice-presidente Bacharuddin Jusuf Habibie assumiu o governo, prometendo mudanças.

Na verdade, um resultado da queda de mais de 10% no PIB em 1998 foram os crescentes confrontos civis que se alastram desde a província de Aceh, no norte da ilha de Sumatra, passando pela ilha de Java, onde estão concentradas 107 milhões de pessoas, até a região de Ambon, no arquipélago das Molucas. Foi nesse contexto de crise que Habibie tentou manobrar para evitar a independência do Timor Leste.

## A UNAMET e o plebiscito

A intensificação dos ataques das milícias no Timor Leste e a crescente pressão internacional levaram Indonésia, Portugal e o secretário-geral da ONU à assinatura, em maio de 1999, de um acordo para a realização de um plebiscito. O Conselho de Segurança da ONU criou uma *United Nations' Mission in East Timor (UNAMET)* com a missão de organizar a consulta. Embora contando com um *staff* internacional vindo de 20 países diferentes (inclusive o Brasil), a segurança da missão estava sob responsabilidade das tropas indonésias por força dos acordos de Nova York. O plebiscito foi realizado no dia 30 de agosto, opondo a posição pró-independência do CNRT ao Fronte Unido pela Autonomia do Timor, o grupo pró-indonésia. Mais de 450 mil pessoas votaram e não houve incidentes maiores durante a votação. Cinco dias mais tarde, os resultados indicavam que 78,5% dos votantes haviam optado pela independência.

Esse foi o estopim para a fase atual da tragédia dos mauberes. Embora a crônica do que ocorreu nas últimas três semanas ainda esteja sendo escrita nos jornais, algumas coisas precisam ficar registradas. Na seqüência do anúncio dos resultados, o líder da FRETILIN e do CNRT, José Alexandre (Xanana) Gusmão foi libertado da prisão em Jacarta e teve de asilar-se na embaixada do Reino Unido, viajando posteriormente para Nova York. Em Dili e outras cidades, as milícias pró-indonésia começaram a atacar a população comum e os líderes pró-independência. Além da sede da UNAMET e da casa do Bispo Ximenes Belo (que se refugiou em Darwin, mesmo lugar onde anos atrás as forças de segurança da Austrália caçavam ativistas timorenses para entregá-los aos indonésios...), foram saqueadas e queimadas cerca de 50% das moradias e mais de 80% dos prédios públicos e comerciais de Dili. As forças armadas e policiais da Indonésia assistiram impassíveis às depredações e massacres, enquanto em cidades do interior batalhões inteiros participavam do que pareceu muito mais uma campanha organizada de destruição e "negação" de área do que um levante de miseráveis, como as imagens da CNN davam a entender.

Após a chegada do primeiro contingente australiano da força internacional de paz, estimativas anunciadas pelo general Peter Cosgrove após assumir o controle formal da província em 27 de setembro indicavam que, à medida que prosseguia a retirada das tropas indonésias e dos milicianos, o "saldo" da destruição era o seguinte: 1) dezenas de milhares de refugiados famintos nas montanhas centrais próximas às bases da FALINTIL (a pequena força guerrilheira da FRETILIN, comandada por Taur Matan Ruak); 2) mais de 7 mil mortos confirmados até agora; 3) destruição sistemática das cidades de Dili, Baukau, Los Palos, Manatuto, Balibo, Suai, Dilor e Locquessi; 4) um número desconhecido de deportados para outras províncias indonésias distantes; 5) cerca de 150 mil refugiados / deportados para a parte oeste da ilha, principalmente em torno da cidade fronteiriça de Atambua e da capital, Kupang. Ao todo, metade da população do Timor Leste foi expulsa de

suas casas, pois mesmo parte das tropas indonésias e das milícias são compostas por mauberes. Há grande tensão nos acampamentos de refugiados e rumores de que uma ofensiva esteja sendo preparada contra as tropas internacionais. Espera-se que a chegada do restante dos 8 mil soldados da INTERFET e a ampliação do mandato de Cosgrove para o interior da província diminuam as hostilidades, mas isso não é certo. Segundo a imprensa, as críticas dos países asiáticos à liderança australiana da força de paz e os acordos de maio e setembro sobre o papel das tropas indonésias na manutenção da "segurança" estariam impedindo os capacetes-azuis de atuar mais decisivamente.

Ora, desde a assinatura dos acordos, o chefe do estado-maior das forças armadas da Indonésia, general Wiranto, o chanceler Ali Atalas e o chefe das forças armadas indonésias no Timor Leste, general Syahnakri, vinham emitindo repetidos sinais de estarem seguros de que a posição pró-independência seria derrotada no plebiscito e, caso isso não acontecesse, eles não garantiriam uma transição organizada. Segundo o general Syahnakri, pelo menos 11 dos seus batalhões teriam se "sublevado" e atuado "fora de controle" nas ações de terra arrasada das últimas semanas. Na verdade, sabia-se há muito que uma das funções das forças especiais indonésias no Timor era apoiar a organização de milícias pró-indonésias em várias cidades, dentre as quais destacaram-se, desde o início de 1999, as gangues *Aitarak*, em Dili (chefiada por Eurico Guterres), *Hailinar*, no distrito fronteiriço de Bobonaro (chefiada por João da Silva Tavares), *Mahadi*, nas cidades de Suai e Ainaro (chefiada por Cancio de Carvalho), *Besi Merah Puti*, em Liquica (comandada por Manuel de Sousa) e o grupo *Saka*, no distrito de Baukau. Assim, é preciso analisar melhor por que a UNAMET não foi acompanhada desde sua criação por uma INTERFET.

Outra questão pouco explorada pela mídia foi a do *timing* do plebiscito. Se tanto dependia do processo de transição para a democracia na Indonésia, por que não esperar a posse do novo parlamento eleito em junho? Pela primeira vez desde a independência da Indonésia, eleições

relativamente livres foram realizadas para 462 das 500 cadeiras da Assembléia Nacional (38 cadeiras são destinadas por lei para os militares). Dos 48 partidos que concorreram, cinco obtiveram 90% dos votos e 90% das cadeiras. O partido governista *Golkar* obteve 22,43% dos votos e 120 cadeiras, contra 153 cadeiras (33,73% dos votos) do principal partido democrático de oposição, o PDI-P liderado pela filha do "pai da independência" Sukarno, uma hábil política chamada Megawati Sukarnoputri. Dificuldades na contagem final e disputas sobre a interpretação da lei eleitoral atrasaram a divulgação dos resultados oficiais até 1º de setembro. Assim, o novo parlamento tomará posse nas próximas semanas e só então ratificará o resultado do plebiscito do Timor Leste, concedendo a independência para a província.

O novo parlamento terá que eleger no final de 1999 um novo presidente para governar pelos próximos cinco anos uma Indonésia em crise. Megawati pretende ser eleita, mas isso depende de seu programa nacionalista ser negociado com os grandes partidos islâmicos de oposição. Nas pressões que o governo dos Estados Unidos tem feito, palavras duras são entregues para Megawati, talvez temendo que uma Indonésia democrática possa aproximar-se da China e jogar um papel regional no equacionamento da matriz energética crucial para a emergência estratégica do leste asiático. Como Habibie (e talvez o general Wiranto) também é candidato, isso pode explicar a deferência com que foi tratado por seus aliados internacionais durante a mais recente crise do Timor Leste.

No final de setembro, os secretários norte-americanos Cohen e Albright fizeram exigências "duras" ao presidente Habibie, ameaçando com sanções econômicas caso os direitos dos timorenses não fossem respeitados. Enquanto isso, a alta comissária da ONU para refugiados, Mary Robinson, pedia a instalação de um tribunal internacional de justiça para julgar crimes contra a humanidade perpetrados pelos indonésios. Temo, no entanto, que fale mais alto a necessidade dos poderosos internacionais de impedir que a crise no Timor Leste atrapalhe

a retomada das expectativas favoráveis em relação ao crescimento asiático. Embora a previsão do *BAD* (Banco de Desenvolvimento Asiático) para os anos 1999 — 2000 seja de um crescimento anual de 5,5% (sem contar o Japão), uma vez que a queda na produção da região (excetuando-se a China) durante a crise foi de 25%, seriam precisos vários anos de crescimento do PIB às taxas estimadas para se retomar o patamar de 1996. Para isso, a estabilidade regional é fundamental e todos querem uma solução rápida (e pró-ocidental) para a crise nesse país de 210 milhões de pessoas.

Infelizmente, o mais provável é que, depois que a independência consumir-se e o Timor Leste deixar de ser um *hotspot* no noticiário, a sorte do povo maubere volte a ser um problema só dele e, talvez, dos australianos, candidatos a tutores benevolentes. Há poucos dias, participei de um debate onde um comentarista de mau gosto disse que as pessoas estavam se matando na Indonésia porque elas queriam *merdeka* (o termo em indonésio para independência). Talvez os mauberes queiram um pouco mais, um pouco de paz e algo que em indonésio se chama *kemerdekaan*, mas que também atende pelos apelidos de *freedom* e liberdade. Seria pedir demais?





## **Crise argentina, Mercosul e guerra civil na Colômbia**

*José Miguel Martins, agosto de 1999*

A recente crise envolvendo Brasil e Argentina pôs em relevo o esgotamento do modelo "comercialista" para a construção do Mercosul. Mais do que isso, a diferença de posições em torno da questão colombiana trouxe à tona ecos da antiga rivalidade existente entre Brasil e Argentina, o que acabou por dar uma dimensão especificamente política para a crise.

Foi o pedido de ingresso na OTAN feito pela Argentina, do qual o Brasil inteirou-se através dos jornais, que colocou em questão as bases mais profundas e o significado estratégico do bloco. Originalmente, o Mercosul havia sido pensado como um fórum para aumentar o poder de barganha político e econômico da região face ao resto do mundo. Mesmo com o pedido de ingresso argentino rechaçado sumariamente pela OTAN, as profundas diferenças de posição envolvendo o primeiro grande problema de segurança com que se depara o bloco — a guerra civil colombiana — vêm revelar a disposição da Argentina em concertar sua posição prioritariamente com os países do hemisfério norte, em detrimento dos países vizinhos no Mercosul. Por fim, no aspecto econômico, a escassa capacidade de exportação extrabloco revelada pelos estados membros põe em questão até onde não se envereda por um "desvio de comércio", isto é, uma situação que favorece o comércio entre dois ou mais países que, no entanto, não têm capacidade para

competir no mercado mundial. Há anos os EUA usam sem sucesso este argumento para subordinar o Mercosul à ALCA. A falha do argumento era revelada pelas estatísticas, que provavam o contrário, que o Mercosul favorecia o comércio intrazona, mas também dinamizava as trocas da região com o resto do mundo. Hoje, em função da baixa produtividade da indústria e da queda dos preços internacionais das *commodities*, já não se pode ter a mesma certeza de poucos anos atrás. O mínimo que se pode dizer é que essa primeira grave crise do Mercosul encontra-o politicamente dividido e enfraquecido em seus fundamentos econômicos.

## Os contornos da crise

A bravata de Duhalde, o peronista candidato da situação que propôs uma moratória para a dívida externa, provocou uma queda nos títulos da dívida argentina e um mini *crash* na bolsa de Buenos Aires. Foi a maior queda do índice Merval desde a desvalorização do real. Para complicar, o fundo de previdência, o PAMI, sem dinheiro para pagar aposentadorias e fornecer remédios aos seus associados, teve seus pedidos de empréstimos rejeitados junto aos bancos privados. A questão do PAMI suscitou dois tipos de preocupação: de que o governo teria de intervir no PAMI e de que os bancos estivessem em dificuldades. Há muito se especula acerca de uma suposta fragilidade no sistema bancário argentino. Por sua vez, uma intervenção do governo no PAMI inviabiliza as metas fiscais estipuladas entre a Argentina e o FMI. Estes fatos se deram justamente quando Roque Fernandez, o Ministro da Economia, negociava um reajuste das metas fiscais com o FMI. Como a Argentina, à semelhança do Brasil no ano passado, vive a cada dia o sobressalto da

desvalorização, a reação do ministro foi a de lançar um pacote de medidas que impunham restrições aos produtos brasileiros. Roque Fernandes, aliás, é sabidamente simpático à edificação "direta" da ALCA e considera o Mercosul uma duplicidade desnecessária de esforços. A crise deu oportunidade ao ministro para contrariar a posição da diplomacia argentina e lançar as medidas que poderiam ter dado fim ao bloco. A despeito disto, segundo dizia a posição oficial, tratava-se apenas de "salvaguardas" transitórias e, além disso, vinham juridicamente amparadas numa velha cláusula da ALADI.

Entretanto, se pode ser compreensível o sentido de urgência que deu origem às medidas, nem sempre se pode dizer o mesmo de seu teor. Tomemos um exemplo. Na Resolução 911, entre outras disposições, previa-se a limitação das importações de têxteis brasileiros à cota anual de 513 toneladas. Ora, a Argentina tem com o Paquistão uma cota anual de importação de 5,4 mil toneladas e, com a China, de 2,6 mil. Como se sabe, nenhum dos dois países é membro do Mercosul. Distorções como esta motivaram uma forte reação brasileira. Prontamente cancelou-se a presença do Brasil na reunião do Grupo Mercado Comum e desmarcou-se a vinda de Menem ao Brasil, prevista inicialmente para agosto. Ademais, o Brasil declarou-se "fora das negociações envolvendo o Mercosul". O presidente argentino reagiu rápido, pois estava nos EUA e iria fazer uma parada técnica no Brasil, a qual acabou transformando-se em uma reunião improvisada com Fernando Henrique Cardoso. Em sua breve estada, o presidente argentino prometeu revogar a 911. Com isso, parecia ter passado o pior da crise e os ânimos deveriam serenar. Mas não foi o que ocorreu. Mal pôs o pé na Argentina, Menem apressou-se em declarar que não havia feito nenhuma concessão expressiva aos brasileiros. A atitude pode ser compreensível em termos eleitorais, mas o fato é que contribuiu para que surgissem no seio do governo argentino interpretações divergentes sobre o significado técnico do entendimento político. Assim, seguindo-se os

procedimentos previstos nos mecanismos de solução de controvérsias, a questão chegou ao Grupo Mercado Comum. Mais uma vez o impasse e as partes ameaçaram recorrer à OMC.

Aqui entra em relevo a debilidade institucional do Mercosul. Por nos recusarmos, repetidamente, à adoção de um direito comunitário e à construção de instituições comunitárias, agora assistimos a Argentina invocar as normas da ALADI à guisa de regulador. Do mesmo modo, sem instituições, todo o conflito pode — é o caso do atual — colocar em questão a existência do bloco. É por isso que existem instituições e Direito, para regular os conflitos e afastá-los de seu viés destrutivo e violento. Parece que nos recusamos a compreender isto no âmbito do Mercosul, não construímos um arcabouço institucional que nos permitisse atravessar momentos de crise. No Mercosul, nem temos “as barreiras e diques” que Maquiavel preconizava para enfrentar os desígnios da fortuna adversa, nem “as balanças e contrapesos” que harmonizam as relações entre poderes geneticamente distintos.

Entretanto, nem tudo está perdido. No início de setembro, iniciam-se as reuniões dos Grupos Técnicos que devem elaborar as propostas para que se dêem os primeiros passos rumo à efetiva coordenação macroeconômica, o pequeno Maastrich previsto pelas resoluções da 16ª Cúpula do Mercosul. Os grupos de trabalho tratarão também de questões conjunturais, como a convergência da Tarifa Externa Comum (TEC). Por fim, cabe destacar que está prevista para o início de novembro uma reunião de trabalho dos ministros dos países que participaram da Cimeira do Rio. Será importante apresentar algo concreto em termos de planos de confluência macroeconômica antes de novembro. Até lá, seria de bom tom que fôssemos capazes de entrar em acordo com a Argentina, ao menos sobre o que brigamos. Revogada a 911, os problemas não só permanecem como aumenta o leque de questões potencialmente conflitivas.

## Um leque crescente de problemas

---

Roque Fernandes não é o único em seu país que vê o Mercosul como um óbice. Na verdade, ele parece apenas expressar um sentimento que toma conta de parcelas cada vez maiores do empresariado argentino, sobretudo as ligadas ao setor primário e que identificam na Tarifa Externa Comum (TEC) um impedimento para o incremento de seus negócios. Os empresários raciocinam que, dada a pauta de exportações de seu país, baseada em *commodities* agrícolas, é mais vantajoso um ingresso direto na ALCA. Isto tornaria mais barato o consumo de máquinas e equipamentos agrícolas e de insumos industriais.

As últimas ações diplomáticas da Argentina revelam uma intenção que vai ainda mais adiante. Pretendem, seja no ingresso na OTAN, seja secundando os EUA em uma intervenção na Colômbia, ocupar um lugar no complexo militar-industrial norte-americano, à semelhança do que pretendem os países da Europa Leste. O modelo que ambos seguem é o do Japão, que graças aos esforços contínuos de guerra dos EUA na Ásia, entrou no "nicho" de produção de componentes eletrônicos e, posteriormente, ingressou no clube seletivo dos países que produzem bens de capital. Que a conjuntura interna do Japão fosse diferente, que as condições fossem outras, parece não preocupar os países do Leste Europeu e, agora, a Argentina. Este projeto traz para o primeiro plano uma questão até agora secundada no Mercosul: a segurança regional.

Durante muito tempo especulamos em torno de uma possível guerra na Amazônia, suas causas, cenários, países envolvidos e sobre uma eventual intervenção dos EUA na região. Hoje já temos uma guerra na Amazônia. Projetar seus possíveis desdobramentos, cenários e forças envolvidas deixou de ser uma tarefa que demanda imaginação. Os jornais já nos fornecem a maioria desses dados em sua forma bruta. Quanto à intervenção norte-americana, há um pretexto, um local etc. Resta apenas saber se e *quando* ela se concretizará, ou melhor, resta

saber a escala. Hoje, é muito provável que tenhamos de enfrentar, de alguma maneira, uma guerra na Amazônia. Fica em questão compor os cenários sobre a medida em que a guerra nos afetará.

Ficou claro nas últimas semanas o papel da "força" na política, diplomacia e na economia regionais. Parece que pensávamos que em nossa região as relações entre a capacidade diplomática e militar não vigoravam. Afinal, éramos o único grande país da região e nosso pacifismo parecia ser o fiador de um subsistema com regras próprias, onde a diplomacia poderia prescindir de seu fiador: a capacidade militar. Agora o mundo diminuiu, as fronteiras de nosso pequeno subsistema, como tudo que é sólido, desmancharam no ar. O auto-atribuído "direito de ingerência humanitário" multiplicou as hipóteses de guerra. Paradoxalmente, o retrocesso da globalização econômica trouxe a globalização militar. Nenhuma discussão séria sobre política de defesa e possibilidades de emprego dissuasório da força militar pode deixar de levar em conta essa nova realidade.

O boato envolvendo um hipotético plano de Hugo Chávez para, juntamente com Castro e as FARC, fazerem frente a uma intervenção norte-americana na Colômbia, bastou para fazer Menem recuar de suas propostas intervencionistas. Os EUA, por sua vez, desmentem qualquer intenção de intervir diretamente. Os demais países calaram-se. Isto nos dá a medida de quanto a força militar, por mais modesta que seja, tem seu papel nas relações diplomáticas no subcontinente.

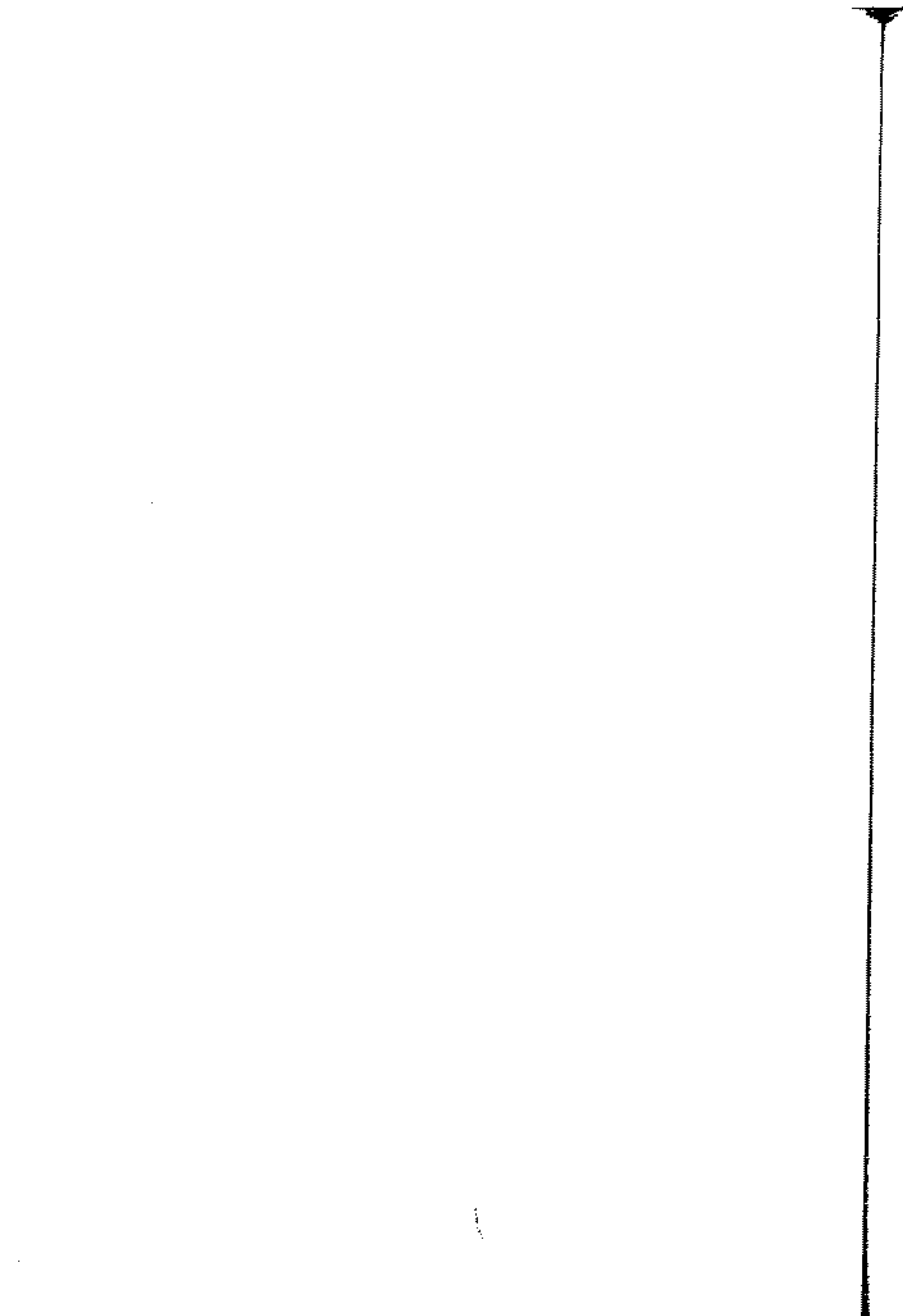
Associado a esse novo protagonismo da força militar, sabe-se também o quanto o desenvolvimento de ciência e tecnologia são imprescindíveis como vantagem comparativa. E esse é um tema crescente na agenda de superação da crise do Mercosul. Seja para o Brasil ser capaz de oferecer às multinacionais aqui instaladas condições para competir no mercado externo, seja para o incremento do comércio intrabloco, é preciso que o nosso parque industrial seja capaz de oferecer aos parceiros do Brasil no Mercosul um conjunto de produtos industriais (máquinas e equipamentos) que aliem qualidade e preço. Hoje, esses

mesmos parceiros se opõem a um aumento da TEC porque oferecemos produtos industriais de baixa qualidade e alto preço. Excluído este "pormenor", um aumento da TEC poderia, na presente conjuntura, ser a solução para os problemas que enfrentam os países da região sem violação das normas da OMC.

## Concluindo

Enfim, se por certo tempo pareceu possível ao Mercosul sobreviver sem desenvolver seu potencial tecnológico, institucional e militar, hoje não é mais possível tratar o problema deste modo. O que está em jogo, mais que a sobrevivência de um esforço de integração regional no Cone Sul da América do Sul, é a capacidade brasileira de evitar, através da dissuasão, conflitos permanentes com nossos vizinhos. Conflitos que, por sua natureza, podem nos levar à guerra. E guerra é algo de que definitivamente não precisamos, pois já temos problemas de sobra.





## **África austral: uma difícil transição**

*Marco Cepik, julho de 1999*

Dois processos marcam a conjuntura política na África austral nas últimas semanas. De um lado, a esmagadora vitória do ANC (Congresso Nacional Africano) nas eleições de junho na África do Sul, seguida da posse de Thabo Mbeki como o segundo presidente negro do país. De outro lado, tivemos mais um fracasso nas negociações de paz para o encerramento da guerra civil na República Democrática do Congo (ex-Zaire), sem falar na tragédia em Angola. Ambos estão ligados à difícil transição para a paz, a democracia, a integração regional e o desenvolvimento econômico-social naquela parte do continente africano.

Quando escrevi pela última vez sobre a região, em 1997, os prognósticos em todos os itens acima eram melhores do que os de hoje. Nota-se a mudança política na conferência anual da OAU (Organização para a Unidade Africana), realizada na Argélia nesse mês de julho, onde a pauta foi dominada pela guerra entre Eritreia e Etiópia (que já matou dezenas de milhares e deslocou mais de meio milhão de civis ao longo da fronteira) e, principalmente, pela impotência diante do fracasso das negociações de paz ocorridas poucos dias antes em Lusaka, na Zâmbia, quando seis países tentaram encerrar 11 meses de guerra civil no Congo-Kinshasa. No plano econômico, praticamente todos os 14 países membros da SADC (Comunidade para o Desenvolvimento

do Sul da África) sofreram pesadamente nesse período com os efeitos da crise asiática e com a queda nos preços internacionais do ouro, petróleo, diamantes, algodão, cobre e outros minerais que compõem a pauta de exportação da região.

A herança da Guerra Fria e os efeitos do ajuste estrutural à "globalização" são fardos pesados mesmo para os países que até aqui conseguiram transitar para a "democracia" sem descarrilhar para renovadas tragédias. E, mesmo nesse reduzido grupo, as dificuldades variam, digamos, de Moçambique (renda *per capita* de 80 dólares) à Namíbia (renda *per capita* de 2.250 dólares). Começo pela África do Sul, que responde por mais de 50% da produção industrial de todo o continente e magnifica a escala dos problemas e possibilidades da África austral como um todo.

## O governo do CNA na África do Sul

Nas recentes eleições para as 400 cadeiras da câmara baixa do parlamento da África do Sul, o ANC de Nelson Mandela e Thabo Mbeki recebeu 66,35% dos votos, ou 266 assentos, aumentando a margem obtida na histórica eleição de 1994. Com 85% de comparecimento dos eleitores inscritos para votar, as eleições desse ano representaram um passo importante na consolidação da transição nesse país de 43 milhões de habitantes. Além de o ANC roçar uma maioria de mais de dois terços, necessária para emendar a constituição em matérias econômicas e acelerar a reforma agrária, o dado notável foi a queda acentuada do partido que dominou a África do Sul entre 1948 e 1994. Rebatizado como NNP ("Novo" Partido Nacional), o partido do ex-presidente De Klerk obteve apenas 6,87% dos votos, ficando atrás até do partido INKHATA da minoria zulu, que conquistou 8,58%

nacionalmente e 40,5% na província de KwaZulu-Natal. Além dessa, o ANC só não ficou na frente em mais uma das dez assembleias provinciais, justamente na província do Cabo-Oeste, que concentra parte expressiva dos brancos do país. Mesmo nessas duas, obteve um virtual empate técnico com o primeiro colocado. O principal beneficiário da decadência do Partido Nacional foi o Partido Democrático (DP) de Tony Leon, inicialmente uma pequena agremiação dos brancos anglófonos que obteve agora 9,56% dos assentos e tornou-se a principal força de oposição ao atrair também o apoio de brancos africânderes menos extremistas.

Muitos empresários, políticos de oposição e parte da mídia internacional temiam que a vitória esmagadora do ANC nas eleições e o perfil mais agressivo e ideológico de Mbeki fossem afastar investimentos, aumentar a tensão racial e colocar em risco o "milagre Mandela". Contribuiu para esse temor a recusa do então vice-presidente e candidato em colocar no centro da campanha os cinco volumes de denúncias da Comissão para a Verdade e Reconciliação, presidida por Desmond Tutu e encarregada de investigar a corrupção e os crimes contra os direitos humanos na época da ditadura racista. Assim, no anúncio dos resultados eleitorais, os papéis e as ações sul-africanas nas bolsas de Londres, Cidade do Cabo e Johannesburgo sofreram baixas pontuais. Entretanto, como as próprias eleições desse ano foram marcadas por muito menos violência política do que em 1994, com a polêmica mais voltada para as ações administrativas do governo Mandela e a disputa sobre política econômica e combate ao desemprego, o "mercado" logo se acalmou.

A redução das desigualdades abissais e a estabilização macroeconômica podem parecer menos dramáticas do que a montagem de um novo *framework* institucional, mas são hoje o verdadeiro *front* de batalha interno do ANC. Após a desvalorização do *rand* em julho de 1998 e da elevação das taxas de juros para tentar controlar a inflação, a África do Sul registrou um crescimento de mísero 0,5% no ano passado,

comprometendo 21% de um orçamento público deficitário com pagamento de serviços da dívida e tendo de conviver com uma taxa de desemprego aberto de mais de 23% (40% entre os negros da PEA). Outros problemas sociais vão desde o recorde mundial em estupros (uma mulher ou criança a cada 26 segundos) e assassinatos até o fato de que menos de um terço das casas dos negros têm água encanada.

Não será fácil para o novo governo cumprir seu programa. Um sinal das dificuldades veio logo após a crise do *rand*, quando Mandela ao mesmo tempo cobrava os impostos que cerca 30% das empresas sonegam e admoestava a COSATU (Congresso das Uniões Sindicais) e o Partido Comunista a apoiarem a política de austeridade, privatização e flexibilização do mercado de trabalho. Por outro lado, é um bom indício da capacidade de governo do ANC o fato de Mandela e Mbeki poderem apresentar como balanço dos cinco anos de mandato não apenas um prêmio Nobel da Paz, uma nova constituição e mais de 550 novas leis pós-*apartheid*, mas também uma economia relativamente estável e realizações administrativas que vão da construção de 500 mil novas residências até a instalação de luz elétrica em 2 milhões de lares ou a provisão de água potável para mais 3 milhões de pessoas. Tudo somado e considerando os diferentes pontos de partida, em cinco anos de "transição" eles fizeram bem mais do que os governos brasileiros em 18 anos de "consolidação" da democracia.

De modo geral, a economia da África do Sul é grande e sofisticada e o país conta com empresas multinacionais e uma indústria de bens de capital respeitável. Em termos de comércio exterior, por exemplo, a indústria bélica sul-africana vendeu 216 milhões de dólares em 1997, representando um crescimento de 36% em relação ao ano anterior e colocando-se em segundo lugar na pauta de exportações do país, atrás apenas do ouro e bem à frente dos diamantes. Para os segmentos industrial e de serviços, é crucial a manutenção de uma política ativa de integração regional na África austral, tanto por razões estratégicas quanto para compensar a recessão interna e a queda na demanda asiática.

## República Democrática do Congo e Angola

O problema é que a SADC foi criada em 1979 como uma aliança anti-hegemonia econômica da África do Sul, e o ingresso desse país na organização após a queda do *apartheid* exigiu um novo modelo institucional para a integração equilibrada da região. Porém, depois de 1994, a África do Sul passou a exportar para os países da região seis vezes mais do que importa. Como o PIB sul-africano (132,4 bilhões de dólares) ainda é maior do que o triplo do PIB somado de todos os outros membros da organização, a crise econômica dos últimos anos bastou para reavivar um ressentimento do tipo "não quero que meu país seja tratado como uma província econômica por Pretória". Talvez por isso, o tratado de liberalização comercial na região foi ratificado até agora por menos da metade dos membros da SADC.

Não obstante, as dificuldades parecem ser mais políticas do que econômicas, como mostra o sucesso da parceria do governo sul-africano com a Suazilândia e Moçambique nos investimentos para a revigoração do chamado corredor Maputo até o oceano Índico, por onde escoará boa parte da produção do coração industrial da África do Sul. Além de políticas, as dificuldades parecem oscilar conforme a sorte dos governantes da região. Dado o comprometimento de Mandela com a estratégia de "reconciliação nacional" e suas tentativas de exportar o modelo para outros países, a África do Sul manteve-se no mínimo reticente em apoiar as forças de Laurent Kabila na guerra civil que pôs fim à ditadura Mobuto, no Zaire, em 1997. Essa recusa em apoiar a nova República Democrática do Congo (ex-Zaire), junto a uma atitude considerada tibia pelo governo de Angola em relação ao fato de empresas mineradoras e tropas mercenárias sul-africanas continuarem apoiando Jonas Savimbi, fez o presidente José Eduardo dos Santos, de Angola, juntamente com Robert Mugabe, do Zimbábwe, e Frederick Chiluba, da Zâmbia, tentarem construir um eixo alternativo à Pretória na região.

Ainda em 1997, o MPLA angolano ajudou Chiluba a esmagar uma tentativa de golpe em Lusaka e os três países ajudaram Denis Sassou-Nguesso a derrubar o governo de Pascal Lissouba no Congo-Brazzaville, acrescentando mais um país à aliança.

Pretória reagiu comprando mais de 5,2 bilhões de dólares em novos armamentos norte-americanos e decidindo engajar-se mais firmemente ao lado de seus "aliados". Assim, em setembro de 1998, a África do Sul enviou, juntamente com Botswana, tropas sob mandato da SADC para ajudar a restabelecer a ordem pública em Maseru, capital do pequeno reino do Lesoto. A intervenção imediatamente gerou novas acusações de que o ANC estaria exercitando uma "política de potência" na região. Na mesma época, Angola, Namíbia e Zimbábue decidiram mandar tropas para a RD do Congo, evitando a queda de Kabila e a desintegração do país depois que tutsis-baniamulengues e outros grupos guerrilheiros apoiados pela UNITA e pelos governos de Uganda e Ruanda iniciaram fortes ofensivas nas regiões leste e norte, tentando capturar as províncias mineradoras e ameaçando Kinshasa. Já foram tentadas várias iniciativas de paz, mas todas fracassaram porque os diferentes grupos guerrilheiros recusam-se a assinar. Nessa última tentativa, agora em julho de 1999, Mbeki compareceu à reunião de Lusaka, na sua primeira viagem internacional após ser eleito presidente, e ofereceu-se para enviar tropas para implementar o processo de paz então desenhado pelos seis governos envolvidos. Também o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, ofereceu-se sem muita autoridade moral para negociar com os Estados Unidos e a OAU o envio de uma força de *peacekeepers*.

O fracasso sistemático das tentativas de paz na República Democrática do Congo ameaça a região inteira, pois sete países já estão envolvidos de algum modo no conflito. Pior ainda é o caso de Angola nessas últimas semanas. Depois de a UNITA de Jonas Savimbi romper sistemática e cada vez mais violentamente os acordos de Nova York (1988), de Bicesse (Portugal, 1991), os Protocolos de Lusaka (1994) e os acordos para a formação do GURN (Governo de Unidade

e Reconciliação Nacional, 1997), a ONU manteve no país uma missão de observação que minguou de papel até um encerramento patético de atividades no último mês de março. Nem a aprovação de inúmeras sanções do Conselho de Segurança contra Savimbi, nem a derrubada de três aviões da ONU — inclusive matando o representante especial do secretário-geral, em 1997 — parecem ter tido qualquer impacto sobre a capacidade de esse ex-assalariado da CIA traficar bilhões de dólares em diamantes e comprar os tanques e a artilharia russa que suas tropas mercenárias têm usado para matar milhares e deslocar milhões de civis numa área que já vai do Huambo até o Malange, Uige e a província petrolífera do ex-Zaire. Como as forças armadas angolanas estão sem equipamento e treinamento adequado e o governo não tem capacidade logística nem apoio efetivo do Brasil ou da África do Sul para derrotar o inimigo, esse vigésimo quarto ano da guerra civil pós-independência em Angola pode tornar-se uma catástrofe humana de largas proporções, agravada ainda mais pela estação da seca nesses meses pela frente.

Como disse recentemente o presidente Samuel Nujoma, da Namíbia, "sem paz não haverá democracia nem desenvolvimento na África austral". Mas como obtê-la com as empresas multinacionais e os bandos armados estabelecendo economias militarizadas de enclave em partes crescentes das áreas de extração mineral e petrolífera da região?



1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59  
60  
61  
62  
63  
64  
65  
66  
67  
68  
69  
70  
71  
72  
73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86  
87  
88  
89  
90  
91  
92  
93  
94  
95  
96  
97  
98  
99  
100

## **Nem a guerra e nem a paz**

*José Miguel Martins, maio de 1999*

Nas conferências de paz de Brest-Litovsk, depois de exaustivas conversações com os alemães, o líder bolchevique Leon Trotsky encontrou o que lhe pareceu a fórmula adequada para um compromisso que visava evitar a capitulação pura e simples: "Nem a paz nem a guerra". Com isto, queria encerrar a guerra sem firmar um armistício formal. Os militares alemães, que não eram dados às sutilezas literárias, entenderam que ou se tinha uma coisa, ou outra. Assim, sua resposta ao brilho retórico do líder revolucionário foi uma ofensiva que tomou mais de 50 províncias russas, cobrando um alto custo do recém-instalado regime dos *soviets*.

Hoje, nos Bálcãs, chega-se a uma síntese que mantém, mas de forma invertida, a fórmula de Trotsky: "Nem a guerra nem a paz". Só que, desta feita, não é para obter uma saída honrosa, mas para criar um clima conveniente para a potência hegemônica norte-americana. Mesmo que fossem encerrados os bombardeios, o futuro da Europa Leste não parece ser nada auspicioso. Mais do que a guerra, a circunstância que a suscitou permanecerá viva, insuflando esperança nos diversos bolsões de minorias de obterem apoio da OTAN para seus propósitos de independência ou autonomia. O risco evidente é de que o mundo possa assistir a uma multiplicação de movimentos separatistas laicos.

Caso os bombardeios prossigam, ou se deflagre a campanha terrestre, o resultado imediato é que os capitais entrarão em rota de fuga da Europa Leste. Na Ásia, o bombardeio da embaixada chinesa criou um clima de incerteza quanto ao futuro das relações da OTAN com aquele país. No lado americano, a instrumentalização de um antigo suposto caso de espionagem contribui para o envenenamento das relações. No Japão, a recuperação econômica tampouco inspira segurança — o que, somado com a crise argentina e os temores que suscita quanto aos seus efeitos na América do sul, criam um clima propício à fuga de capitais para os EUA. Isso em parte já se verifica, pois a balança de capitais dos EUA bateu neste mês mais um superávit recorde.

## O custo regional

A União Européia apresentou ao FMI e ao Banco Mundial, no dia 27 de abril, em Washington, seus cálculos acerca dos custos da guerra para os países da região. Seu valor poderia chegar a 30 bilhões de dólares. De acordo com o ex-segundo vice-primeiro-ministro da Iugoslávia, Vuk Draskovic, só em seu país os prejuízos já seriam de 40 bilhões de dólares.

Na melhor das hipóteses, caso a guerra se encerrasse logo, os seis países mais atingidos (Albânia, Bósnia, Bulgária, Croácia, Macedônia e Romênia) necessitariam de uma ajuda de 807 milhões de dólares para atender 250 mil refugiados, o equivalente a 1% do PIB regional, segundo um estudo elaborado pelo FMI e pelo BIRD. Caso a guerra se prolongue durante um ano, com 750 mil refugiados, este número iria para a casa dos 1,8 bilhão, o que é 2,5% do PIB dos seis envolvidos.

Enquanto isto, os jornais trazem o protesto de entidades humanitárias ligadas às Nações Unidas em virtude do atraso das verbas destinadas ao auxílio aos refugiados, cujo número não pára de crescer, enquanto os recursos enviados começam a minguar. O fato não deixa de ser notável, sobretudo se levados em conta os objetivos declarados da guerra. Em maio, a própria ACNUR, comissariado da ONU para os refugiados, somou-se aos protestos das diversas ONGs. Por sua vez, o UNICEF afirma que 30% das vítimas fatais dos bombardeios são crianças.

Há a perspectiva de um empobrecimento generalizado da região. Ao menos é o que conclui o estudo divulgado em abril pelo Instituto de Comparações Econômicas Internacionais de Viena (WIIW). "O impacto na economia dos vizinhos da Iugoslávia será muito grande porque essas economias já têm problemas macroeconômicos de sobra", diz o estudo. Dentre as conseqüências negativas estão a piora na competitividade comercial, maiores riscos para os investidores e mais déficits comerciais. O país mais prejudicado é logicamente a Iugoslávia, cujo PIB deve cair este ano 25%.

No caso da Hungria, o instituto prevê queda no PIB de 0,5%, assim como na Romênia. Os recuos econômicos serão maiores na Bulgária e Albânia (2%), Bósnia-Herzegovina e Macedônia (5%). O déficit na conta corrente destes países também se agravará: Bulgária e Macedônia (20%), Croácia (10%) e Bósnia-Herzegovina (5%).

A única medida concreta foi tomada pelo Clube de Paris, que decidiu congelar a dívida externa da Albânia e da Macedônia até o ano 2000. Além disto, há a promessa de incorporar alguns dos países da Europa Leste à União Européia. Só que a lista é grande e os critérios nebulosos. Resta saber se esta alternativa consagrará a paz na região, como quer o novo presidente da comissão européia, ou se será fonte para mais instabilidade e incertezas, incluindo-se aí a credibilidade em torno da moeda da U.E.

## Promover a influência Russa e Alemã no Leste?

---

Antes da guerra, apesar de estar imersa em grave crise, a Rússia já era um dos principais parceiros comerciais dos países da região. Geralmente, Rússia e Alemanha alternam-se nos dois primeiros lugares da lista de comércio exterior dos países da Europa Leste.

Parecia haver apenas duas opções em relação ao puro e simples aumento da influência alemã e russa na região. A primeira seria a volta da velha idéia de um Plano Marshall para a Europa Leste. A segunda opção seria a balcanização da Europa Leste, colocando uma cunha entre a Alemanha e Rússia e explorando aqueles elementos em torno dos quais existem divergências entre os dois países.

A hipótese de um Plano Marshall para o Leste já foi levantada mais de uma vez e não se verificou em nenhuma delas. Quando havia grande liquidez de dinheiro no mercado internacional e os governos tinham reservas abundantes, a hipótese não se verificou pela eclosão da Guerra do Golfo de 1991. Depois, a enorme instabilidade institucional ocasionada pela desapareção da URSS e os inúmeros movimentos separatistas que daí advieram se encarregaram de criar um clima adverso. Hoje, as sucessivas crises na economia mundial (1997, 1998 e 1999) se encarregam de manter distantes os capitais. Além disso, o dano causado pela crise aos bancos ainda não aflorou em seu todo. Assim, a prioridade para os organismos financeiros multilaterais é o socorro àquelas instituições e não o auxílio a países. A troca do governo russo agrava a situação, dando margem para mais instabilidade. Neste contexto, um plano Marshall para a Europa Leste parece bastante distante. Ao mesmo tempo, os últimos acontecimentos parecem robustecer a hipótese da balcanização da Europa Leste.

## Nem a guerra nem a paz: ainda os Estados Unidos

---

Se a consigna de Trotsky, "Nem a paz nem guerra", entrou para história como uma grande gafe, por outro lado, a lógica dos EUA de instrumentalizar a OTAN para obter uma situação que não é de guerra franca, nem, tampouco, de estabelecer as bases de um processo de paz duradouro ou estável, tem uma evidente funcionalidade que, longe de ser ingênua, apresenta resultados muito palpáveis.

O principal deles pode ser observado ainda no curso deste mês, quando os EUA obtiveram mais um recorde em sua balança de capital. Ocorre que, diante das dificuldades envolvendo recuperação japonesa, das incertezas envolvendo as relações entre a China e a OTAN, das dificuldades previstas para economia argentina e para o Mercosul, os EUA tornam-se o mais promissor mercado para os capitais. Deste modo, os capitais europeus em fuga da Europa tendem a buscar refúgio nos EUA, não na Ásia ou na América Latina.

Como já observamos em outro artigo, no curto prazo o problema da economia americana ficava equacionado pela criação de um "colchão" em torno das ações das empresas de armamento. Deste modo, compensa-se o progressivo deslocamento de capitais das ações do setor de alta tecnologia para o setor de serviços da Internet. Nesse meio tempo, o "colchão" pode permitir uma correção dos preços das ações do setor de alta tecnologia sem que haja um *crash* que ameace a cotação de todos os papéis e, assim, os investimentos estrangeiros. De outro lado, os investimentos militares, em virtude do perfil da demanda, tendem a associar as empresas do complexo militar industrial e do setor de alta tecnologia. Isso diminui a necessidade de uma correção drástica de sua cotação, basicamente porque está em curso uma nova política de gastos militares até 2005. Caso a proporção de recursos não seja suficiente,

ou sua transferência não se dê em tempo hábil, resta a opção de subir os juros. Um exemplo da mudança da situação mundial é que agora já é possível subir os juros do dólar nos EUA sem que isto implique risco da perda de sua competitividade frente ao euro.

Ao mesmo tempo, favorecem-se as fusões no setor de armamentos, desta feita entre as empresas norte-americanas e européias. Até há bem pouco tempo, a Europa parecia disposta a construir um processo visando obter autonomia estratégica no setor. O primeiro golpe veio quando a empresa aeroespacial britânica preferiu associar-se a empresas americanas ao invés de ingressar no consórcio europeu. Mesmo assim, a Alemanha mantinha, através da MAPO-Mig, por exemplo, um processo embrionário de cooperação em moldes europeus, no caso envolvendo a Rússia. Com o ingresso de outros países do Leste com armas de origem soviética que teriam de ser modernizadas, tudo indicava a tendência de um processo progressivo de associação entre empresas da Europa Leste e a Alemanha. Em uma variante levemente diferente, ocorria o mesmo com a China. Agora, com a reviravolta política na Rússia e com a guerra, parece pouco provável que os investidores disponibilizem recursos para projetos com este perfil. A tendência é que o caminho seguido pela *British* faça escola. Se isto se verificar, estaremos diante de uma nova aliança atlântica, em que a Europa estreitará os laços com os EUA à custa de um aprofundamento de sua dependência. A instabilidade na Europa Leste e o conflito com a China parecem os principais fiadores deste processo.

Nesta perspectiva, não parece certo que a Europa venha a superar a economia dos EUA como carro chefe da economia mundial, como já previram o FMI e, mais recentemente, a OCDE. A instabilidade criada pela situação de "nem guerra nem paz" reduz os fatores de risco na economia americana. Na América do Sul, diante da crise argentina, devem ganhar terreno as correntes favoráveis à dolarização e, caso ela se verifique, os produtos norte-americanos não terão rival em todo o hemisfério. Neste ínterim, os EUA reduzem seu déficit comercial através

da baixa do preço do petróleo, obtida com a permissão de ingresso do Iraque no mercado sem que, contudo, isto implique o fim das sanções ou o fim das zonas de exclusão aérea. Na mesma direção, um outro subproduto do confronto com a China pode ser o estabelecimento de sanções contra aquele país que redunde em uma diminuição do déficit comercial dos Estados Unidos.

Resta saber se nessa nova "guerra fria" que se avizinha entre os EUA e a China, e à revelia nossos próprios interesses, no Brasil, apenas procuraremos ficar ao lado do "vencedor" ou se, incorporando as lições do passado recente, seremos capazes de auxiliar na construção de alternativas que representem a menor linha de ameaças ao nosso país e a edificação de um equilíbrio multipolar. Afinal, quem será o próximo Iraque ou onde será o próximo Kosovo?





## OTAN para quê?

Carlos Faria e Marco Cepik, maio de 1999

Quando as forças da OTAN desfecharam o primeiro ataque aéreo contra a Iugoslávia, no dia 25 de março de 1999, a Aliança Atlântica triplicava suas apostas em um jogo cujos desdobramentos pareciam incertos desde o esfacelamento da União Soviética e o colapso do Pacto de Varsóvia. Se o secretário geral da OTAN, Javier Solana, justificou a decisão como um "dever moral", é importante questionarmos a "moralidade" e os objetivos da guerra, não apenas, como tem sido preponderante na mídia internacional, por meio de um escrutínio dos elementos que têm justificado a "satanização" de Slobodan Milosevic, mas também pela via de uma discussão acerca do papel da intervenção militar na Iugoslávia na redefinição das funções e da missão estratégica da própria OTAN.

A "moralidade" da "intervenção humanitária" invocada por Solana pode ser relativizada pela lembrança das atrocidades impunes cometidas contra os curdos pela Turquia, país pertencente à OTAN e com parte de seu território na mesma região balcânica da Europa que se pretende "estabilizar". Em termos de sofrimento humano, o impacto da repressão turca contra os curdos é em tudo equiparável ao resultado das ações de Milosevic contra os albanos-kosovares. É ainda legítimo que questionemos o caráter "humanitário" da intervenção através de uma verificação de seu impacto efetivo, uma vez que ficou patente o despreparo da

Organização para lidar com a questão dos refugiados e que os bombardeios intensificaram e tornaram ainda mais brutal a limpeza étnica em Kosovo (se "eficácia" é uma palavra importante, vale lembrar que o porta-voz da OTAN anunciou há poucos dias que 90% dos albanos-kosovares já haviam sido expulsos da província). Lembremo-nos ainda de que o general Wesley Clark, comandante supremo da OTAN, declarou que a intensificação da repressão e da violência sérvias após os bombardeios era "totalmente previsível".

A ênfase dada ao caráter supostamente "humanitário" da intervenção deve ainda ser avaliada à luz da seguinte contradição: o bombardeio dos aliados configura-se não apenas como a primeira intervenção da OTAN desde a sua criação, em 1949, em um país que não cometeu agressões além de suas fronteiras, ou como a primeira vez, desde o fim da Segunda Guerra, que forças européias bombardeiam outro país europeu soberano. Como tem sido freqüentemente enfatizado, a deflagração dos bombardeios da OTAN feriu o regime de direito internacional, calcado na Carta das Nações Unidas e nas deliberações do Tribunal Internacional, regime que proíbe o uso da força contra um Estado soberano sem a aprovação prévia do Conselho de Segurança. A contradição, apontada por Noam Chomsky, refere-se ao fato que, violado o direito internacional, relegado a um segundo plano o papel da ONU, a OTAN busca substituir a flagrante ilegalidade dos bombardeios pela legitimidade de uma intervenção dita "humanitária", que apela para a Declaração Universal dos Direitos do Homem, a qual garante o direito dos indivíduos contra Estados opressores.

Se os EUA e a Inglaterra haviam decidido atacar o Iraque em dezembro de 1998 sem que o Conselho de Segurança da ONU fosse sequer informado, o bombardeio da OTAN à Iugoslávia vem fragilizar ainda mais a já débil estrutura do direito internacional. A tentativa feita pela França de que o uso da força fosse cancelado pelo Conselho de Segurança foi rechaçada pelos EUA, que insistiram na independência da OTAN frente à ONU.

Assim relativizada a questão da suposta "moralidade" da guerra, cabe questionar a racionalidade do conflito e buscar seus objetivos estratégicos, obscurecidos pelo maniqueísmo dos discursos oficiais. Isso se torna ainda mais necessário quando notamos que, se o intuito original era garantir a segurança dos albanos-kosovares, sua situação hoje parece ainda mais desalentadora do que já era no final de março; se o alvo da intervenção "cirúrgica" era o poderio militar sérvio, a infraestrutura do país está arrasada e as vítimas civis talvez sejam mais numerosas que as baixas militares; por fim, se se tratava de isolar e de aniquilar o poder de Milosevic, hoje se está negociando com ele e tudo leva a crer que o presidente continuará reinando sobre os escombros da guerra, mesmo que Kosovo se torne uma espécie de "protetorado" das forças aliadas. Trata-se de um fracasso retumbante? Talvez não seja o caso, se considerarmos algumas outras questões em jogo neste processo de redefinição do papel da OTAN e o balanço das forças e interesses que compõem a Organização, questões que não têm sido explicitadas pelos debates correntes.

É importante salientar que os argumentos contrários à guerra não se reduzem à "ilegalidade" dos bombardeios e à constatação da deterioração da situação dos albanos-kosovares e do sofrimento da população sérvia. Parte da direita europeia se mobiliza contra a guerra temendo as hordas de imigrantes. A esquerda, por sua vez, tem enfatizado o efeito do conflito na reiteração da hegemonia norte-americana sobre a Europa. Para alguns críticos europeus, especialmente os franceses, a guerra da Iugoslávia é a guerra dos norte-americanos. Esse último argumento dá-nos uma dica importante, uma vez que sugere que está em jogo, também, o reordenamento da política global.

Com a dissolução do Pacto de Varsóvia em 1991, os objetivos que justificaram a criação da OTAN perderam parte significativa de sua relevância. Contudo, antes que o debate acerca do futuro do braço político-militar da Aliança Atlântica tivesse conseguido fazer prevalecer a vontade e / ou necessidade da autonomização europeia na definição

e implementação de sua política de segurança, os EUA jogaram duro para que seus "parceiros" aceitassem a expansão da OTAN para o Leste. Convidadas em julho de 1997, durante a cúpula de Madri, para ingressarem na OTAN, em março último a Polônia, a República Tcheca e a Hungria tornaram-se formalmente membros da Organização, um mês antes de seu 50º aniversário.

Não se tratava apenas de uma simples alteração do tamanho da Organização. Uma OTAN com 19 membros implicaria toda uma reconfiguração política e estratégica do continente europeu. Assim, a expansão significou bem mais que a "formalização do término da dominação soviética (sobre aqueles três países) que começou após a Segunda Guerra", como destacado então pelo *The New York Times*. É possível dizer que a expansão significou, na verdade, a reiteração da OTAN como organização anti-russa, uma vez que a incorporação de novos aliados e a promessa de aceitação futura de outros membros não apenas irritaram os russos, mas também contribuíram para solapar a definição e o enraizamento de uma concepção de segurança europeia capaz de integrar não apenas os países da Cortina de Ferro e algumas das ex-repúblicas soviéticas, mas também, e principalmente, a própria Rússia. Um tal sistema de segurança europeia que integrasse a Rússia, ainda que de difícil implementação (também porque o pertencimento à OTAN significa um certo subsídio norte-americano para a defesa dos países da Europa Ocidental), claramente prescindiria da tutela estratégica dos EUA. Em uma palavra, as alternativas em questão poderiam implicar a fragilização da hegemonia de Washington.

Entende-se, assim, por que a ampliação da OTAN foi definida como um dos objetivos principais do governo Clinton. Entende-se, também, por que os EUA, que têm regateado e chantageado com suas contribuições devidas à ONU, demonstram tanta presteza na liberação de recursos para a OTAN. Compreende-se, ainda, por que a fatia do orçamento norte-americano devotada à segurança é maior que os recursos alocados para esse propósito por todos os outros países do

mundo somados. Tal disparidade não faria sentido se as percepções norte-americanas acerca das ameaças a sua segurança estivessem relacionadas principalmente ao narcotráfico, ao terrorismo e/ou ao crime organizado transnacional. A Rússia, a China e as potências regionais do Golfo Pérsico são os principais adversários militares dos Estados Unidos, embora, em termos econômicos, seus maiores competidores sejam justamente seus aliados europeus e asiáticos.

Contudo, o fato de a OTAN ter sobrevivido aos seus objetivos originais e estar se expandindo para o Leste está calcado não apenas na capacidade dos EUA de fazer com que seus objetivos prevaleçam. Já se mencionou aqui a ambigüidade do fato de os países europeus terem um claro interesse no aporte de recursos norte-americanos para a defesa da região euro-atlântica. Também a missão estratégica da OTAN foi redefinida para acomodar minimamente as divergências internas, fazer frente às especificidades do mundo pós Guerra Fria e justificar a ampliação do número de países membros.

A "nova" OTAN que está sendo testada na Iugoslávia é aquela pautada por um novo conceito estratégico para a Organização, o qual amplia o seu caráter defensivo original para incluir o direito à "intervenção humanitária" e procura tratar de problemas de segurança, como terrorismo, sabotagens, crime organizado e dificuldades no abastecimento de recursos vitais, enfatizando, ainda, a relevância para a Organização da gestão de crises e da cooperação e diálogo com os países não membros. Definido em termos tão vagos, esse conceito implica a determinação do "direito" da Aliança de intervir em qualquer lugar do mundo e em qualquer conflito, potencial ou real, que ela julgar importante.

Para questionarmos a "renovação" da OTAN, vale retomar aqui uma frase famosa, cunhada para explicar os motivos que levaram ao surgimento da Organização: "manter os norte-americanos dentro, os russos fora e os alemães embaixo". O primeiro elemento da explicação continua na ordem do dia: tudo que os norte-americanos procuram

evitar é a emergência de potências capazes de questionar sua hegemonia. O esboço das diretrizes do plano de defesa dos EUA, elaborado pelo Pentágono em 1992, foi enfático ao afirmar que os EUA deveriam "desencorajar as nações industrializadas avançadas de ameaçar a nossa liderança ou mesmo de aspirar a um papel global ou regional mais amplo". Quanto aos dois outros elementos, pode-se dizer que os temores de que a História se repita como tragédia redobrada contribuem para explicar a longa lista de países que pleiteiam sua adesão à OTAN.

Nas vésperas da cerimônia de integração dos novos membros da OTAN, não casualmente realizada na Truman Presidential Library, em Independence, Missouri, o Ministro das Relações Exteriores da Polônia, Bronislaw Geremek, comparou a incorporação de seu país à OTAN à conversão do país ao cristianismo, quase mil anos antes, dizendo que aquele era o momento mais importante da história de seu país. Vaclav Havel, de maneira não menos emotiva, disse que os tchecos teriam, pela primeira vez em sua história, uma sólida âncora de segurança, uma âncora no mundo e nos valores democráticos. O comandante de uma brigada de defesa aérea checa, entrevistado pelo *The New York Times*, afirmou: "agora nós podemos decidir por nós mesmos, como participantes de pleno direito nos comitês da OTAN". Mas perigo maior que o da Europa Oriental corria a própria Aliança Atlântica, hoje instrumento renovado da hegemonia norte-americana, que vai fazendo que a História se repita como farsa.

## **Estados Unidos: distantes da crise mundial?**

José Miguel Martins e Marco Cepik, maio de 1999

A cada dia a bolsa de valores de Wall Street registra novos recordes de pontos ganhos em um só pregão. A inflação norte-americana baixou de 2,3% em 1997 para 1,6% em 1998 e tende a ser ainda menor esse ano. Com um superávit primário de mais de 70 bilhões de dólares no orçamento federal e um crescimento econômico acima das expectativas em 1998, os Estados Unidos demonstram vitalidade e pujança em um contexto internacional marcado pela crise financeira. Mas nem tudo são flores.

Mesmo contido o déficit público primário, os desequilíbrios em conta corrente daquele país não param de aumentar. Segundo Steve Hank, da Johns Hopkins University, comparada ao déficit de 155,2 bilhões de dólares de 1997, a previsão para esse ano é de um rombo de 300 bilhões, cerca de 3,5% do PIB, o que se aproxima perigosamente do pico que antecedeu a quebra das bolsas em 1987. Isso significa que, cada vez mais, a maior economia do mundo baseia-se em investimentos estrangeiros para financiar seu déficit comercial.

Com o dólar forte e um crescimento explosivo do déficit comercial (21% em janeiro relativamente a dezembro), duas questões vêm sendo levantadas por economistas como Robert J. Samuelson: 1) Qual o risco de os Estados Unidos não conseguirem mais financiar sua dívida



pública? Embora a relação entre o tamanho da dívida (5,4 trilhões de dólares em 1997) e o PIB (8,1 trilhões no mesmo ano) não seja dramático nesse caso, financiar esse volume gigantesco depende fortemente da disposição dos investidores estrangeiros. 2) A tendência de redução dos índices de preços levará a uma deflação mais ou menos severa dentro de algum tempo? A própria alta das bolsas alimenta os rumores acerca de uma suposta "bolha especulativa" no mercado de ações. Neste caso, o habitual é elevarem-se os juros, o que pode aumentar a perspectiva da deflação.

## A crise dos mercados emergentes

Na verdade, longe de ter sido poupada até aqui, a economia norte-americana está na raiz das crises dos mercados emergentes desde 1995. Já na crise do México, estava em questão a balança comercial norte-americana. Nesse sentido, mesmo o NAFTA foi uma tentativa relativamente atabalhoada de resolver o déficit crescente na balança americana, estabilizando o ritmo de crescimento e expandindo mercados. O dólar, desvalorizado com a crise de 1987, alcançou em 1995 seu ponto de inflexão para a recuperação.

Na esteira da crise do México vieram as crises asiáticas, cuja raiz encontra-se nas dificuldades crescentes de exportação dos países da região. É bom recordar que a crise de 1997 começou com o processo de desvalorização cambial da Tailândia, que chegou a ser apontada por Giovanni Arrighi como o mais forte candidato a tornar-se uma nova Coréia do Sul... A crise asiática desnudou os chamados "créditos podres" dos bancos japoneses e chineses e evidenciou a fragilidade do sistema bancário e financeiro do leste asiático, mas suas causas mais decisivas são anteriores e mais profundas.

Por causa da diminuição da taxa de juros operada ainda no governo Bush (1989 — 1992) por ocasião do fim do ultra-armamentismo, os déficits com o Japão tornaram-se insuportáveis. O problema da dívida pública, tanto em volume total quanto em relação ao déficit primário, parecia então muito grave. Após a Guerra do Golfo, o governo Bush forçou o Japão a limitar as exportações para os Estados Unidos e passou a exigir o fim do protecionismo nipônico. Mesmo sem abdicar de tudo, os japoneses tiveram seu crescimento regulado pela exigência norte-americana. Com isso, os abundantes capitais acumulados nas décadas de crescimento acelerado entraram em rota de fuga do Japão e migraram para os pólos do sistema de subcontratação japonês desde o noroeste chinês, via Taiwan e Hong Kong, até a Ásia litorânea e insular. As empresas em agudo processo de competição endividavam-se na matriz — que podia oferecer garantias sobre a concessão de créditos solicitados aos bancos — e espalhavam o capital na teia do sistema de subcontratação. Em 1997, a insolvência dos bancos emprestadores já chegava perto de um trilhão de dólares.

Enquanto promovia, ainda que involuntariamente, a ascensão econômica da Ásia continental, a economia norte-americana recuperou-se sensivelmente entre 1991 e 1997. Taxas de juros mais baixas e retomada do crescimento em decorrência da maior oferta de capital permitiram aos Estados Unidos viverem uma das maiores fases de prosperidade de sua história. A essa recuperação econômica seguiram-se o equilíbrio das contas públicas e a transformação de um gigantesco déficit primário no superávit mencionado acima, o que permitiu aos Estados Unidos capitanearem já por quase uma década a captação de investimentos diretos no mundo. Esses investimentos diretos vieram acompanhados de diversos outros tipos de aplicações, particularmente os investimentos em títulos do tesouro, o que também contribuiu para alongar o perfil da dívida pública. Além disso, as aplicações em portfólio fazem daquele país a maior praça financeira do mundo.

Todavia, o crescimento norte-americano deu-se em larga medida de forma desordenada. Em parte, porque a emergência de poderosos investidores institucionais (fundos de pensão, de auxílio-mútuo e de investimentos) fez com que ondas de capital passassem a percorrer o mundo inteiro em busca de melhor remuneração no curto prazo. Assim, os investimentos nos próprios Estados Unidos ficaram cada vez mais dependentes de capital externo, pois a economia não adquiriu linearmente competitividade e a Europa tornou-se praticamente "fechada" aos bens de capital norte-americanos. Setores da economia norte-americana, como petróleo, têxteis, automotivos, siderúrgico e outros, perderam a competitividade nos mercados externos. Além disso, o alto grau de consumo que é marcante na sociedade norte-americana, reforçado pela situação de quase pleno emprego, contribui para reduções adicionais nas taxas de poupança interna de pessoas físicas: a maior economia do mundo adquiriu algumas das feições típicas dos países de terceiro mundo. Não bastassem essas dificuldades, o advento do euro trouxe um competidor para o dólar como moeda internacional.

Com os eurobônus no mercado prefigurando o que seria a disputa subsequente, o colapso da Rússia e as desvalorizações asiáticas marcaram a crise de 1998. O que o noticiário da época evidenciou foi a perda de posição do dólar para o marco alemão e mesmo para o eurobônus. Ficou patente que os europeus ganharam com a crise. Seus capitais, menos erráticos e mais concentrados na economia real, aliados às formidáveis garantias fiscais e monetárias do euro, permitiram-lhes resistir bem e mesmo ganhar posições. Fato inédito, até os árabes durante a crise converteram parcelas expressiva de seus ativos em euro. O que não ficou tão claro na época, pelo contrário, foi o quanto os japoneses também ganharam com a crise. Os números consolidados da crise de 1998 confirmam as projeções de Jeffrey Sachs sobre a rápida recuperação asiática. Para quem acompanhou o noticiário à época, parecia apenas que o Japão estava à beira da falência. O país provavelmente esteve, mas as medidas tomadas pelo governo para

sanear a situação e, sobretudo, seu portentoso superávit com os Estados Unidos permitiram a assombrosa recuperação.

Finalmente, já no começo de 1999, a crise voltou às suas origens na zona do dólar, desta vez no Brasil. O movimento especulativo envolvendo o iene em janeiro deste ano teve como pressuposto a dificuldade encontrada pelas autoridades japonesas para desvalorizar sua moeda em relação ao dólar, em virtude do elevado superávit que o Japão mantém com aquele país. Além desse aspecto, a rápida recuperação asiática e o crescimento adicional do superávit do Japão e da China com os Estados Unidos reforçam a percepção de que, no aparente êxito da economia norte-americana, está, na verdade, a raiz de toda a crise mundial.

## As opções dos Estados Unidos

A princípio, identificamos seis alternativas que os Estados Unidos poderão adotar para enfrentarem os riscos acima, que são reconhecidos pelo próprio *FED* (*Federal Reserve System*, o banco central norte-americano).

A primeira seria aumentar os juros, atraindo os ativos financeiros para aplicações em papéis do governo e enxugando a liquidez do mercado. Assim, seria prevenida uma eventual "explosão da bolha especulativa". Nesse caso, os financistas de *Wall Street* perderiam, pois sua mercadoria, o dinheiro, ficaria mais caro em relação ao seu rival europeu. Perderia também a economia real, pois a produção encarece e, assim, as exportações perdem a competitividade. Por fim, perderia o governo, pois juros altos jogam o déficit para o alto. Não é gratuito, portanto, que no curso de 1998 os juros tenham baixado sucessivas vezes naquele país.

O segundo caminho seria o da desvalorização do dólar. Neste caso, a desvalorização do dinheiro, conjugada com o crescimento real da economia, possibilitado pelo aumento das exportações, reconciliaria os preços das ações com a realidade. Além disso, teria o efeito imediato de diminuir o déficit comercial específico com a Ásia e tomaria imbatíveis as exportações norte-americanas na América Latina, um mercado que cada vez mais pertence aos europeus. Todavia, além de causar uma verdadeira quebraadeira em *Wall Street*, isso significaria reconhecer a supremacia do euro como moeda de reserva internacional. Esse último aspecto é o mais relevante, pois implica o risco de se perder na estratégia os ganhos obtidos na tática...

Uma terceira alternativa, defendida pelo presidente Clinton, consistiria em investir no mercado de ações parte do superávit do orçamento federal, algo em torno de US\$ 700 milhões. A capitalização obtida permitiria, em poucos anos, e mesmo que o montante investido estabilizasse ou recuasse, uma poupança de bilhões de dólares. O governo tomaria a seguridade social viável para milhões de norte-americanos. Esta opção aparentemente tem vários méritos, exceto o de não contar com a aprovação do presidente do *FED*, Alan Greenspan. Tampouco contaria com o apoio dos fundos de pensão, pois o projeto Clinton significaria também a falência de inúmeros desses fundos. Com a eliminação desses atores volúveis, os Estados Unidos se tornariam menos dependentes da oferta de dinheiro do exterior. Teriam, assim, um instrumento indireto para disciplinar sua economia. Um subproduto a princípio desejável é que a mera presença do governo em aplicações de portfólio teria um efeito dissuasor sobre qualquer tentativa de ataque especulativo.

A quarta opção seria a dolarização das economias da América do Sul a partir da Argentina ou do Brasil. Hoje isso conta com a oposição de alguns de seus maiores entusiastas (Domingos Cavallo, por exemplo) por razões de ordem política que podem, no curto prazo e a depender do ritmo da crise brasileira, sofrer radicais alterações. A alternativa serviria aos interesses de *Wall Street*, pois aqueles continuariam tendo suas remunerações em moeda forte. Serviria também para os setores produtivos

nos Estados Unidos, na medida em que a moeda forte na periferia favorece as exportações desde o centro. Todavia, não serviria ao centro capitalista como um todo... Os europeus tenderiam a abandonar progressivamente suas posições na região. Afinal, para financiar suas exportações, teriam que se desfazer de euros e comprar dólares, o que não seria vantajoso, pois sua moeda se desvalorizaria às expensas do fortalecimento do dólar. Para os países da região, a dolarização seria um desastre, pois o aumento da dependência e a inviabilização de indústrias nacionais mais a perda de atributos de soberania ocorreriam sem contrapartida alguma, uma vez que a adoção de moeda única sequer está sendo cogitada num contexto de integração, seja segundo o modelo da União Européia, ou mesmo da ALCA.

Por outro lado, a dolarização serviria também para o governo dos Estados Unidos disciplinarem seus capitais — à moda alemã — concentrando-os em uma região preferencial, resolvendo seu déficit na balança comercial e fortalecendo sua moeda para competir no resto do mundo com o euro. Entretanto, o *FED* não quer assumir este papel de “fiador em última instância”, hoje reservado aos Bancos Centrais, que deixariam de existir. A crise do Equador trouxe mais uma vez à tona o problema dos sistemas bancários e financeiros locais. Tanto no Equador quanto na Argentina, a maior parte dos depósitos já é feita em dólar, mas, ainda assim, o governo norte-americano reluta em apoiar uma dolarização que, feita às pressas, poderia significar a erosão do tecido social da região. A falência de empresas seria sem precedentes e isso sempre traz o risco de falência (econômica, política e moral) da ordem constituída e a ameaça de guerra civil. Isso tudo é antecipado por Robert Rubin, Secretário do Tesouro norte-americano, que diz que haveria um “desgaste” da imagem dos Estados Unidos na região.

Uma quinta alternativa tem sido apresentada pelo Partido Republicano: baixar ainda mais os impostos. Até agora, não conta com o apoio de uma coalizão de interesses significativa. Talvez permitisse um aumento da capacidade de investimento de pessoas físicas e jurídicas, mas isso tem eficácia duvidosa, sobretudo em um país como os Estados Unidos, em

que os gastos públicos são parte importante da economia. Ademais, nada garante que um simples rebaixamento de impostos implique maior poupança interna, ou mesmo contribua para elidir o risco de crise do mercado de ações. Essa parece a decisão errada econômica e politicamente. Só seria viável se conjugada ao aumento dos juros.

A sexta opção seria uma retomada do ultra-armamentismo, ainda que em menor escala do que nos anos Reagan. Implicaria gastos militares mais elevados e aplicação intensa de tecnologia digital às tropas terrestres, mesmo ao nível de pequenas unidades, além da projetada retomada do programa "Guerra nas Estrelas" e de iniciativas menores, como o "Força XXI". Se fosse possível convencer os contribuintes a gastarem em programas militares sem uma percepção mais palpável de ameaça, tudo bem. Mas não parece ser o caso. Como convencer os parlamentares de que é necessária uma defesa estratégica adicional contra a Rússia em frangalhos, a China ou ainda a Coreia do Norte? Essa opção implicaria uma mudança completa nas bases de equilíbrio do sistema internacional, mas não deve ser considerada fora de propósito, principalmente se forem observadas algumas das crises recentes na eurásia.

## Indícios de mudanças

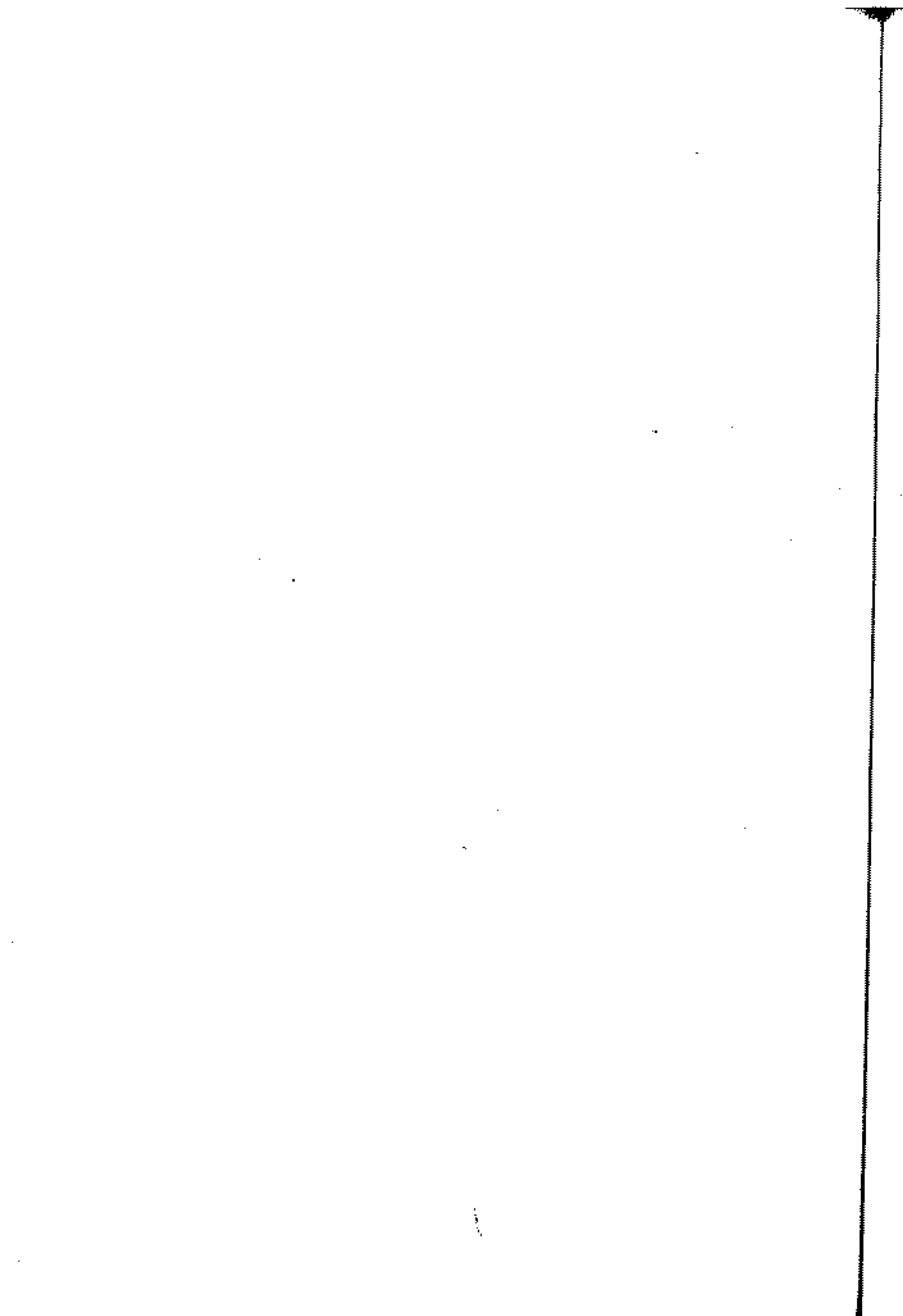
Após a última crise envolvendo a China e Taiwan, os Estados Unidos tinham passado a atuar com crescente pragmatismo em sua política externa. Houve um abrandamento quanto aos embargos contra Cuba e Irã e as relações com a China melhoraram sensivelmente. Isso tudo na esteira da crise de 1997, graças à qual os Estados Unidos pretendiam exportar mais para a Ásia. Entretanto, como a recuperação asiática deu-se em um ritmo surpreendente, ao invés de a crise abrir as economias asiáticas aos Estados Unidos, deu-se o contrário: esses é que foram

inundados com uma superoferta de produtos baratos. A única diferença palpável até agora é que o déficit com o Japão diminuiu, ainda assim com a China assumindo seu lugar.

Nesse contexto, não é boa a sinalização de aumento do protecionismo dada pela câmara baixa do Congresso dos Estados Unidos, que aprovou recentemente, por larga maioria, a limitação da compra de aço do exterior. Nem mesmo uma possível condenação na OMC ou ameaças de retaliações de outros países demoveram os deputados. Tampouco são auspiciosos a decisão da justiça americana condenando Cuba e o suposto caso de espionagem nuclear de 1995 envolvendo a China. Além do clima de guerra permanente que os Estados Unidos mantêm no Iraque, recentemente o Irã e a Rússia foram condenados a um embargo parcial por supostamente trocarem tecnologias sensíveis.

Para os países da América Latina, dependentes da exportação de produtos naturais, matérias primas e *commodities* industriais, o protecionismo norte-americano e o risco de falência das instituições parecem ser um sinal claro de que é hora de uma mudança de rumos.





## **Europa, Estados Unidos e a crise nos Balcãs**

*José Miguel Martins e Marco Cepik, abril de 1999*

Semana passada, na reunião dos ministros de economia e finanças da União Européia (UE), ficou expresso o temor de que o prolongamento da guerra ponha em risco o euro. Desde o início da guerra na Iugoslávia, o euro caiu 1,88%. Isto fez com que o Banco Central europeu reduzisse ainda mais as taxas de juros para 2,5% ao ano. O ministro de economia da Áustria, Rudolf Edlinger, foi o mais explícito ao declarar que pensara na necessidade de retificações no tratado da união. Já o ministro alemão, Hans Heichel, mais cauteloso, limitou-se a confirmar um gasto adicional de 800 milhões de euros, dos quais 300 milhões seriam da própria Comissão Européia e o restante dos estados membros. Vale lembrar que, há pouco, a UE comemorou o fechamento da chamada Agenda 2000. O rigor fiscal necessário para isso tornou uma difícil empreitada diplomática conciliar as demandas de novos investimentos a leste e a política de transferência de recursos à Espanha. Agora, com um mês de guerra, os gastos militares correm o risco de reduzir tudo à estaca zero.

As pressões que o gasto militar exerce sobre o orçamento dos países envolvidos não passam despercebidas pelo mercado. Em Nova York, analistas vaticinavam que "nada no horizonte apóia o euro". Não é para menos, pois a despesa diária da OTAN está por volta de US\$ 50

milhões (46,5 milhões de euros) e, a despeito dos juros baixos na Europa, os investidores americanos têm preferido aplicar seu dinheiro em dólares ou mesmo na Ásia. Persistindo essa pressão, a UE precisará de mais do que juros baixos para atravessar o período. Teria de operar uma agressiva "desregulamentação" e "flexibilização" na legislação trabalhista, além de reorganizar e uniformizar o sistema tributário e fiscal. Considerando-se as últimas dificuldades envolvendo a agenda 2000 e a reforma fiscal alemã (que levou à queda de Lafontaine), não parece que tratar de questões trabalhistas e fiscais seja algo fácil. Isso poderia levar ao fim dos governos de centro-esquerda e, no limite, à fragilização da própria UE.

## O dilema europeu

Nem todos pensam assim. Segundo a corretora Merrill Lynch, a guerra não terá um grande impacto nas economias, nos déficits orçamentários e nos mercados financeiros dos países membros da OTAN. Com uma estimativa de gasto diário quatro vezes superior à mencionada acima, de US\$ 200 milhões por dia, considera que uma campanha de 100 dias representaria apenas 0,12 do PIB da OTAN. No caso "mais extremo", ou seja, do envolvimento de forças terrestres para a criação de um protetorado no Kosovo, o custo anual das operações ficaria em apenas 0,4% do PIB da OTAN.

Ademais, ficam sempre em aberto as possibilidades de "retificações no tratado da união", como destacou o ministro austríaco. Além disso, mesmo sem uma padronização em questões de natureza tributária, pode-se modificar o critério de cálculo do déficit segundo o modo espanhol, que consiste em utilizar a noção de "créditos reembolsáveis" para a aquisição de material bélico, numa fórmula que prevê o

adiantamento de dinheiro às empresas fornecedoras de armas. Com este mecanismo, os europeus poderiam, se quisessem, manter extraordinários gastos em armamentos sem que tais gastos fossem considerados como déficits que, aliás, estão rigorosamente restritos a 4% do PIB, conforme previsto no tratado de Maastricht.

Hoje indecisa entre aprofundar a aliança atlântica e entrar em rota de colisão com os EUA, a opção armamentista traz problemas claros para a Europa e, sobretudo, para a Alemanha. Até agora a política do governo alemão tem sido a de buscar ativar a agricultura polonesa mediante a transferência de investimentos a leste e converter a indústria pesada do leste alemão em indústria ligeira. Esta seria a chave para reunificação alemã e da Europa ocidental com a Europa do leste. Além disso, o cálculo da Merrill Lynch parece desconhecer que, no seio da OTAN, a indústria de armamentos tem um peso distinto nos dois lados do Atlântico. Enquanto nos EUA os gastos seriam funcionais para criar um "colchão" de proteção do mercado de ações, na Europa significaria correr o risco de ter de abdicar de recursos que seriam utilizados em outras áreas. Por maior que seja o envolvimento europeu no setor de armamentos, seu complexo militar-industrial demoraria ainda uma década ou mais para adquirir a importância que tem nos Estados Unidos.

## A opção norte-americana

Depois de uma sucessão de recordes de alta, na segunda quinzena de abril a bolsa de Nova York apresentou sinais de queda, especialmente das ações de alta tecnologia que compõem o índice Nasdaq. Foi a segunda maior queda da história do Nasdaq, de 5,56 em um único dia (19/04). Não faltou um componente de nervosismo e mesmo certo pânico. "A bolha acaba de estourar", afirmou Edgar Peters, diretor de

investimentos da Panagora Assets Management, uma corretora de Boston que administra uma carteira de US\$ 16 bilhões de dólares. Referia-se à sobrevalorização das ações do setor, cotadas acima das possibilidades de ganhos reais das empresas, conforme já vinha sendo destacado pelo FED, Banco Mundial e mesmo o FMI.

Na raiz do problema estão as novas demandas suscitadas pela integração do mercado de computadores pessoais à Internet. O comércio "virtual" gerou vendas de US\$ 53 bilhões durante o último ano nos EUA. Paradoxalmente, isso está contribuindo para uma reformulação forçada de todo o setor ligado aos microcomputadores, pois há uma expressiva economia de meios que altera a composição de custos das empresas graças à Internet. Embora se estime que, nos próximos três anos, 700 milhões de usuários estarão conectados à Internet, a rede e seus serviços tendem a alterar o perfil das máquinas e programas, barateando e simplificando os terminais "clientes".

Seja como for, a "bolha" não estourou desta vez. No dia seguinte à queda do *Nasdaq*, a *Microsoft* e a *Texas Instruments* divulgaram seus ganhos e houve uma recuperação. Entretanto, a queda prefigura um risco latente e permanente na economia dos Estados Unidos. Esse mês o país bateu novo recorde de déficit comercial, atingindo a cifra inédita de US\$ 19 bilhões (contra US\$ 16,8 bilhões em janeiro). Isso reflete o aumento das importações ocorrido em fevereiro e uma queda adicional de 0,6% nas exportações. Em compensação, a balança de serviços teve seu maior excedente mensal desde maio de 1998, algo da ordem de 4% ou US\$ 6,7 bilhões a mais do que em fevereiro. Como se nota, os Estados Unidos contam cada vez mais com superávit de capitais para sanar seu portentoso déficit comercial. Isto faz com que o país fique dependendo de investimentos estrangeiros, para os quais o mercado de papéis é o maior indicador.

No início deste ano, em seu discurso ao Congresso, o presidente Clinton apresentou aquilo que poderia ser uma solução para estabilizar os mercados de portfólio: aplicar um décimo do superávit fiscal de US\$

70 bilhões no mercado de ações. Considerando a capitalização, isso poderia financiar a seguridade social para milhões de pessoas no país. O mais importante, entretanto, é que o simples fato de dar a prerrogativa legal ao governo para investir no mercado de ações atenuaria uma eventual correção de valor das ações de alta tecnologia. Como se sabe, a proposição foi duramente criticada.

Com a eclosão da guerra da Iugoslávia, no entanto, os Estados Unidos parecem ter optado por um outro caminho: criar um "colchão de demanda" com as ações das empresas de armamento. Não é a guerra em si que leva à valorização, mas sim as propostas de aumento do orçamento no Congresso. As ações militares na Somália e no Haiti, por exemplo, quase não moveram os preços das ações. Mesmo a guerra do Golfo, de 1991, uma operação de maior envergadura do que a que transcorre na Iugoslávia até o momento, não levou a um aumento extraordinário nos valores dos papéis do setor. As valorizações ocorrem tipicamente quando se encerram as operações militares e são divulgadas as metas orçamentárias para o setor. Entretanto, no caso atual, desde já Clinton anunciou um aumento do orçamento de US\$ 6 bilhões. No ano que vem, o orçamento para contratação de armas irá para US\$ 53 bilhões, subindo anualmente, até chegar a US\$ 75,1 bilhões, em 2005. É o maior aumento de gastos militares desde 1980 e o projeto "Guerra nas Estrelas".

Com o aumento dos gastos militares, os EUA resolvem também outros problemas. Um deles diz respeito à excessiva concentração da indústria de defesa. No curso do ano passado, o Pentágono interveio duas vezes para vetar projetos de incorporações que, se fossem efetivados, deixariam um único fornecedor com 75% da engenharia naval e 95% dos contratos de Pesquisa & Desenvolvimento para a marinha. Com o perfil atual dos gastos anunciados, a indústria de defesa volta-se para o mercado de microeletrônica e tecnologias digitais. A *General Dynamics*, por exemplo, está considerando a compra de uma companhia eletrônica e isso não é gratuito. Apenas um dos programas anunciados, o de equipar as tropas com um novo visor

noturno, pode render centenas de milhões de dólares. As fusões e associações decorrentes protegeriam a indústria eletrônica tanto nos mercados de ações como no âmbito da economia real.

Finalmente, as fusões intercontinentais no setor de defesa, decorrentes do aumento expressivo de gastos, podem ser funcionais aos interesses norte-americanos. Assim, ao mesmo tempo em que evitava novas megafusões nos EUA ano passado, o Pentágono agenciava um contrato de associação de empresas americanas com a empresa britânica aeroespacial. Com este movimento, abortou o projeto da Agência Européia de Construção de Armamentos.

## Incertezas na Iugoslávia

É razoável supor que a atual guerra na Iugoslávia influenciará o relacionamento futuro entre a Europa e os Estados Unidos. A decisão crucial de engajar ou não tropas terrestres em uma campanha para garantir efetivamente os objetivos declarados pela OTAN poderá tanto revigorar a "aliança atlântica", com base nessa ação sem mandato da ONU, quanto poderá aumentar as demandas européias por uma identidade defensiva própria. A natureza da relação entre Alemanha e Rússia também será muito importante para delinear o perfil do novo sistema internacional. Ao que parece, por ora, os europeus refugiam-se no pragmatismo e contam com a possibilidade de, segundo a previsão do FMI, superarem a economia norte-americana como carro-chefe da economia mundial. Como corolário, consideram natural a perspectiva de se manterem caudatários dos EUA em termos estratégicos. Fica em aberto sabermos até onde o presente comprometerá as perspectivas de futuro. Nesse sentido, os europeus correm mais riscos na guerra contra a Iugoslávia do que seus aliados norte-americanos.

## Para entender a crise no Paraguai

José Miguel Martins, março de 1999

Luis María Argaña, vice-presidente do Paraguai, assassinado no último dia 23 de março, foi Presidente da Corte Suprema de Justiça durante toda a década de 80. Era um seguidor de Stroessner, a quem auxiliou a encontrar justificativas jurídicas para o uso da tortura e da censura da imprensa.

Em 1989, quando veio o golpe que depôs Stroessner e levou ao poder Andrés Rodríguez, Argaña foi seu ministro das relações exteriores. Como era contrário à adesão do Paraguai ao Mercosul, ficou no cargo apenas por um ano. No final de 1992, Argaña foi escolhido pelas prévias do Partido Colorado (ANR) para ser o candidato à presidência. Logo surgiram rumores sobre um não comprovado golpe de Estado para impedir sua marcha para a presidência. O suposto golpista era o general Lino César Oviedo, na época comandante da primeira divisão do exército com base em Assunção. Na ocasião, falaram mais alto as pressões da embaixada dos EUA para que houvesse continuidade no processo de democratização, mas Oviedo deu então a primeira mostra de sua enorme vitalidade política. Apoiou, contra Argaña, o candidato oficial da máquina colorada, Juan Carlos Wasmosy, que acabou vencendo as eleições.

No poder, Wasmosy distanciou-se de Oviedo que, no entanto, foi nomeado comandante do exército. Quando Wasmosy resolveu tirá-lo desta posição, em abril de 1996, aí sim, Oviedo tentou um golpe de



Estado. Durante a tentativa de golpe, os partidos da oposição apoiaram o caudilho militar contra o presidente. No mesmo mês, Argaña recuperou a presidência do Partido Colorado e, diante da impossibilidade de Oviedo concorrer às prévias internas, apresentou-se como postulante à presidência. No entanto, teve de conformar-se em ser vice de Raul Cubas, o vencedor das internas indicado por Oviedo. Nas prévias e na sua campanha presidencial, Cubas deixou muito clara sua aliança com Oviedo, tendo, inclusive, destacado seu compromisso com sua libertação e anistia — o que, de fato, cumpriu, causando perplexidade e furor na elite que esperava que Cubas, como Wasmosy, abandonasse Oviedo. O fato de o general encontrar-se preso talvez tenha favorecido esta percepção.

Começava a "guerra" entre os poderes, a qual dividiu o Paraguai de cima a baixo. Cubas anistiou Oviedo e a justiça Militar referendou sua anistia. Em resposta, Argaña fez valer suas relações no Judiciário, o que, aliás, tornou-se um hábito. A Suprema Corte de Justiça anulou a decisão do Tribunal Militar. Com isto, Oviedo tornou-se "foragido" e não foi reintegrado às forças armadas, embora tampouco tenha voltado para a prisão. Doravante, todas as instituições do país seriam envolvidas na disputa, desde os órgãos do governo em sua totalidade até os partidos. Os dois lados trocam acusações sobre corrupção, envolvimento com o narcotráfico e conspiração contra a democracia. Os partidários de Argaña, que se aliou a Wasmosy, deram início ao que denominam "movimento de autocrítica nacional". Por sua vez, Oviedo refugia-se no discurso nacionalista e de defesa dos pobres. Isso lhe permitiu manter intacto seu prestígio junto às camadas populares em todo o curso dos acontecimentos.

O "movimento de autocrítica nacional" seria uma variante local do nosso "movimento pela ética na política", caso não houvesse uma sensível diferença de métodos, tais como os utilizados para assegurar a troca de comando nos partidos de oposição, o Encontro Nacional (EN) e o Partido Liberal Radical (PLRA), que, como mencionado acima, apoiaram o golpe frustrado de Oviedo em 1996. Recentemente, quando estavam em curso as prévias para decidir a quem caberia o comando dessas agremiações,

as internas realizaram-se com escassa representatividade (apenas 11% dos filiados votaram) e foram escolhidos adversários do "oviedismo". Além disso, a Suprema Corte de Justiça suspendeu dois membros do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral (TSJE). Os juízes suspensos alegam ter tomado conhecimento do fato pelos jornais e não ter sido garantido o direito à defesa. Com isto, Wasmosy e Argaña ficaram com maioria no TSJE, justamente no período previsto para eventuais recursos ou impugnações. Ficou, deste modo, assegurada a troca de comando no EN e PLRA.

Cauteloso, Oviedo pediu que o próprio tribunal eleitoral organizasse as prévias do Partido Colorado (ANR). Motivos não faltavam, pois na véspera — após a suspensão dos juízes — a justiça eleitoral tinha dado ganho de causa aos partidários de Argaña e lhes entregara a sede do Partido. Isso foi no dia anterior ao assassinato de Argaña. Ao mesmo tempo, os "oviedistas" haviam organizado os camponeses pobres em uma grande marcha sobre Assunção, solicitando a anistia de suas dívidas. O sentido predominantemente político dos movimentos de Oviedo, bem como a tática de adotar a democracia e a liberdade de imprensa como valores, contrastam seriamente com a hipótese de o caudilho ter assassinado Argaña.

Em parte, talvez por isso os inimigos de Oviedo não o acusam de envolvimento direto na morte de Argaña. Ainda no dia do assassinato, responsabilizaram Cubas, exigindo sua pronta renúncia. Em favor da tese de uma participação de Oviedo / Cubas no atentado, existem, no entanto, vários indícios. Um deles é a perda do controle da máquina do partido Colorado (ANR) às vésperas de uma interna. Oviedo parece ter aceitado com resignação, tendo solicitado a intervenção do TJSE, mas, diante da suspensão dos dois juízes, pode ter mudado de percepção. Outro indício diz respeito a uma questão que já há algum tempo divide o governo: o imposto sobre Atos e Documentos que, segundo alguns, poderia elevar a arrecadação tributária em 150 bilhões de guaranis (em torno de 50 milhões dólares). Atingiria em cheio as atividades da economia

"informal" que, no Paraguai, corresponde ao grosso da economia. Um terceiro fator é que, no dia 29 deste mês, chega a missão anticorrupção do Banco Mundial. Entre os objetivos declarados da missão estão a melhoria da imagem internacional do país, a articulação da sociedade civil em torno de programas anticorrupção e, provavelmente, entre seus objetivos reais, está o planejamento do "enquadramento" da economia informal, tendo como alicerce o novo imposto. Tudo isto, acompanhado do *impeachment* de Cubas, que era dado como certo, e da conseqüente ascensão de Argaña à Presidência da República, pode ter precipitado os fatos.

No Paraguai a redemocratização foi feita através de um golpe de Estado. Mais por força de circunstâncias internacionais que propriamente pela existência de um movimento interno. Inexiste um partido anti-sistema que pudesse trazer componentes novos de modernização da vida política ou de conteúdo ético-moral ao país. Com a redemocratização, os partidos converteram-se em máquinas de clientela aptas para usufruir ao máximo as benesses do poder — nacional ou provincial — em seu único e exclusivo benefício. Em seguida, ficaram claras as promessas não cumpridas da democracia. O país ressentiu-se da falta de escolas, hospitais e investimentos sociais, enquanto os partidos têm suas campanhas subsidiadas pelo erário público. Não é de estranhar a ausência de consciência democrática. Ressalte-se que todas as forças políticas têm práticas golpistas e comportamentos duvidosos diante do que é público. Seria de todo incorreto julgá-las pelo que dizem de si, ou do que dizem pretender, e não pelo que realmente fazem. Neste sentido, o único alinhamento político que parece realmente contar no interior do Paraguai são as opções de alianças externas, divididas entre os pró-Brasil e os pró-Argentina / Estados Unidos.

Junto às promessas não cumpridas da democracia, veio o Mercosul. No comércio exterior, o grosso dos fornecedores do país eram os países capitalistas desenvolvidos (PCD, com 30,8%) contra 17,4% do Brasil. A maioria das exportações (65,8%) também era para os PCD. Após o

advento do Mercosul, Brasil e Argentina tomaram o lugar dos PCD sem, no entanto, absorverem as exportações do Paraguai, que continuaram destinadas aos PCD (59,9%). Em suma, ao contrário de seus vizinhos, cujo comércio regional já era expressivo antes, para o Paraguai o Mercosul vem mais como fruto de circunstâncias externas do que por uma demanda econômica interna. Em suma, o PIB até aumentou, mas o país empobreceu.

Adicionalmente, há a enorme dificuldade de estipular o que fazer com a indústria de falsificação, construída durante os anos Stroessner. É isto que joga o país para a informalidade e cria uma formação social atípica, que parecia só existir em alguns países do leste, uma sociedade dirigida por uma burguesia "gangueteril".

Hoje, o país encontra-se dividido. Suas duas únicas instituições realmente nacionais seguem sendo as Forças Armadas e o Partido Colorado, e ambas estão profundamente divididas. O Paraguai já enfrentou duas guerras civis sangrentas neste século, nas quais a divisão das Forças Armadas foi a tônica. Com o colapso do real, a tributação reduziu-se em 40%. A situação econômica é crítica e há a ameaça do colapso energético (combustíveis).

Nó atual contexto, sobre o cadáver de Argaña, agora convertido em mártir da democracia, podem crescer posições semelhantes às da Argentina em favor de uma solução pela dolarização. Atualmente, 60% dos depósitos do país já são feitos em dólares. Além de resolver o problema do desequilíbrio suscitado pela desvalorização brasileira, podem a um só tempo instituir parte da economia informal. Neste caso, o Brasil ficaria no dilema de aceitar a proposta Argentina ou de conformar-se com a perda do Mercosul. Além disso, Menem teria sua grande chance de obter mais uma reeleição, para a qual hoje as chances são remotas, justamente com o prestígio renovado de quem colocou o Mercosul sob direção Argentina. Mais do que nunca, é preciso atenção aos movimentos e vontades reais, ao invés de nos atermos às intenções declaratórias.

A  
C  
r  
P

to  
en  
Ur

## **Guerra na Iugoslávia**

Marco Cepik, março de 1999

A campanha dos Estados Unidos e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (*NATO*) contra a Iugoslávia tem três objetivos políticos declarados: obrigar os sérvios a pararem os ataques no Kosovo, forçar a retomada das negociações em torno da autonomia dessa província de maioria albanesa na Iugoslávia e, menos tangível, "degradar" a capacidade militar das forças armadas e policiais daquele país. Esgotada a longa tentativa de atingir os dois primeiros objetivos através da diplomacia, a OTAN ativou, no último dia 24 de março, a operação conjunta "Força Aliada". Escrevendo no segundo dia dos ataques, parece mesmo provável que, após alguns dias de bombardeio, o presidente Slobodan Milosevic recue. Mesmo assim, o problema estaria longe de ser resolvido. Vejamos por quê.

### Suporte diplomático precário

Em primeiro lugar, o suporte diplomático para a operação como um todo é menos do que confortável e essa falta de consenso pode resultar em aumento da tensão internacional. As manifestações de apoio da União Européia, Japão e Austrália, tradicionais aliados, foram apenas

protocolares. Outros, como o Vaticano e o Brasil, condenaram os ataques, dizendo que a operação não deveria ter sido feita sem autorização específica da ONU. A OTAN insiste que as resoluções anteriores do Conselho de Segurança, desde março de 1998, autorizavam o uso unilateral da força caso o governo iugoslavo não respeitasse seus termos ou os mecanismos de verificação da missão da OSCE (Organização para a Segurança e Cooperação da Europa). De todo modo, mesmo Grécia, Itália e Turquia, que participam da operação, já no segundo dia defenderam a suspensão dos bombardeios e manifestaram temores de que a crise se espalhe pela região. Além disso, condenações severas foram feitas pela Índia, Indonésia, Vietnã e, principalmente, China e Rússia.

O caso da Rússia é o mais problemático. Sua reação foi inicialmente bastante dura, anunciando sua ruptura com a OTAN, colocando suas forças armadas em alerta e rompendo o embargo de armas para a Iugoslávia, imposto pela ONU. Na verdade, o governo do primeiro-ministro Yevgueni Primakov ressentia-se principalmente de os sérvios o colocarem numa situação muito difícil com sua recusa a toda tentativa de acordo e mediação, tanto através do Grupo de Contato quanto em iniciativas bilaterais, desde que as negociações de Rambouillet começaram, em fevereiro. O apoio russo aos sérvios não resulta de solidariedade étnica atávica (afinal, eslavos são quase todos naquela parte do mundo...) ou de um "compromisso estratégico" (desde a ruptura de 1948 isso não existe), como tem insistido a mídia ocidental. Os russos temem é que a guerra contra os sérvios possa desestabilizar a já caótica situação política e econômica interna da ex-superpotência. Na região do Cáucaso, por exemplo, na semana em que começaram os ataques, o presidente Maskhadov, da Tchetchênia, sofreu um atentado a bomba e o Azerbaijão interceptou um carregamento de caças *Mig* da Rússia para a Iugoslávia, afirmando em seguida que poderiam mandar tropas para lutar contra os sérvios. Outro exemplo envolve as manifestações de rua e a agitação dos comunistas e demais grupos de oposição contra o que consideraram uma atitude tibia do governo Primakov.

Assim, a mesma percepção de ameaça que faz o presidente Boris Yeltsin protestar violentamente contra o ocidente e dar suporte subterrâneo aos sérvios o faz ser prudente no grau de afastamento em relação à União Européia e mesmo aos Estados Unidos. Após a apresentação da resolução pedindo o "fim imediato dos ataques" ao Conselho de Segurança da ONU, o ministro do Exterior Ígor Ivanov afirmou que, embora a Rússia tenha um "conjunto de medidas extremas em estoque, por enquanto não pretende utilizá-las". Com a chegada dos primeiros carregamentos de ajuda humanitária da União Européia para a região de Smolensk no dia 25 de março, a assinatura de tratados de cooperação energética e comercial com os Estados Unidos no mesmo dia, além da chegada da missão do FMI chefiada por Michel Camdessus no dia 27 de março, apenas alguns dias após o início da guerra, o "aliado" russo parecia ter sido neutralizado.

Entretanto, isso não significa que a atual crise não possa vir a ter desdobramentos graves para a paz mundial. De um lado, o chefe do Estado-Maior russo, general Anatoli Kvashin, reagiu violentamente à primeira onda de ataques. De outro lado, com as garantias dadas pelos norte-americanos aos países vizinhos (Albânia, Bósnia, Bulgária, Croácia etc.), Milosevic tentará espalhar o conflito por toda a região dos Bálcãs, forçando uma intervenção russa. Além disso, com uma eventual deterioração da situação interna da Rússia, a já lenta implementação dos tratados START I e II tende a ficar ainda mais precária.

Para os europeus, especialmente Alemanha e França, o fracasso das negociações e a incapacidade de a OSCE liderar a implementação da paz evidenciam o quanto ainda estão distantes de possuírem real autonomia estratégica em relação aos Estados Unidos, sem falar no prejuízo econômico que uma guerra regional prolongada traria. Para os russos, os riscos envolvidos são ainda maiores, pois uma nova "pequena guerra fria", na prática, encerraria a parceria estratégica que vem sendo lentamente construída com a



Europa, afastando capitais vitais para a retomada do desenvolvimento. Mesmo para os Estados Unidos há riscos e limites, pois metade da população não apóia os ataques e uma parcela ainda maior sequer sabe onde fica o Kosovo, temendo mais do que tudo se envolverem num "Vietnã europeu".

## Ninguém sabe o que fazer com o Kosovo

Em segundo lugar, além do objetivo altamente desejável e vago de que as pessoas parem de se matar e tentem resolver suas disputas de forma pacífica, ninguém sabe realmente o que fazer com o Kosovo. A Albânia não quer anexar a província e, ao que parece, sequer deu apoio significativo à guerrilha do ELK (Exército de Libertação do Kosovo). Tampouco estava prevista a independência da província no fracassado acordo de Rambouillet. Isso seria inaceitável para os sérvios por razões históricas, mais do que econômicas. Embora mais de 90% da população de 2 milhões de habitantes seja de origem albanesa, a maioria dos quais muçulmanos, a região concentra grande parte dos mosteiros mais sagrados para os sérvios, que são cristãos ortodoxos. Além disso, foi nos arredores de Pristina que se deu, em 1389, a batalha dos cavaleiros medievais sérvios contra os turcos otomanos, momento épico da fundação de sua identidade coletiva.

O que está em questão, portanto, é a garantia da autonomia da província e o tratamento igualitário para as comunidades sob um governo democrático. Entretanto, a OTAN tem sido muito clara em afirmar que não quer derrubar a ditadura Milosevic, o que seria inaceitável para os russos. Depois de 1989, Milosevic anulou o artigo da constituição iugoslava que garantia autonomia para o

Kosovo e Voivodjina (a província de expressão húngara no norte da Iugoslávia). Extinguiu a assembléia e o governo provincial de Pristina, iniciando uma escalada repressiva com prisões, banimentos e espancamento de manifestantes. Expurgou os albaneses do serviço público e fez cortes crescentes no orçamento para serviços básicos como saúde e educação. Em 1992, os albaneses do Kosovo elegeram um parlamento e um governo semi-clandestinos, liderados pelo escritor Ibrahim Rugova. Isso definiu uma certa hegemonia entre os mais de 20 grupos no exílio, alguns dos quais apoiados por diferentes serviços secretos da Albânia, Itália, França e Rússia. A situação piorou ao longo dos últimos anos, especialmente durante a guerra da Bósnia, com o início sistemático de *pogroms* em 1998. A formação do ELK levou a crescentes choques com as tropas especiais e à intensificação do confronto civil entre sérvios e albaneses. Em julho passado, o ELK controlava 30% do território kosovar, principalmente os pequenos povoados onde vivem quase 50% da população. As tropas sérvias controlavam Pristina (100 mil habitantes) e outras cidades de porte semelhante, além das fronteiras e do entorno das principais rodovias.

Embora tenha como objetivo resolver essa "tragédia humanitária", como disse Javier Solanas, secretário-geral da OTAN, nos dois primeiros dias de ataque, na verdade, os sérvios intensificaram sua ofensiva no Kosovo, onde mantêm cerca de 200 blindados e mais de 20 mil soldados e policiais. Isso foi possível porque as forças de paz e os grupos de ajuda da OSCE abandonaram a província e foram para a vizinha Macedônia. Atualmente, já são mais de 500 mil deslocados pressionando as fronteiras da Macedônia, Albânia e Montenegro. Eis o terceiro problema para a campanha em curso. O que fazer quando terminar o bombardeio aéreo?

## Falta de alternativa ao poder aéreo

No primeiro dia de guerra, foram lançados dos navios e submarinos, na costa do Adriático, mais de 100 mísseis de cruzeiro guiados por satélite (US\$ 1 milhão cada), além de *raids* com uma variedade de caças e bombardeiros, inclusive dois B-2 invisíveis para o radar inimigo (US\$ 2 bilhões cada). Nesses três primeiros dias, os objetivos militares eram os centros de comando e controle, radares, defesa antiaérea e plantas industriais sensíveis para o esforço militar iugoslavo. Segundo o comandante supremo da OTAN, general Wesley Clark, os sérvios pouco se defenderam e alguns caças Mig-29 tinham sido derrubados. Escrevendo no dia 26 de março, a guerra parece que vai terminar sem maiores engajamentos. Entretanto, talvez Milosevic esteja preservando seus mísseis terra — ar para uma campanha mais prolongada.

A questão é quão prolongada, pois, mesmo antes do lançamento da aviação de caça (especialmente os A-10 Thunderbolt) contra as tropas terrestres e blindados iugoslavos, já aumentava o questionamento político sobre a capacidade de o poder aéreo “resolver as coisas”. Seriam necessárias duas a três semanas de ataques aéreos para atingir os objetivos traçados, lançando os cerca de 400 aviões mobilizados pela OTAN em ondas sucessivas. Para se ter uma idéia grosseira, no Iraque, durante a operação “Tempestade no Deserto”, os 22 mil ataques contra as forças terrestres táticas foram parte de uma campanha aérea de 111 mil missões. Mesmo que os alvos e a resistência sejam menores no caso sérvio, clima, terreno e a duração da campanha tornariam as coisas igualmente complexas.

Como os Estados Unidos já reiteraram que não engajarão efetivos em uma campanha terrestre, e ao mesmo tempo se estima que, para garantir a entrada dos 25 mil soldados de uma força de paz, a partir da Macedônia, seriam necessários cerca de 100 mil invasores, parece haver uma grande dose de confiança entre os aliados de que Milosevic

efetivamente recuará após alguns dias. Entretanto, até agora nenhum dos elevados objetivos humanitários dessa guerra está sendo atingido, enquanto ela começa a se parecer muito com o que um analista da *Rand Corporation* chamou há pouco tempo de fantasia intervencionista, referindo-se ao Iraque.

V  
S  
P  
e  
I  
p  
E  
re  
ie  
es  
de  
qu  
su

## O Brasil no centro da crise internacional

José Miguel Martins e Marco Cepik, janeiro de 1999

Em artigo de novembro do ano passado, mencionamos o relatório da OCDE sobre uma possível recorrência das crises de 1997 e 1998 nos mercados financeiros. Os elos frágeis eram o Brasil e a difícil recuperação asiática, capitaneada pela recessão no Japão e as incertezas na China. A crise chegou pelo Brasil, mais cedo do que o governo e os analistas estrangeiros esperavam. Mas sua explicação deve ser buscada no Japão.

O euro, depois de uma estréia muito bem-sucedida, passou a registrar perdas em relação ao dólar. Acontece que, diante da rápida valorização do iene frente ao dólar, desde o fim da crise de 1998 o governo japonês passou a intervir no mercado para tentar baixar o preço de sua moeda. O objetivo era melhorar as condições do país para exportação, acelerando a recuperação econômica. Acontece que em 1998, no pico de sua queda, o iene chegou a ser comercializado a 147 por um dólar e, na sexta-feira passada, estava já a 108 por um dólar. Em poucos meses, a moeda japonesa valorizou-se mais de 35% em relação à moeda americana. Então o governo japonês passou a vender ienes e comprar euros. Foi este o fator que elevou, de forma além do esperado, a cotação do euro em relação ao dólar na primeira semana de janeiro. O problema começou com a reação de alguns fundos *hedge*, que passaram a comprar ienes e a se desfazer de seus euros. Assim, à subida vertiginosa da moeda européia seguiu-se uma inusitada queda.

No Brasil, os capitais europeus — sobretudo alemães — migraram rapidamente aos seus países de origem para adquirirem euros, mantendo a cotação da moeda européia e obtendo ganhos seguros, pois a compra era feita na baixa. O resultado é conhecido: a crise em sua edição 1999, cuja eclosão chegou a ser creditada às declarações do governador mineiro Itamar Franco.

## A crise da periferia: da especulação financeira à economia real

---

Tentando conter o repasse da flutuação cambial para os preços e afirmando lidar com uma inflação de um dígito para 1999, o governo brasileiro decidiu aumentar os juros e utilizar as taxas de importação para defender sua política econômica. A Fipe prevê uma inflação entre 6% e 7% este ano, se a desvalorização do real se estabilizar em 25%. Porém, os fiadores atuais da inflação baixa são as taxas de juros estratosféricas. A medida golpeia as empresas que têm dívidas em dólares, mantém o crescimento explosivo da dívida pública e aumenta a recessão. Seguindo as recomendações do FMI e obtendo seu aval para o curso de ação estabelecido, o governo brasileiro recebe as mesmas críticas que vêm sendo endereçadas ao órgão por economistas como Jeffrey Sachs, que acusa a instituição de ter ajudado a produzir cinco desastres econômicos (Coréia, Tailândia, Indonésia, Rússia e Brasil) nos últimos anos, ao forçar os países a defenderem suas moedas até o limite da falência.

Talvez fosse melhor suportar uma oscilação mais larga do câmbio e sinalizar com uma inequívoca vontade política de reverter as debilidades econômicas do país, especialmente a capacidade institucional do Estado e o equilíbrio das contas públicas. Mostrar que há governo, nesta altura,

é o melhor indicador para os mercados mundiais e para a contenção da inflação. É compreensível que o governo não baixasse os juros imediatamente, mas daí a aumentá-los nos patamares atuais há uma grande distância. Não seria de todo absurdo cogitar até mesmo um rebaixamento dos juros. Possivelmente, depois de uma oscilação mais brusca, voltaríamos a ter a moeda revalorizada a curto prazo. Estima-se que isso produziria um equilíbrio em torno de 45% de desvalorização e uma inflação de 15%, algo não muito diferente do que já está sendo projetado, mas sem o garrote dos juros altos. Teríamos então condições para a retomada do crescimento e para a captação de investimentos externos diretos.

Só com a retomada da atividade econômica produtiva e do crescimento do PIB é que se poderá resolver o problema do déficit público, até porque a reestruturação do aparelho de Estado e a eliminação do "custo Brasil" custam um dinheiro que a mera liquidação dos ativos não vem garantindo. Aliás, esse foi o caminho seguido pelos EUA para conter e zerar seu déficit. Com o déficit contido, pouco importa o volume total da dívida, criam-se as condições para sua rolagem mediante o alongamento de seu perfil.

Naturalmente, um ajuste fiscal e uma profunda reforma tributária são pré-condições indispensáveis. Entretanto, o meio-ajuste aprovado deve ser encarado com reservas, vide o ITR no ano passado. A política do atual governo brasileiro é a de travar a "batalha das expectativas" através de cortes lineares nos gastos orçamentários, privatização indiscriminada de ativos e aumentos abusivos de impostos. Entretanto, todos afirmam que o futuro das reformas orientadas para o mercado depende da recuperação da capacidade institucional do Estado brasileiro. E isso só é possível investindo-se pesadamente em educação, pesquisa e desenvolvimento.

Não fosse por razões de longo prazo, a retomada do crescimento é necessária inclusive para a estabilização financeira. A crise dos mercados periféricos começou na Tailândia justamente por causa de



dificuldades na economia real, com perda de competitividade e quedas nas exportações de componentes eletrônicos causadas pelos custos crescentes do consumo industrial. Os expedientes cambiais utilizados para compensar esses desequilíbrios na balança comercial indicam apenas que os problemas são crônicos e recorrentes. De nada adianta sairmos dessa turbulência financeira e cairmos na próxima dentro de um ou dois semestres. Como já dissemos em novembro passado, há tendências de reconcentração dos investimentos no centro do sistema capitalista e de reversão dos níveis atuais de "globalização" na esfera produtiva. Isso quer dizer que crises como as de 1997, 1998 e a de agora voltarão a ocorrer durante essa fase de ajuste mundial.

É evidente a importância de se reduzir o hiato tecnológico do país. Segundo Rogério Ottolia, vice-presidente da Abimac, "a Alemanha produz em termos de bens de capital o equivalente a US\$ 153 bilhões. Desse total, US\$ 86 bilhões referem-se às vendas no mercado interno. E somente as exportações de máquinas e equipamentos geram divisas de US\$ 67 bilhões. No Brasil, a indústria de bens de capital produz o equivalente a US\$ 17 bilhões e exporta uma produção de US\$ 4 bilhões, com US\$ 13 bilhões para consumo interno. Acontece que a demanda nacional de bens de capital implica US\$ 21 bilhões. Assim, temos de importar o equivalente a US\$ 8 bilhões. Por conseguinte, somente esse item da balança comercial é responsável por um déficit médio de US\$ 4 bilhões".

Ottolia também salienta que "os bens de capital aqui produzidos não têm grande competitividade no mercado internacional. Por isso exportamos pouco. Desenvolver a indústria de bens de capital é fator preponderante para a inserção competitiva do Brasil no sistema internacional. Ao cumprir essa tarefa, o país estaria ampliando o seu domínio tecnológico, formando mão-de-obra especializada, oferecendo às multinacionais aqui instaladas a possibilidade de comprar internamente máquinas e equipamentos tecnologicamente atualizados, aumentando sua capacidade exportadora e, sobretudo, gerando empregos". Hoje, é essa a verdadeira "lição de casa" que temos que aprender a fazer.

## A recuperação asiática e a situação dos Estados Unidos

---

Em relação à crise de outubro passado, o fato novo é a reentrada do Japão na disputa entre o euro e o dólar. Aliás, foi o ataque especulativo contra o dólar e o euro, produzido na esteira da tentativa de desvalorizar o iene e facilitar a retomada do crescimento japonês, que esteve na raiz da atual crise. Segundo Giovanni Arrighi, existem vários "milagres", na Ásia, em torno de três pólos relativamente autônomos de dinamismo: Austrália — Nova Zelândia, Japão e seu sistema de subcontratação, a chamada área das quatro Chinas. O autor apanha o continente como portador de uma espécie de núcleo que, a despeito de ser concentrado (10% da Ásia), é multifacetado. Nesta perspectiva, com a crise do dólar, há uma possibilidade de surgir na Ásia um processo de desenvolvimento alicerçado em vários e diversos alinhamentos internacionais e diferentes fontes financiadoras. Assim, a ascensão asiática nesse momento parece muito mais provável e factível.

Não obstante a recuperação asiática, a OMC reconhece que ao menos um terço da economia mundial está em retração. Este é o fator que emerge como uma gravíssima complicação da situação brasileira. Desde a crise de 1997, já era possível perceber uma modificação no perfil dos investimentos externos diretos (IED), aqueles capitais que, uma vez investidos, ficam nos países. Esses capitais passaram a evitar os mercados emergentes e a buscar os próprios países desenvolvidos no núcleo orgânico da economia capitalista. Algo surpreendente, no relatório da OCDE de 1998, o Brasil surgia, pela primeira vez, em terceiro lugar na absorção de IED.

Todavia, isso refletiu o pico do processo de privatização brasileiro, com as vendas de estatais do setor energético e, sobretudo, de telecomunicações. O país arrecadou desde o início do programa cerca

de US\$ 200 bilhões e melhorou sua posição na taxa de absorção de IED ano a ano. Mas isto não pode ser considerado como um incremento real da produtividade e da capacidade da economia do país. Com os juros altos, esse ritmo desvairado de liquidação de ativos estatais pode, pelo contrário, tornar-se ônus a mais, pois agora as empresas privatizadas terão extrema dificuldade em investir no país e manter a qualidade dos serviços, em um contexto de desaquecimento da economia mundial. O que, aliás, já começa a verificar-se justamente no setor energético e de telefonia.

No caso dos Estados Unidos, vários especialistas estimam uma valorização de até 1.000% das ações norte-americanas. Associando este fato ao mau desempenho da economia daquele país no segundo semestre de 1998 e ao crescente déficit na balança de pagamentos, surge como hipótese plausível o risco da existência de uma bolha especulativa prestes a explodir naquele país. Na quarta-feira, dia 20/01, ainda que sem falar em cifras, o presidente do FED (o Banco Central dos EUA), Alan Greenspan, admitiu que as ações estão sobrevalorizadas. A gravidade da situação é de tal monta que, em seu discurso anual ao Congresso, o Presidente Clinton sugeriu que fosse dada licença para o governo norte-americano investir recursos oriundos da seguridade social da ordem de US\$ 700 bilhões anuais nas bolsas de valores. Neste caso, a prerrogativa legal do governo de intervir nos mercados por si só inibiria qualquer ação especulativa. Entretanto, a tese de Clinton foi criticada por Greenspan e encontra fortíssima oposição no Congresso daquele país. Restaria então a solução tradicional, de voltar atrás na política de redução de juros.

Assim, deve-se contar com uma possível intervenção do FED, elevando as taxas de juros para prevenir uma eventual explosão da "bolha" nas bolsas. Com juros altos, enxuga-se a liquidez, o capital desloca-se das ações e volta-se para os títulos do tesouro e outras aplicações financeiras. O problema é que, dada a elevação da taxa de juros, a economia americana perderá sua competitividade diante do

euro, que conta com juros mais baixos que o dólar. O maior agravante são os déficits em transações correntes dos EUA. Isso aumenta a necessidade norte-americana de captação de recursos no exterior sob a forma de investimentos, para manter seu balanço de pagamentos positivo e, assim, manter zerado o déficit da maior dívida pública do mundo. Deste modo, além da tendência já observada no redirecionamento dos capitais, temos de contar, a partir de agora, com uma participação americana ainda mais agressiva na disputa dos investimentos mundiais.

Tudo isso, junto com a recuperação dos tigres asiáticos, a emergência da China e a possibilidade de uma recuperação da Rússia, indica que, além dos EUA, existem outros mercados para os investimentos europeus, o que agrava a capacidade brasileira de disputar capitais e torna a situação ainda mais delicada. Em tal contexto, manter a economia brasileira estritamente atrelada aos interesses dos "investidores" de *Wall Street*, seja através da atual política de juros, seja através da dolarização da economia, parece não apenas equivocado, mas suicida.

es  
at  
or  
de  
es  
pr  
po  
qu  
pa  
à  
ec

pro  
Eur  
mé  
Jos  
qu  
ver  
tem  
mes

## **A União Européia e o futuro da centro-esquerda**

*José Miguel Martins e Marco Cepik, dezembro de 1998*

A reunião do Conselho de Ministros da União Européia (UE), ocorrida em Viena, nos dias 11 e 12 de dezembro de 1998, foi precedida por intensa atividade diplomática em torno de três temas importantes: política monetária, orçamento comunitário e defesa. As convergências e divergências em torno de cada item, nesse momento, são menos importantes do que o estabelecimento da agenda para o primeiro semestre de 1999, quando a presidência rotativa da Europa caberá aos alemães. Não é certo que se possa chegar a um pacto sobre os próximos passos da integração até março, quando haverá uma reunião de cúpula extraordinária do Conselho de Ministros para tratar da chamada Agenda 2000. Todavia, a dificuldade é proporcional à ambição dos resultados visados: passar da união monetária à união econômica, sob a égide de um programa social-democrata.

A mídia deu destaque à polêmica em torno da proposta de extinção progressiva do Fundo de Coesão, um dos gastos estruturais da Comissão Européia para o apoio às regiões com renda *per capita* inferior a 90% da média comunitária. Há mesmo certa ironia acre no fato de o conservador José Aznar, da Espanha, ter figurado na cúpula de Viena como o campeão quixotesco do sul pobre contra o norte rico, liderado pela coalizão vermelha-verde do chanceler alemão Gerhard Schröder. Porém, a imagem é a um só tempo fácil e falsa. Ao cabo, a posição alemã (compartilhada por Jospin e mesmo D'Alema) reflete a consideração pragmática de que o enfrentamento

da crise internacional só poderá ser feito através do alargamento e do aprofundamento da União Européia, a um custo que necessitará ser redistribuído pelos demais países ricos do bloco, especialmente Bélgica, Holanda e Dinamarca. Há onze governos de centro-esquerda na Europa, e isso, ao contrário do senso comum corrente, faz diferença para a política econômica.

## Euro: redução nos juros e crescimento sustentado

No último dia 3 de dezembro, os presidentes dos Bancos Centrais dos países da zona do euro anunciaram uma redução simultânea nas taxas básicas de juros para 3%. Dos onze países que estão lançando a nova moeda no próximo dia 1º de janeiro (Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos e Portugal), somente a Itália preferiu rebaixar os juros em duas etapas, ainda assim alcançando os demais antes do ano novo. Fora da zona do euro, a Grã-Bretanha reduziu sua taxa de juros para 6,25% e a Dinamarca para 3,95%.

A medida surpreendeu os analistas, que esperavam alguma ação para o final de dezembro ou mesmo para o primeiro trimestre de 1999, depois que o novo Banco Central da Europa (BCE) iniciasse suas operações. O corte nas taxas de juros vinha sendo defendido pelos ministros de finanças da Alemanha, o social democrata Oskar Lafontaine, e da França, o socialista Dominique Strauss-Kahn. Ao contrário das declarações anteriores, o presidente do Bundesbank, Hans Tietemeyer, expressou o compromisso alcançado: "nós somos surdos para pressões políticas, mas não somos cegos para fatos e argumentos"...

Por um lado, o patamar de 3% é suficientemente alto para mostrar que não se abandonou o compromisso com a estabilidade da moeda e a

austeridade fiscal. Afinal, foi a redução acentuada do déficit orçamentário durante o período de convergência para o euro que criou a margem de manobra para cortar as taxas sem maiores riscos de aceleração inflacionária. Neste ano, a inflação média na região deve ficar em 1%, variando entre os 0,7% na Alemanha e os 4,5% da Grécia. Além disso, a própria antecipação do corte nas taxas de juros preserva o presidente do Banco Central Europeu, Wim Duisenberg, de ter que iniciar as operações do euro anunciando reduções no custo do dinheiro. Por outro lado, a redução da taxa de juros pretende estimular o crescimento econômico da região, que deve ficar em 3% em 1998 e, segundo as últimas previsões, cairia para menos de 2,5% em 1999. Dado o contexto global, a ação europeia traduz consistência e estabilidade invejáveis.

Para 1999, o Banco Mundial (BIRD) estima que 33 países da periferia (incluindo Brasil, Indonésia e Rússia) apresentarão reduções no PIB, enquanto a taxa global de crescimento está sendo estimada para algo entre 1,9% e menos de 1%. A diferença entre as duas previsões é a diferença entre desaceleração e recessão na economia mundial. Um encadeamento de más notícias no primeiro semestre do ano que entra, digamos, com piora da situação econômica do Japão e do Brasil, mais fugas de capitais e suspensão de investimentos diretos nos países em desenvolvimento, queda de 20% a 30% dos mercados de ações no centro, além de tensão militar no Oriente Médio e aumentos nos preços do petróleo, seriam notícias muito ruins para os americanos e piores ainda para os europeus. Por ora, esse cenário mais dramático parece afastado e as perspectivas do euro são promissoras, mesmo porque o BCE ainda poderia reduzir a taxa básica de juros para 2,5% em meados de 1999. Entretanto, a taxa europeia de 3% ainda está mais de um ponto percentual inteiro abaixo dos *Fed funds* dos Estados Unidos, o que tende a manter o dólar forte e a favorecer os fluxos de capitais para o velho continente.

O próximo passo da chegada do euro será dado na reunião do Ecofin (conselho de ministros de finanças da UE) de 31 de dezembro, quando serão fixadas as taxas de câmbio entre a nova moeda e as moedas nacionais



européias. No dia 4 de janeiro, os mercados de câmbio e divisas começarão a operar com o euro. A partir da aliança bilateral feita em julho passado entre as bolsas de Londres e Frankfurt, as nove maiores bolsas de valores da Europa iniciaram o processo de unificação para a criação de um mercado pan-europeu de ações e valores.

Embora as transações físicas em euro só comecem em 2002, já a partir de 1º de janeiro de 1999 será possível fazer transações bancárias e contratos na nova moeda, o que é muito mais importante do ponto de vista macroeconômico. Além do fato histórico de um conjunto de países estar lançando uma moeda coletiva, o euro nasce lastreado em uma economia com peso equivalente ao dos Estados Unidos, a maior potência econômica do planeta. Em 1997, a União Européia possuía PIB de US\$ 5,7 trilhões, população de 371 milhões e controle de 21% do comércio mundial. Os especialistas prevêem que, já na próxima década, o euro e o dólar representem, cada um, cerca de 40% das transações financeiras internacionais. A nova moeda também deverá deslocar da Ásia para a Europa o segundo maior mercado de capitais do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos.

## Agenda 2000: o binômio crescimento-emprego

Além do contexto global e do ritmo de crescimento das economias nacionais, o futuro do euro também depende do sucesso das instituições européias. Assim, foi uma decisão importante garantir que a nova moeda será representada pela presidência do Conselho de Ministros junto ao mercado internacional, órgãos intergovernamentais e fóruns como o G-7. Durante a presidência alemã no primeiro semestre de 1999, o euro será representado pelo ministro das finanças alemão, Oskar Lafontaine, que

deixará a função apenas no segundo semestre de 2000, quando a França assume a presidência da UE.

O acirrado debate e as alianças cruzadas em torno dos diversos itens da pauta para a reforma da UE (a chamada Agenda 2000), nesse final de ano e durante a recente cúpula de Viena, devem-se ao fato de que todos os governos preferem chegar a um acordo durante o primeiro semestre de 1999, antes que a presidência semestral passe para a Finlândia e depois para Portugal. Para a Alemanha, é crucial preparar a reforma política, com enxugamento da Comissão Européia, fim do direito de veto e a introdução da votação majoritária para a tomada de decisões no Conselho de Ministros.

Isso permitiria aprofundar a integração e redistribuir custos antes e depois da ampliação do tratado da união na próxima década. Os países candidatos ao ingresso na UE durante a próxima década são a Polónia, Hungria, República Tcheca, Eslovênia, Estônia e Chipre. A Dinamarca e a Áustria defendem abertura de negociações no próximo ano com Eslováquia, Letônia, Lituânia e Malta, mas a Alemanha e a França são contra. Todos os candidatos europeus orientais são mais pobres do que a Grécia, o país mais pobre da União Européia, por isso os alemães e seus aliados temem uma explosão nos custos com a Política Agrícola Comum (PAC) e os Fundos Estruturais, particularmente os fundos de Coesão (também chamados de fundos de solidariedade).

Embora a racionalidade econômica tenha provado que Helmut Kohl estava errado e Felipe González estava certo na cúpula de Edimburgo que aprovou esses fundos (entre 1986 e 1995, a renda *per capita* dos quatro mais pobres passou de 67% da média comunitária para 78%, mostrando que as políticas solidárias são contrapartidas necessárias à abertura dos mercados e à austeridade fiscal), no quadro atual de aperto e desaceleração a pergunta sobre quem vai pagar a conta da expansão é bem decisiva. Para o recebimento do Fundo de Coesão, o Objetivo I são as áreas que têm renda *per capita* inferior a 75% da média comunitária e o Objetivo II, são as regiões industriais

decadentes, parte das quais responde para onde vai o chamado "cheque britânico" da União Européia. A posição de extinção imediata dos Fundos de Coesão foi retirada e eles devem ser reduzidos anualmente e extintos em 2006. Schröder sustenta que devem ser considerados pobres também os pobres dentro dos países ricos...

Em relação à PAC, que os franceses vinham defendendo, pois são os maiores beneficiados, parece que sua nacionalização parcial (cerca de 20% dos custos) é inevitável, pois a Polónia, que deverá ser a primeira nação a ser adicionada aos 15 da UE, tem sozinha 4 milhões de camponeses, mais da metade do total de agricultores da atual União Européia. A Agenda 2000 prevê também cortes de 30% nas subvenções para agricultores e pecuaristas.

Bem, o orçamento da UE é de 100 bilhões de dólares, dos quais 80% são gastos na PAC, fundos estruturais e Fundo de Coesão. Se o orçamento da União para o período 2000 — 2006 for calculado com base no ano de 1999, como quer a Espanha e contrariando a Alemanha, isso implicaria um crescimento de US\$ 24 bilhões até o ano 2006. Temendo os custos da expansão para o leste, os países ricos da UE querem congelar o orçamento em termos reais (redução em relação a 1999, com base na média do septênio 1993 — 1999) e fixar um teto para as contribuições em 1,27% do PIB de cada nação.

Embora a Alemanha gaste 5% do seu PIB com os custos de absorção da Alemanha Oriental e apenas 0,6% com a UE, o governo Schröder reclama de que o país paga para a União cerca de 60% das contribuições totais para o orçamento da EU, tendo um saldo líquido com o orçamento da União de -11,456 bilhões de ecus. Nos últimos dez anos (1986-96), o país perdeu metade de seu superávit comercial intracomunitário (de cerca de 44,5 bilhões de ecus para 21,2 bilhões), o que reforça o sentimento de prejuízo dos alemães.

O outro aspecto crucial para a coalizão vermelho-verde é que a UE tem 16,6 milhões de desempregados, sendo 4 milhões na Alemanha. França e Alemanha pretendem criar um modelo europeu de proteção.

Espanha e Grã-Bretanha são mais moderados em matéria de empregos, afirmando que a competitividade e produtividade, junto com a melhora dos sistemas educacionais, são as únicas formas consistentes de se garantirem empregos na Europa. Os alemães são os principais defensores de uma política europeia de emprego, do fortalecimento da defesa comum (cujo documento básico foi preparado pelos ministros das Relações Exteriores, Joschka Fischer, e o ministro da Defesa, Rudolf Scharping), da harmonização dos sistemas tributários, de políticas de meio ambiente e da uniformização de regras para refugiados e candidatos a asilo. Os franceses estão com os alemães, exceto quanto à PAC e à compreensão da defesa espanhola dos Fundos de Coesão e da posição britânica contra a harmonização fiscal, que, aliás, já começou a ser chamada de "coordenação" fiscal, embora Schröder insista em que os impostos indiretos devem ser harmonizados, enquanto os diretos podem ser apenas "coordenados".

O giro para a política econômica de centro-esquerda do binômio crescimento-emprego não se fará sem maior equidade nas contribuições orçamentárias para a UE e sem criatividade nas formas de financiamento dos investimentos. Por isso, o exemplo da política de defesa é importante.

## Defesa comum: o giro inglês e o consórcio bélico

---

Na reunião de cúpula entre França e Reino Unido, ocorrida no começo de dezembro, em Saint-Malo, anunciou-se um maior comprometimento britânico com a construção de uma "identidade defensiva" para a União Europeia, já propugnada pelo Tratado de Maastricht, mas até agora sequer esboçada. Os termos desse novo engajamento começaram a ser discutidos pelos ministros de Relações

Exteriores (Hubert Védrine e Robin Cook) e Defesa (Alain Richard e George Robertson) dos dois países militarmente poderosos da União, numa reunião de trabalho realizada em Paris recentemente. Embora tateante e nuançada pela chamada "dupla fidelidade" à Europa e aos Estados Unidos, a posição inglesa aponta para uma virada histórica no processo de integração do continente.

A dimensão institucional da política comum de defesa passaria pela extinção progressiva da UEO (União da Europa Ocidental, aliança militar fora dos marcos comunitários), segundo proposta da Alemanha, França e Espanha. Até agora, a "defesa europeia" não passa de umas poucas unidades franco-germânicas, cuja capacidade logística é baixa a ponto de se atrapalhar para enviar 2 mil efetivos para o Kosovo, a primeira crise nos Balcãs em que os europeus atuaram diplomaticamente com maior autonomia em relação aos norte-americanos. Do ponto de vista militar e diplomático, ainda não é certo qual será a relação de um eventual esquema defensivo europeu com a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e a OSCE (Organização para a Segurança e Cooperação na Europa), cujas *memberships* são muitíssimo mais amplas do que a UE. Entretanto, é certo que, sem uma política de defesa comum, a Europa não deixaria nunca de ser "um gigante econômico, um anão diplomático e um verme militar". Assim, é muito significativo que o comunicado de sete pontos da cúpula franco-britânica afirme "a vontade europeia de dispor de forças militares com suficiente credibilidade e meios para fazer frente a crises internacionais".

O giro inglês só foi possível após a derrota dos conservadores, que barravam qualquer cooperação maior com a UE nesse terreno. Obviamente, não se trata de nenhuma revolução diplomática, até porque a OTAN é uma aliança defensiva efetiva da qual os países europeus, inclusive os recém-incorporados a leste, não pretendem sair tão cedo. Mas o mesmo tom pragmático pela maior autonomia europeia diante dos EUA marcou a discussão sobre os investimentos cooperados na indústria de armamentos.

No dia 2 de setembro passado, o governo espanhol anunciou sua disposição de investir 2 bilhões de pesetas em armamentos a partir de 1999. A cifra pode chegar a 2,75 bilhões se todos os programas previstos forem postos em prática. Todavia, o que chama a atenção não é o montante do investimento, nem o momento em que a decisão foi anunciada, em plena crise das bolsas. O que se destacou foi o mecanismo engendrado pelos espanhóis para driblar o déficit fiscal e, ao mesmo tempo, assegurar lucros ao setor. A nova fórmula prevê o adiantamento do dinheiro às empresas, mediante créditos reembolsáveis. O mecanismo teria uma dupla vantagem. Em primeiro lugar, o investimento não é computado como déficit, uma vez que se trata de créditos reembolsáveis; em segundo lugar, já que seu "reembolso" é feito mediante a entrega dos produtos, isso assegura que os investimentos serão mantidos a despeito da crise, pois, caso o governo adie os pagamentos, as empresas se desobrigam de todo o compromisso.

Com essa modalidade de financiamento, os europeus poderiam manter gastos substantivos em armamentos sem que estes sejam considerados déficits que, aliás, estão rigorosamente restritos a 4% do PIB pelo Tratado de Maastricht. Um indício sério de que o comportamento espanhol está fazendo escola entre os membros da União Européia foi a criação, nesse ano, da Organização Conjunta de Cooperação em Armamento (OCCAR), através de tratado firmado por França, Alemanha, Reino Unido e Itália. O secretário britânico de defesa saudou o "importante passo adiante" e sublinhou o ineditismo da iniciativa: pela primeira vez, um grupo tão grande de países reuniu esforços para um empreendimento desse porte na área, que deverá capitalizar-se e produzir grande economia de escala.

Os fundadores da agência são os quatro maiores produtores de armamentos da Europa e já têm entre si várias *joint-ventures* e projetos cooperados, que redundaram em produtos comuns aos arsenais de dois ou mais países. Com o surgimento da Agência, os Estados Unidos

terão um forte competidor para disputar com eles as vendas de armas aos países da Europa leste que ingressaram ou querem ingressar na OTAN. Polônia, Hungria e República Tcheca assinaram um protocolo de standardização pelo qual comprometem-se a investir determinada parcela do seu PIB em armas até que sua capacidade de defesa seja considerada compatível como os padrões da OTAN. Como a aliança atlântica tem funcionado como porta de entrada da UE, pode-se dizer que a existência de mercado é certa.

Tanto a política de defesa comum como a cooperação na indústria de armamentos são essenciais para os europeus se viabilizarem estrategicamente como um ator de peso nas relações internacionais; por isso, os aparentemente tímidos passos dados em 1998 revestem-se de importância histórica.

## **Comentário Final**

Uma Europa unificada é uma alternativa real à hegemonia norte-americana. A Europa, que já foi o berço da civilização ocidental, aspira a ter um papel de destaque e, ocasionalmente, de direção no Sistema Internacional. Ademais, a integração europeia é um processo presidido pela institucionalidade, pela construção de instituições especializadas na integração e sob a égide da mesma ordem democrática que reina nos EUA. Já na Ásia, além do impacto persistente da recessão japonesa e dos desafios gigantescos da China, a própria integração é informal, inexistente uma institucionalidade especializada na integração e, ainda que confirmada sua primazia na composição da renda mundial até meados do próximo século, isso dificilmente parece implicar um papel de liderança mundial.

Na política interna norte-americana, é evidente a emergência de forças regionais que reivindicam resultados econômicos concretos a partir da inserção dos EUA no sistema internacional. Este fato teve como uma de suas conseqüências a diminuição relativa dos poderes concentrados na Presidência da República. Os constrangimentos que o presidente Bill Clinton vem sofrendo por conta dos escândalos sexuais, muito mais do que a repulsa popular causada pelo priapismo presidencial, refletem esta recomposição de poderes. O que as forças econômicas reivindicam é uma "economia de resultados", muito mais do que a projeção dos EUA como exportadores de "ideologia" e de "valores universais" para o conjunto do planeta. Trata-se de buscar assegurar que as economias emergentes fiquem dependentes da órbita do dólar. Todavia, o resultado de tais iniciativas não pode ser tomado como assegurado de antemão e parece-nos bastante incerto.

Na disputa entre o dólar e o euro há um elemento de recorrência histórica: como nas duas guerras mundiais e na "guerra fria", há um desafio por parte da Europa à hegemonia norte-americana. O fato de ser multifacetado e de a competição não se dar predominantemente pela via militar não torna o desafio menor, ao contrário, só o torna mais complexo e difícil de enfrentar. Em um mundo integrado pelas "estradas eletrônicas", a geografia deixa de ser um elemento com o papel que teve nos conflitos hegemônicos anteriores. O advento do euro permite que, virtualmente, regiões inteiras do globo "mudem de mão" sem que um único tiro seja disparado, ao sabor de certas conveniências, como, por exemplo, a estabilidade da taxa de juros. Este sentido "global" do desafio europeu ao poderio americano é novo, pois mesmo a URSS era um obstáculo regional em termos geoestratégicos.

Está em curso desde já um grande embate entre o euro e o dólar. Caso os EUA saiam derrotados neste confronto, será como se tivessem anuladas suas vitórias nas duas guerras mundiais e na guerra fria. Há o risco, ainda latente, mas real, de que a Europa, ou a Ásia, aliadas com alguns emergentes, dêem início a um novo ciclo histórico de



acumulação capitalista. Caso isto venha a ocorrer de alguma forma, por ora parece bastar aos americanos se certificarem de que não se deu por sua negligência. Isto é, por tratarem com excessiva liberalidade ao seu próprio dinheiro, espalhando-o prodigamente mundo afora. Ao contrário do que sustentou Giovanni Arrighi no excelente livro *O longo século XX*, a Europa parece estar tentando se posicionar para liderar o novo ciclo sistêmico de acumulação.

## **O contexto internacional do pacote brasileiro**

*José Miguel Martins e Marco Cepik, novembro de 1998*

As declarações do FMI e do FED norte-americano dizendo que o "pior já passou" na crise financeira internacional parecem mais plausíveis nessa segunda metade de novembro do que há cerca de quatro semanas, antes do programa de ajuste do governo brasileiro e da operação de salvamento capitaneada pelo G-7, FMI e Banco Mundial. Mas os sinais de instabilidade internacional permanecem, tanto nas áreas até aqui afetadas (sudeste asiático, Rússia, América Latina) quanto no coração da economia mundial, colocando em xeque os graus atuais de liberalização financeira e mesmo os níveis atuais de "globalização" na esfera produtiva. A reação esboçada pelos Estados Unidos até aqui foi basicamente reativa e emergencial. Ainda assim, os temores de um iminente colapso do crédito mundial acompanhado de recessão parecem afastados por ora.

A OCDE divulgou em novembro uma revisão, para baixo, de suas previsões de crescimento econômico nos países industrializados para 1999 e 2000. Segundo o relatório, o crescimento médio dos 29 países membros deverá situar-se em 2,2% este ano, ante os 2,4% previstos em abril. Para 1999, a expectativa é de crescimento médio de 1,7%. A desaceleração econômica poderá transformar-se em recessão mundial se as medidas anunciadas não conseguirem deter a desaceleração asiática e garantir a solvência dos países latino-americanos, envolvidos

em perigosa manobra de equilíbrio entre os objetivos parcialmente conflitantes da defesa da estabilidade monetária e da retomada de crescimento econômico.

As iniciativas que permitem falar de um esboço de reação internacional concertada após um ano e meio de crise nos mercados emergentes começaram a desenhar-se no final de outubro. Tratou-se inicialmente de aliviar a crise de liquidez no sistema financeiro internacional, resultante das perdas que os investidores privados obtiveram nos mercados emergentes, através da concessão de fundos públicos aos países em dificuldades. No âmbito nacional, os dois programas de maior impacto para o alívio da tensão financeira internacional foram o plano japonês de saneamento do sistema bancário e o programa de ajuste fiscal do governo brasileiro, que prevê cortes de gastos públicos e elevações de impostos da ordem de 80 bilhões de dólares em três anos. Após o Congresso norte-americano ter autorizado aportes de capital ao FMI na votação do orçamento para 1999, o Fundo coordenou o pacote de empréstimo ao Brasil, em uma operação distinta das outras duas tentadas no ano passado, para a Coreia e a Rússia. Inicialmente anunciando créditos da ordem de 30 bilhões de dólares, o pacote de ajuda chegou a 45 bilhões, sendo 18 bilhões através de acordos *stand by* e SRF (*supplemental reserve facility*) com o próprio FMI e os outros 27 bilhões de dólares constituindo créditos do Banco Mundial, BIRD, BIS (Banco de Compensações Internacionais) e outros 16 países. O governo norte-americano injetou 5 bilhões de dólares na operação de crédito ao Brasil. Embora a comparação com o recém anunciado pacote para a Rússia (US\$ 22,6 bilhões) pareça favorável, vale lembrar que a China obteve mais de 150 bilhões de dólares para auxiliar no combate aos efeitos das enchentes em 1998, em plena crise das bolsas asiáticas. As variações entre os três casos refletem critérios políticos e também a importância relativa de cada um desses mercados para a economia norte-americana (o Brasil representa 20% das exportações norte-americanas). Até o dia 18 de novembro,

cerca de US\$ 200 bilhões tinham sido mobilizados pelos países do G-7 e pelos órgãos intergovernamentais na tentativa de estancar a evasão de capitais e a quebra financeira dos mercados periféricos.

Outras ações nas últimas semanas foram dirigidas para conter os riscos de recessão nos Estados Unidos. Tais riscos são reais, tendo ficado mais evidentes quando alguns importantes fundos *hedge* e mesmo grandes bancos americanos começaram a quebrar no mês passado. O déficit comercial dos Estados Unidos com a Ásia cresceu 15,3% em outubro, principalmente com China e Japão, devendo chegar a 177 bilhões de dólares ao final de 1998. A recessão na América do Sul levantou preocupações semelhantes em *Wall Street* e Washington, pois o subcontinente absorve um terço das exportações norte-americanas. Essa necessidade de manter o dinamismo econômico nos países centrais e tentar estimular os capitais a voltarem aos mercados emergentes conduziu à "espiral invertida" entre o Bundesbank alemão e o *FED* norte-americano em relação às taxas de juros. No caso americano, foram três reduções da taxa referencial no mercado interbancário, os *Fed funds*, entre 29 de setembro e 17 de novembro, de 5,5% para 4,75% ao ano, além de quedas nas taxas de desconto e no custo dos empréstimos dos bancos comerciais. Esse patamar de juros deverá ser mantido a partir de agora, em parte para não alimentar o pânico entre os investidores — que poderiam interpretar reduções adicionais como "preocupação excessiva" do *FED* a respeito de uma possível recessão mundial —, mas também porque uma trajetória de queda acentuada nas taxas de juros poderia levar à desvalorização do dólar, o que deixaria essa moeda fragilizada às vésperas da entrada em vigor da nova moeda européia.

Assim, embora o governo brasileiro tenha exagerado nas tintas da "crise financeira internacional" ao enviar as medidas de ajuste ao Congresso, a situação global está longe de ser estável do ponto de vista macroeconômico, ainda que isso não signifique um colapso iminente. Deixando de lado por um momento a Rússia e a Europa, as grandes

dúvidas internacionais ainda são a evolução da situação na Ásia e na América Latina. Na reunião de cúpula da APEC, ocorrida em novembro, em Kuala Lumpur, o fórum dos países que respondem por 43% do comércio mundial não conseguiu articular medidas concretas e coordenadas de combate à crise. Mesmo o anúncio pelos Estados Unidos, Japão e China de um pacote de empréstimos aos países asiáticos em dificuldades, no valor de US\$ 15,5 bilhões — dos quais US\$ 5,5 bilhões inauguram a participação da China como exportador de capitais —, não chegou a resgatar a confiança dos investidores na região. Afinal, só os bancos japoneses tinham em seu poder US\$ 636 bilhões em empréstimos de liquidação duvidosa no começo desse ano, sendo esta uma das causas da crise do setor bancário no Japão. Além do socorro aos bancos, o governo japonês anunciou um pacote de estímulos para aquecer a economia no valor de US\$ 195 bilhões, mas ainda assim o índice Nikkei da bolsa de Tóquio não reagiu como o governo Obuchi esperava.

No caso da América do Sul, apesar da "emergência econômica" decretada pela Colômbia e da fragilidade crescente do setor bancário argentino, é o Brasil que realmente conta para efeito da crise financeira internacional. O anúncio da concessão de créditos externos e a elevação emergencial das taxas de juros para 49,5% estancaram a sangria diária de US\$ 1 bilhão que ocorrera após o colapso da Rússia, derrubando as reservas cambiais brasileiras de cerca de 70 bilhões para menos de 30 bilhões de dólares em menos de dois meses. Com as medidas anunciadas visando gerar um superávit primário nas contas públicas e o apoio do FMI à estabilidade da moeda, verifica-se uma queda gradual nas taxas de juros e alguma inversão nas tendências de evasão dos capitais de curto prazo. Mas a fragilidade externa do país gerou mais prudência do que alívio entre os analistas internacionais. Dado o peso econômico do país — que responde por 40% da produção sul-americana e tem um PIB de 866 bilhões de dólares —, estima-se que o volume das dívidas externa e interna, respectivamente de 155 e 303 bilhões de

dólares, seja compatível com a capacidade de financiamento do Estado. Entretanto, restam dúvidas sobre o grau de pressão dos vencimentos de curto prazo e se, mesmo com a redução das taxas de juros para 20% até o final do ano, a recessão será tão “suave” quanto afirma o governo brasileiro, que prevê alguma reação da economia já na segunda metade de 1999.

Há dúvidas quanto ao formato do ajuste, menos baseado em equilíbrios fiscais do que em aumentos de impostos regressivos e cortes lineares de gastos em um orçamento federal que estava inchado por projeções de crescimento de 4% para 1999. Isso sem falar nas dúvidas internas que pairam sobre o processo de privatização da Telebrás, que poderá ainda repercutir internacionalmente e afastar IED (Investimento Externo Direto) das privatizações que o governo considera uma “carta na manga” para 1999. O serviço das dívidas interna e externa — muito mais do que a existência de déficit ou superávit primários — e o corte nos investimentos públicos, aliados à contração nas taxas de absorção de investimentos diretos e de portfólio por parte dos mercados emergentes de modo geral, indicam o que há de dramático nas alternativas brasileiras. De certo modo, tanto a política governamental de recessão e liquidação de ativos públicos via privatizações quanto a eventual alternativa de desvalorização cambial e retomada das exportações via inflação implicam riscos de que um novo ataque dos capitais especulativos quebre o país. Tanto mais se estiver correta a intuição de que o contexto internacional, embora favorável no curtíssimo prazo, tende a ser marcado por tensões protecionistas crescentes no cenário internacional, evidenciadas desde já pelas disputas brasileiras com a Argentina e Estados Unidos, mas também pela impossibilidade de um acordo entre Japão e Estados Unidos na recente viagem de Clinton ao leste asiático. Apesar da retórica norte-americana pela liberalização dos mercados, o caráter defensivo dos blocos regionais manifesta-se no endurecimento norte-americano para a rápida integração dos países latino-americanos na ALCA, em parte como decorrência da ida ao FMI

e da maior dependência em relação às instituições financeiras internacionais. O outro traço emergente na conjuntura internacional é um aumento sem precedentes do poder estrutural do capital. O afastamento dos investidores dos mercados emergentes não é algo facilmente reversível. A atitude dos investidores internacionais é arisca, principalmente depois de mega-prejuízos da ordem de trilhões de dólares até setembro; esse fator torna-se particularmente sensível nesse contexto onde os investimentos em portfólio, mais do que nunca, "votam com os pés". Afinal, vivemos em um mundo em que as trocas financeiras internacionais representam mais de 81 vezes o volume de comércio mundial e onde os capitais especulativos representavam 74% dos fluxos de investimentos no Terceiro Mundo em 1993.

Segundo o relatório da OCDE citado anteriormente, ainda há o risco de uma nova crise semelhante às de 1997 e 1998. A excessiva valorização dos ativos financeiros nos países centrais e as debilidades estruturais na Ásia e na América Latina são as principais causas dessa preocupação. Nesse sentido, o euro, como nova reserva internacional, surge como um alento. A expectativa é de que contribua significativamente para a estabilidade do sistema financeiro mundial. O desafio que fica para os países emergentes é o de engendrar estratégias que lhes permitam evitar o pior e obter o almejado desenvolvimento sustentado.

Sobre os autores:

Marco Cepik é Doutor em Ciência Política, professor de Ciência Política e Relações Internacionais da UFRGS. Pesquisador do GEE / COPPE / UFRJ e do NERINT / UFRGS, publicou recentemente *Espionagem e democracia* (FGV, 2003) e *Internet e política* (UFMG, 2002, com José Eisenberg).

José Miguel Quedi Martins é Doutorando em Ciência Política na UFRGS, mestre em História pela PUCRS e especialista em Integração Regional e Mercosul pelo CEDEP / UFRGS. Atualmente pesquisa o impacto das relações entre o Brasil e a China sobre a integração na América do Sul.